

Entrevista
ADELPHO MONJARDIM
PAULO HARTUNG

Revista instituto jones

ANO VII - Nº01 - Dezembro de 1994 - Vitória - Espírito Santo



GRANDE VITÓRIA EM DADOS

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

ÍNDICE

Revista instituto jones

ESTUDOS E PROJETOS

- Grande Vitória em dados 5
Processo de crescimento da Grande Vitória
O planejamento urbano da Grande Vitória
Um direito ao alcance de alguns

MUNICÍPIO

- Uma cidade de ouro 15

POLÍTICAS

- Câmaras setoriais e planejamento 21
Governo: um novo capítulo 25
Metropolização: uma aproximação conceitual 28
A transição demográfica no Espírito Santo 33

HISTÓRIA

- Relembrando o governo Jones 35

TRIBUNA LIVRE

- Café com leite na economia capixaba 37
Um veículo alternativo 38
Agropecuária no eixo sul 40

ENTREVISTA

- De Adelpho a Hartung 42

RESENHA

- Escritos de Vitória 54

ANO VII - Nº 1 - TRIMESTRAL
- VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria Estadual de Ações Estratégicas e
Planejamento - Seplac
Instituto Jones dos Santos Neves
Registrada sob o número 1854 - 209/73,
na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do Departamento de Polícia Federal de
Brasília (DF)

EDITADA PELA ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO DO IJSN

Diretor Superintendente

Antonio Marcus Carvalho Machado

Coordenador Técnico

Antonio Marcus Carvalho Machado

Coordenadora Administrativa e Financeira

Julia Demoner

CONSELHO EDITORIAL

Conselho Técnico do IJSN

EDITORA

Francisca Proba

REDAÇÃO

Djalma Vazzoler

Francisca Proba

REVISÃO

Djalma Vazzoler

FOTOS

Douglas Lynch, Eugênio Herkenhoff, Fernan-
do Sanchotene, Sagrilo.

ILUSTRAÇÕES

André Carloni, Eugênio Herkenhoff, Jairo da
Silva Rosa, Yara Paiva

CAPA

Eugênio Herkenhoff, Lastênio João Scopel

EDITORIAÇÃO E LASERFILM

Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida
CPD - André L. S. Rezende

IMPRESSÃO

SAGRAF Artes Gráficas Ltda.

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

- Os artigos assinados são de inteira responsa-
bilidade dos autores.

- Colaborações em forma de artigos, ensaios
ou resumos bibliográficos devem ser encami-
nhadas à Assessoria de Comunicação do Ins-
tituto Jones dos Santos Neves.

Endereço: Av. César Hilal, 437 - 1º andar -
Praia do Suá - Vitória-ES - CEP: 29.052 - 230
- Tel.: 227.5044.

Carta ao Leitor

Algumas publicações têm a característica especial de cativar e marcar positivamente os seus leitores. A Revista do IJSN, com certeza, faz parte dessa seleta faixa de edições. Em 1978, quando começou, e em 1979 foram publicados quatro números. Em 1980, apenas um número foi editado, quando foi paralisada. Nesse mesmo ano, a Fundação Jones dos Santos Neves foi transformada em autarquia e passou a ser denominada Instituto Jones dos Santos Neves. Reativada, a revista teve quatro números publicados em 1985, três em 1986 e dois em 1987, quando foi novamente paralisada, por falta de recursos. Os seus objetivos poderiam ser assim resumidos:

1- Promover um fórum de debates em torno de problemas urbanos, regionais, sociais e econômicos de interesse da comunidade capixaba.

2- Disseminar informações sobre trabalhos científicos e técnicos elaborados no Espírito Santo.

3- Oportunizar a divulgação da produção de técnicos, intelectuais e da comunidade capixaba.

4- Manter um instrumento de veiculação de conhecimentos técnico-científicos, especialmente dos temas de interesse do IJSN.

Hoje, quando um novo perfil de desenvolvimento se abraça ao futuro do Estado do Espírito Santo, através da tendência de ampliação das relações internacionais via sistema portuário de Vitória, e quando se observa um novo vetor de desenvolvimento para os municípios do interior, fundamental se faz a decisão de tornar viável um veículo de comunicação que possa alcançar os objetivos acima mencionados.

Com o relançamento da revista do IJSN abrimos, portanto, mais um espaço para divulgação de idéias, ensaios, debates, artigos técnicos e científicos e matérias afins.

Poderíamos arranjar mil desculpas e culpados para justificar a opção de deixar que essa publicação continuasse paralisada. Preferimos o caminho mais difícil e por ele optamos, aquele delineado pela determinação, pelo otimismo e por muito trabalho. Estamos felizes e gratificados por saber que ela poderá estar em suas mãos.

Saudações cordiais,

Antônio Marcus Carvalho Machado
Diretor Superintendente do IJSN

GRANDE VITÓRIA EM DADOS

Antônio Marcus Carvalho Machado*

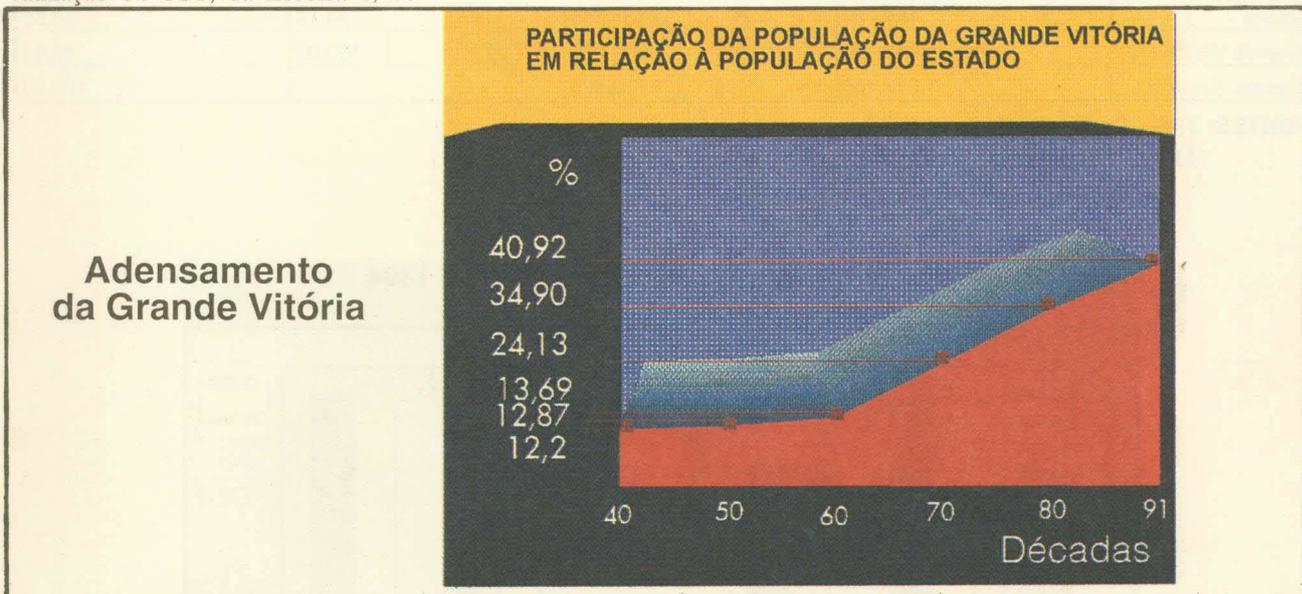
Crescimento da Grande Vitória, planejamento urbano e educação. Estes temas fazem parte do estudo que reúne dados sobre a Grande Vitória. Para uma análise sobre eles a Revista convidou: Fernando Betarello, Aurélia Castiglioni, Ana Maria Marreco e Marluza Balarini; respectivamente.

Pensar a Grande Vitória é necessário e fundamental para que tenhamos êxito no processo de planejamento do Estado do Espírito Santo. Apesar de significar apenas 3,2% do território estadual, pois consolida uma extensão de 1.415 Km, ao reunir os municípios de Vila Velha, Viana, Serra, Cariacica e Vitória, essa região detém aproximadamente 50% do ICMS do Estado e 41% da população estadual. Além disso algumas mudanças em nível de mosaico estão ou estarão ocorrendo, como a lei de modernização dos portos, privatização da CST, da Escelsa e, de

forma parcial, da CVRD, que certamente alterarão a forma e o poder de negociação e elaboração de políticas públicas. Há que se somar ainda dois aspectos de ambiência externa importantíssimos, quais sejam, a rápida viabilização do Mercosul, movimentando um PIB de US\$ 800 milhões e cerca de 200 milhões de pessoas, e a grande tendência de participação da Grande Vitória na rota internacional do comércio relacionado às importações e exportações. É imprescindível, portanto, conhecer melhor essa região, atuali-

zando suas pesquisas e estudos básicos.

O Instituto Jones dos Santos Neves acaba de publicar um documento que reúne dados sobre a Grande Vitória, canalizados de diversas fontes e dos estudos e pesquisas do próprio IJSN, denominado **Grande Vitória em Dados**, que não pretende ser um trabalho de profundidade analítica, mas uma contribuição importante para a discussão e o debate temático apropriado. A idéia é desdobrar esse documento em análises mais densas relacionadas a temas como demografia, arrecadação de impostos, habitação/ocupação do solo, consumo de energia e água, saneamento básico, comunicação, indicadores econômicos, educação, saúde, transporte coletivo, sistema viário, e associá-lo a outros estudos realizados pelo IJSN ou que estão sendo realizados por esse órgão,



* Economista, com especialização em Comércio Exterior; professor universitário e diretor superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves.

ESTUDOS & PROJETOS

como Abastecimento Alimentar e Ocupações Irregulares.

Uma leitura do documento permite observar que há uma mudança significativa na taxa de crescimento da Grande Vitória, ao passar de 6,3% para 3,8% ao ano. Ou seja, o adensamento da região em relação ao Estado, que passa de 12,87% em 1950 para 13,69% em 1960, 24,13% em 1970 e 34,90 em 1980 (respectivamente 6%, 6,9% e 6,3% a.a.), atinge 40,92% em 1991, uma taxa de 3,8% a.a.

Observa-se que no período 1980/91 o município que apresenta a maior taxa de crescimento anual é a Serra, com uma taxa de 9,4% a.a. O segundo é Viana, com uma taxa de 5,9% a.a. Como explicar esse fato? Há explicações tanto de caráter sócio-cultural como econômico, passando pela urbanização, características de absor-

ção da mulher no mercado de trabalho e dinamismo econômico. Sabe-se, também, que a população é eminentemente jovem, tendo 63% na faixa etária não superior a 30 anos e 79% não superior a 40 anos. Aproximadamente 21% estão em idade escolar (faixa de 07 a 15 anos). Como adequar o ensino face aos novos desafios do comércio exterior? Como diminuir o percentual de crianças fora da escola, quando se nota que quase 25% das que se encontram em idade escolar de primeiro grau estão fora da escola (a saber: Serra - 7,60%; Viana - 6,65%; Cariacica - 6,2%, Vitória - 1,10%; e Vila Velha - 2,63%)?

Como analisar ainda o fato de que, apesar de crescer a sua participação na composição do eleitorado capixaba, representando mais de 40%, a Grande Vitória não tenha uma repre-

sentação política correspondente no âmbito estadual ou no federal? Talvez seja cômodo responder pelo ângulo da fragmentação/pulverização/diluição dos votos, mas é preciso identificar a forma como a Grande Vitória poderá aumentar a sua representação política. Mais ainda, é preciso considerar a questão da distribuição dos tributos e da renda de outras fontes face à necessidade de solucionar problemas comuns que extrapolam a base tributária de alguns de seus municípios e estão voltados ao planejamento metropolitano. O documento apresenta os principais itens de receita na Grande Vitória e a relação com os demais municípios do Estado, no exercício de 1993.

Uma outra abordagem registrada no documento está relacionada ao déficit habitacional. Segundo estudos realizados pelo IJSN em 1985,

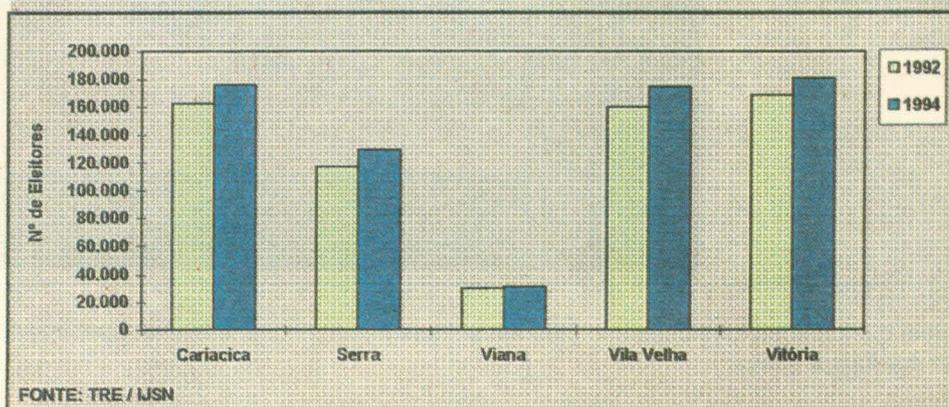
QUANTIDADE DE ELEITORES NA GRANDE VITÓRIA E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - 1994

Município	Número de Eleitores		% Relação Grande Vitória	% Relação Espírito Santo
	1992	1994		
Cariacica	162.849	175.688	25,40	10,26
Serra	117.014	129.295	18,70	7,56
Viana	29.585	30.727	4,44	1,80
Vila Velha	159.961	174.872	25,28	10,23
Vitória	168.729	181.115	26,18	10,59
Grande Vitória	638.138	691.697	100,00	40,44
Espírito Santo	1.618.160	1.710.729		100,00

FONTES: TRE - Dados Básicos.

IJSN - Tratamento dos Dados.

Variação do N° de Eleitores Por Município - 1992 / 1994



ESTUDOS & PROJETOS

uma estimativa para 1990 previa um déficit de 127.189 domicílios na Grande Vitória. Um outro estudo, de 1990 (Macrozoneamento Costeiro do Espírito Santo), detectou que várias áreas, embora já tenham sido loteadas, encontram-se vazias ou com ocupação rarefeita, tendo potencial para ocupação urbana. É curioso observar que nesses espaços já urbanizados e ainda não ocupados estão acumulados algo em torno de 146.475 lotes vagos, que, se fossem ocupados para uso unifamiliar, poderiam abrigar mais 778.439 habitantes, no mínimo. O município que presumidamente teria o maior número de lotes vagos é a Serra. Quanto aos conflitos de terra, segundo levantamentos do IJSN, o momento de pico foi o biênio 1980/81.

No que diz respeito ao saneamento básico, registra-se que uma

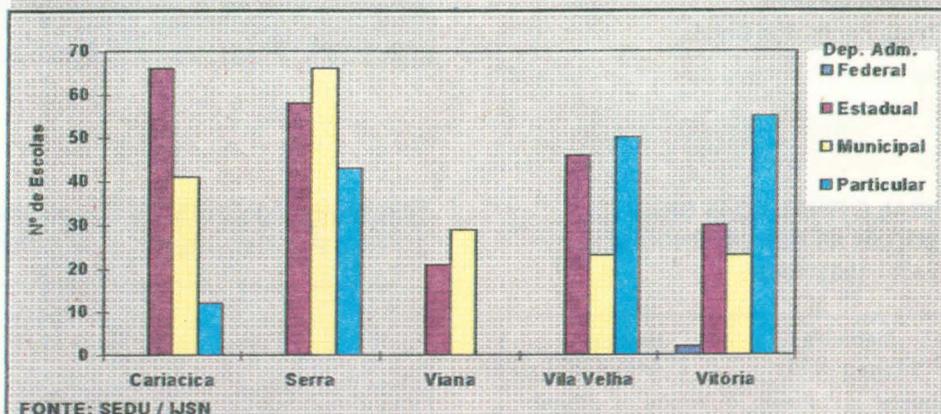
grande preocupação da Cesan está relacionada com o elevado índice de perdas, da ordem de 40%, significando vazamentos não comunicados, desperdícios de usuários, ligações clandestinas e perdas internas. O maior consumidor é o município de Vitória, seguido de Vila Velha. Já, no que tange ao esgotamento sanitário, os maiores índices de atendimento estão relacionados a Serra e Vitória. Vila Velha vem em quarto lugar, após Viana.

O setor Educação registra maiores índices de abandono e transferências no primeiro grau, em 1991, no município de Cariacica (9.822 matrículas), seguido de Vila Velha (9.704 matrículas). Em 1992, Vila Velha assume o primeiro lugar, com 10.755 matrículas, e Serra o segundo, com 10.456 matrículas. Muitos outros da-

dos sobre educação podem ser encontrados no documento.

No campo da Saúde, os municípios que apresentaram maiores coeficientes de natalidade em 1990 foram Serra e Viana. Observa-se que nos municípios da Grande Vitória e no Estado do Espírito Santo esse coeficiente vem diminuindo. Já os coeficientes de mortalidade infantil são mais expressivos nos municípios de Serra e Vitória, havendo necessidade, porém, de considerar as questões de registro cartorial e de concentração hospitalar antes de análises mais densas. Quanto ao número de óbitos (geral) na Grande Vitória, do ponto de vista das principais causas dos 7.447 óbitos registrados no ano de 1992, as doenças do aparelho respiratório aparecem em primeiro lugar (23% do total), seguidas pelas chamadas causas externas (12,45%), que es-

Número de Escolas Por Município e Por Dependência Administrativa - 1991



ESTUDOS & PROJETOS

tão relacionadas a vários tipos de acidentes e homicídios, suicídios e outras causas. As afecções originárias do período perinatal, que são complicações do período de gestação e pós-parto até o sétimo dia de vida, representam 3,32% do total de óbitos gerais.

O documento editado pelo IJSN aborda também questões e dados ligados ao setor de transporte coletivo. Observa-se que os usuários já aplicam um valor correspondente a 40% do salário mínimo para se locomoverem. No tocante ao sistema viário, traz informações sobre acidentes de trânsito,

pontos críticos e seu relacionamento com empresas de transporte coletivo.

Está dado, assim, com a colocação desse documento à disposição do público, um passo sério em direção a delimitação de oportunidades e ameaças da Grande Vitória, seu diagnóstico estratégico, seus cenários alternativos e orientações estratégicas e diretrizes setoriais.

É fundamental melhorar a ambiência dessa região para que projetos e programas se consolidem no seu espaço urbano. Estudos recentes do IJSN (1994) apontam, por exemplo, que a população total nas ocupações irregu-

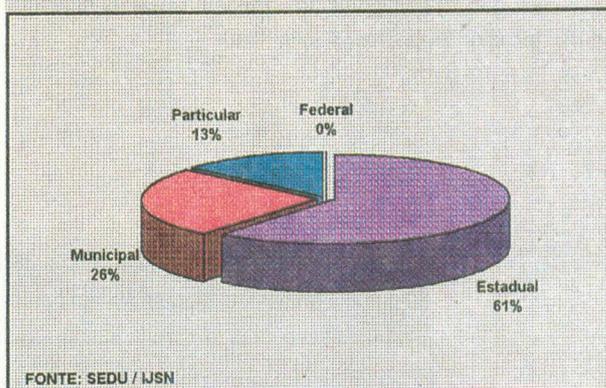
lares verificadas no município de Vila Velha está próxima de 60.000 pessoas, sem serviços sociais básicos, como postos de saúde, coleta de lixo e iluminação pública. Conhecer a realização é o primeiro passo para intervir com eficiência e objetividade. Leia o documento **Grande Vitória em Dados** e participe de seus desdobramentos e debates.

MATRÍCULA INICIAL E FINAL DO 1º GRAU ENVOLVENDO TODAS AS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS - 1991-1992

Município	Matrícula 1º Grau - 1991		Matrícula 1º Grau - 1992	
	Inicial	Final	Inicial	Final
Cariacica	63.431	53.609	62.416	52.066
Serra	55.536	46.339	60.394	49.938
Viana	11.055	9.065	10.841	8.746
Vila Velha	59.173	49.469	60.522	49.767
Vitória	58.054	50.294	56.238	47.779
Grande Vitória	247.069	208.776	250.411	208.296

FONTE: SEDU - Dados Básicos.
IJSN - Tratamento dos Dados.

Distribuição do Total de Matrículas no 1º Grau Por Depend. Administrativa - 1992

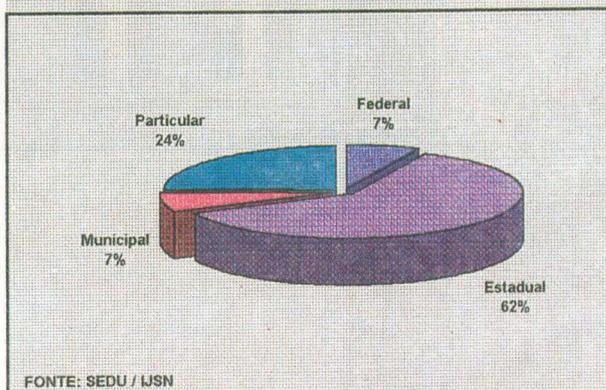


MATRÍCULA INICIAL E FINAL DO 2º GRAU ENVOLVENDO TODAS AS DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS - 1991-1992

Município	Matrícula 2º Grau - 1991		Matrícula 2º Grau - 1992	
	Inicial	Final	Inicial	Final
Cariacica	6.157	4.639	6.828	5.003
Serra	2.698	1.930	3.656	2.559
Viana	698	516	1.416	1.235
Vila Velha	11.611	8.703	10.598	7.933
Vitória	20.669	17.088	21.980	17.962
Grande Vitória	41.833	32.876	44.478	208.296

FONTE: SEDU - Dados Básicos.
IJSN - Tratamento dos Dados.

Distribuição do Total de Matrículas no 2º Grau Por Depend. Administrativa - 1992



PROCESSO DE CRESCIMENTO DA GRANDE VITÓRIA

Aurélia H. Castiglioni*

Nos anos 60 registraram-se as maiores taxas de crescimento da Grande Vitória.

Nas três últimas décadas, houve no Espírito Santo um processo de redistribuição da população, cujas características principais são:

- a transferência da população das zonas rurais para as urbanas: a proporção de população residente nas áreas urbanas passou de 20,8% em 1950 a 74,0% em 1991;

- a concentração progressiva da população de grande parte dos demais municípios: atualmente, dois dentre cinco habitantes do Estado moram na Grande Vitória.

Os desequilíbrios regionais produzidos pelo desenvolvimento socioeconômico desigual são as causas principais desse processo. O êxodo rural intenso ocorrido no Estado foi consequência da crise rural eclodida nos meados do século, do modelo de desenvolvimento adotado, que modificou a estrutura da economia do Estado, priorizando a indústria e privilegiando a Região da Grande Vitória, e de questões demográficas, como as taxas ele-

vadas de fecundidade da população, sobretudo a rural.

A concentração dos investimentos econômicos e sociais na Grande Vitória e proximidades aliada à falta de programas dirigidos para o desenvolvimento de pequenos e médios pólos no Estado levaram a população a abandonar o interior por falta de condições de sobrevivência e aglomerar-se na região dinâmica do Estado ou emigrar para outros estados. Em consequência, a população residente na Grande Vitória passou de 14% do total do Estado em 1960 para 40,92% em 1991.

Em 1950 as atividades agrícolas constituíam o suporte da economia do Estado: 79,19% da população vivia na zona rural, cujas atividades ocupavam 70% da população ativa do Estado. Durante essa década, os problemas agrícolas associados à pressão da mão-de-obra forçaram o êxodo rural em direção à Capital. A taxa de crescimento da Grande Vitória subiu para 5,98% ao ano, ultrapassando a média do Estado (3,73%).

Nos anos 60 registraram-se as maiores taxas de crescimento da Grande Vitória, da ordem de 7,91% ao ano, em consequência do agravamento das questões rurais e do impacto das modificações da economia local. Tais níveis elevados de crescimento se reproduziram na década de 70, quando a implantação dos projetos industriais incentivou a transferência, para a região, da mão-de-obra do interior e de outros estados: a

taxa anual da Grande Vitória foi de 6,28% neste período, ao passo que a média do Estado era de 2,38%, e o conjunto dos demais municípios apresentava crescimento quase nulo.

Na última década, o processo de crescimento passou a apresentar novas tendências de distribuição da população, caracterizadas pela redução do ritmo de crescimento da região da Capital e diminuição das diferenças de crescimento inter-regionais: a taxa de Grande Vitória baixou para 3,79%, nível ainda superior à média do Estado, de 2,30% ao ano.

O declínio das taxas de crescimento ocorreu em todas as unidades da Grande Vitória, que apresentam níveis de crescimento diferenciados. Até 1960, Vila Velha e Cariacica acolhiam a maior parte da população migrante. Nas últimas décadas a intensidade da migração provocou a incorporação de Serra e Viana, cujas taxas de crescimento ultrapassaram as dos três centros mais populosos. Na última década as taxas de crescimento de todas as unidades se reduziram à metade. Vitória, já densamente povoada, apresentou taxa de crescimento de 2%, menor portanto que a média do Estado.

O amortecimento do ritmo do crescimento observado na Grande Vitória foi registrado também em outros grandes centros urbanos do Brasil, inclusive São Paulo. Tal tendência do Estado é devida à ação conjunta de uma série de fatores, dentre os quais podem ser destacados:

* Professora de Demografia da Ufes, com mestrado e doutorado em Demografia na Universidade Católica de Louvain - Bélgica.

1. A redução dos fluxos migratórios

O saldo migratório foi o principal responsável pela “inflação” da Grande Vitória. Entre 1970 e 1980 este componente contribuiu diretamente para mais de 60% do crescimento total da região e por 85% do crescimento da Serra. Na década de 80 registrou-se uma diminuição na intensidade do fluxo interior—Grande Vitória, devido aos seguintes fatores:

- Redução da pressão demográfica no interior e pequenas cidades em consequência da intensa drenagem do efetivo populacional destas áreas provocada pelo êxodo das décadas anteriores. A maioria dos municípios manteve, ao menos, o número de habitantes entre 1980 e 1991.

- Busca de novas alternativas de destinação. No Espírito Santo surgiram grupos de unidades dinâmicas, situadas fora da Grande Vitória, que apresentaram taxas de crescimento superiores à média do Estado. Um dos grupos, situado no litoral norte, é

formado por unidades cujas atividades econômicas são ligadas à produção de celulose e o outro é formado pelos municípios situados na região elevada do sul, cuja economia se baseia nas atividades agrícolas. As atividades econômicas destes grupos geram empregos que possibilitam fixar a mão-de-obra local e atrair imigrantes. Tal tendência, embora ainda pequena, poderá consolidar-se e aumentar nos próximos anos.

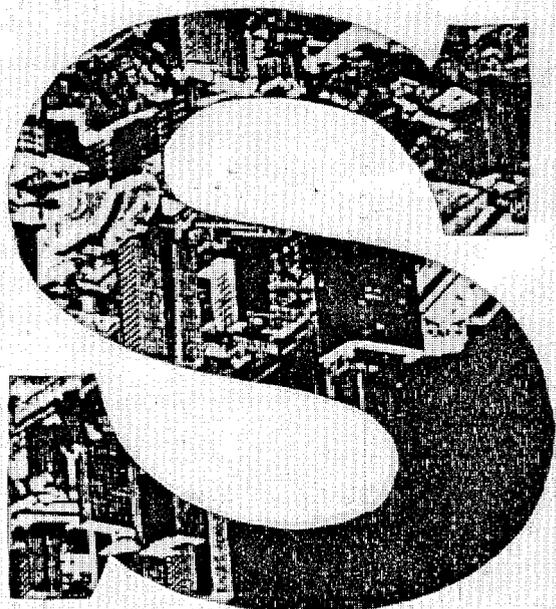
- Decepção da população migrante face à incapacidade das grandes cidades em concretizar suas aspirações as mais elementares. Grande parte dos migrantes que deixaram suas regiões por falta de alternativas enfrentam, nos grandes centros, a mesma situação de miséria da região de origem, agravada por todos os efeitos perversos da “inflação” urbana: desemprego e subemprego, violência, insegurança, stress, poluição, insuficiência dos serviços, etc.

2. A queda da fecundidade

Outro componente do crescimento demográfico, o saldo natural,

também se reduziu em consequência do controle da natalidade, que provocou a diminuição do tamanho da família. A taxa de crescimento da população do Brasil baixou de 2,48%, entre 1970 e 1980, para 1,89% entre 1980 e 1991, e a do Espírito Santo, nos mesmos períodos, passou de 2,38% para 2,30%.

Torna-se importante frisar que a população passou de 706.263 a 1.063.295 habitantes entre 1980 e 1991. Apenas a velocidade do crescimento foi reduzida. O aumento da população continua a requerer a atenção de administradores e planejadores, que têm como desafio manter o equilíbrio entre crescimento urbano e crescimento demográfico. A população predominantemente jovem que chega na região requer, além dos serviços de infraestrutura e sociais, aumento crescente na oferta de empregos. Os migrantes trazem consigo ou originam um número elevado de crianças que necessitam de escolas, creches e assistência médica. Devem-se ressaltar também as necessidades crescentes do segmento de pessoas idosas, cujo número aumenta em consequência do alongamento da duração da vida.



O PLANEJAMENTO URBANO DA GRANDE VITÓRIA

Fernando Betarello*

A Grande Vitória conta hoje com mais de 1.200 mil habitantes (41% da população estadual), um déficit habitacional de 127 mil habitações.

O Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória - PEE -, concluído em 1976, instituiu um processo de planejamento urbano no Espírito Santo¹. Ele tinha como objetivo criar um modelo de organização espacial para a Grande Vitória, tendo em vista o intenso processo de urbanização ocasionado na época principalmente:

1. pelo grande fluxo migratório registrado em direção à Grande Vitória nas décadas de 50, 60 e 70;

2. pela mudança na escala de investimentos federais para a Grande Vitória em função dos chamados grandes projetos².

Em função destas duas situações, a Grande Vitória, na segunda metade da década de 70, quando da elaboração do PEE, ocupava uma área que correspondia a 3,2% do território estadual e tinha uma população de 570.550 habitantes, ou seja, 25% da população estadual³.

Esse intenso crescimento populacional, sem qualquer tipo de planejamento, ocasionou no espaço da Grande Vitória algumas situações que a equipe do PEE identificou como de funda-



O espaço urbano da Grande Vitória deve ter tratamento global.

mental importância de serem equacionadas, quais sejam:

- a forma de ocupação do espaço, onde se verificavam locais com alta densidade de ocupação (habitação e comércio), como por exemplo, o centro de Vitória, ao lado de verdadeiros vazios demográficos (Vila Velha e Cariacica);

- a expansão acelerada e desordenada da malha urbana, em forma de mancha de óleo, isto é, ramificando-se a partir dos principais eixos viários, mas deixando grandes vazios urbanos;

- a existência de grandes estoques de lotes vagos em marcante confronto com a contínua ocupação dos morros e mangues;

- a forte ação polarizadora exercida por Vitória, em função de concen-

trar a maior e melhor parte dos serviços financeiros, educacionais, de saúde e com melhor infra-estrutura instalada.

A esses problemas identificados somava-se um outro desafio aos planejadores da época, que era o de preparar o espaço da Grande Vitória para receber num período de oito anos (de 1976 a 1984) um acréscimo de mais de 600 mil pessoas, ou seja, o dobro da população que havia em 1976. Para preparar esse novo pólo industrial brasileiro, que a política federal de descentralização industrial estava criando, a equipe responsável traçou como ponto de partida para a ação ordenada e integrada a visão de que o espaço urbano da Grande Vitória deve ter tratamento global, isto é, apesar de ser um espaço político e admi-

* Arquiteto, especialista em Planejamento Urbano e técnico do IJSN.

nistrativo heterogêneo (cinco prefeituras) os seus problemas sociais, econômicos e ambientais são comuns.

Considerando então as consequências citadas acima - o crescimento espontâneo que caracterizava a Grande Vitória e a necessidade de uma ação planejada - foi formulado o partido urbanístico para a região, que deveria balizar os projetos subsequentes oriundos do governo estadual e dos cinco municípios. O esquema de estruturação do espaço propunha basicamente:

- Concentrar a ocupação urbana dentro da área limitada pelos eixos da BR 101/262 e Rodovia do Sol, tendo como objetivo deter a expansão urbana e adensar a ocupação, maximizando a infra-estrutura instalada, pela ocupação dos vazios urbanos.

- Desconcentrar o crescimento através de uma melhor distribuição dos equipamentos coletivos na Grande Vitória, usando um modelo polinucleado. Esta proposição visava consolidar áreas de comércio e serviço já existentes ou estimular sua formação nos municípios de Cariacica, Vila Velha e Serra, dotando-as de equipamentos e incentivando o comércio, a fim de se tornarem locais onde a população destes municípios pudesse realizar suas compras e satisfazer outras necessidades, descongestionando desta forma o centro de Vitória. A associação entre esses centros de comércio e serviço tinha também o objetivo de incrementar o adensamento populacional capaz de favorecer economias de escala nos investimentos infra-estruturais.

Como se observa, era uma proposição de caráter geral, onde se recomendava o seu detalhamento em nível local através dos planos diretores municipais e dos planos setoriais, como o de transporte coletivo, de preservação ambiental e histórica e de valorização da orla marítima.

Nestes quase 20 anos decorridos, a Grande Vitória cresceu muito, fruto da consolidação do pólo industrial e da migração populacional⁴, confirmando os pressupostos do PEE. Neste período a Fundação/Instituto Jones dos

Santos Neves elaborou estudos, pesquisas, projetos e planos, em associação com outros órgãos da administração estadual e/ou com as administrações dos cinco municípios que compõem a Grande Vitória, orientados no sentido de: maximizar a utilização dos equipamentos que são produzidos coletivamente (abastecimento de água, energia, telefone, escolas, saúde, etc.); evitar a saturação funcional de espaços físicos ou dos equipamentos coletivos (centro de Vitória, transporte coletivo, etc.); concretizar o esquema espacial (polinucleação) proposto para a região (planos de transporte, planos diretores urbanos, detalhamento dos centros de comércio/serviços nos municípios, etc.); ampliar a conscientização pública dos problemas urbanos e sociais e dos projetos para resolvê-los, através das amplas discussões públicas que se fizeram e se fazem, de forma a tornar explícitas as regras que devem conduzir a ocupação urbana da Grande Vitória.

Há hoje uma (re)definição espacial na Grande Vitória, que foi viabilizada através da implantação dos planos de transporte coletivo, que incentivaram, em muito, a formação dos centros de comércio/serviços em Campo Grande, Carapina e Vila Velha e dos planos diretores urbanos de Vitória e Vila Velha, que possibilitam às prefeituras o controle do tipo de uso do solo desejado e a capacidade máxima de adensamento de cada uma das cidades⁵.

Continuam, no entanto, a existir vários problemas que potencializam a grandeza dos investimentos infra-estruturais requeridos assim como ações institucionais isoladas que não contribuem para dotar a região de um crescimento planejado.

A Grande Vitória conta hoje com mais de 1.200 mil habitantes (41% da população estadual), um déficit habitacional de 127 mil habitações (praticamente 50% do déficit estadual), ocupações de áreas impróprias ao uso urbano, aliadas a 81 km² de vazios urbanos (que resultam em mais

de 140 mil lotes vazios) e muito déficit de infra-estrutura básica (saneamento, pavimento, escolas, postos de saúde, etc.), fruto ainda do crescimento anterior e da não-capacidade individual de cada município em solucionar estes problemas.

Aos investimentos econômicos implantados na área da infra-estrutura produtiva há a perspectiva de se somarem aqueles oriundos do Corredor de Exportação Centro-leste, criando um novo momento na vida da Grande Vitória.

É fundamental neste momento que, ao lado de um planejamento estadual que integre as diversas regiões do Estado dentro de uma estratégia que potencialize oportunidades de investimento nas diversas zonas funcionais do Espírito Santo, haja um entendimento e a vontade política das administrações municipais da Grande Vitória e do Estado no sentido de pactuarem uma nova forma de gestão para a região. O trabalho integrado é a melhor forma de solucionar os vários problemas comuns de ordem social, urbana e ambiental que ainda envolvem a Grande Vitória, sendo necessário instituir de vez os instrumentos para que a Grande Vitória se desenvolva de forma planejada.

NOTAS

1. O PEE foi elaborado por um grupo criado pelo governo do Estado, integrado por Arlindo Villaschi Filho, Antonio Luiz Borjaillle, Jolindo Martins Filho, José Ramos Sobrinho, Manoel Martins, Maria do Carmo Schwab, Michael Beyumar e Odilon Borges Junior.

2. Investimentos implantados, na época, na Grande Vitória: CVRD, pelotização, Porto de Tubarão. Investimentos cogitados: terminal do corredor de exportação, complexo siderúrgico, estaleiro de reparos navais e Aracruz Celulose.

3. Em 1950 a população da Grande Vitória representava 11,6% da população estadual e em 1960 representava 13,7%.

4. Na década de 70 a taxa de crescimento foi de 6,3% ao ano, e na década de 80, de 3,8% ao ano.

5. Está em elaboração o Plano Diretor Urbano da Serra.

UM DIREITO AO ALCANCE DE ALGUNS

*Anna Maria Marreco Machado**
*Marluza de Moura Balarini***

Neste trabalho, apresentamos alguns indicadores que descrevem a educação básica na região da Grande Vitória - Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana - e analisamos aspectos relacionados à implementação de políticas educacionais.

A exemplo do que ocorre na totalidade do Estado, a oferta de educação pré-escolar e de ensino fundamental e médio é predominantemente pública na região da Grande Vitória: das 565 unidades escolares, 71,3% integram as redes estadual e municipal de ensino, 28,3% constituem a rede privada e 0,4% pertence à esfera federal. De fato, em 1992, 80,81% dos 336.562 alunos matriculados frequentavam escolas públicas. Reproduzindo uma tendência histórica no Espírito Santo, a administração estadual detém o maior número de matrículas - 57,52% em relação ao total e 70,24% em relação ao somatório da rede pública.

A participação de cada grau de ensino no total de matrículas é a seguinte: 75,30% para o ensino fundamental, 14,36% para o ensino médio e 10,32% para a educação infantil.

Seguindo a lógica comum ao país, políticas ancoradas no ideal de universalização do ensino fundamental concretizaram-se através da expansão de vagas na rede pública, de modo que 95,42% das pessoas entre 7 e 15 anos de idade frequentavam escola em 1992. Das 10.029 crianças e adoles-

centes que ainda estavam fora das salas de aula, o maior percentual - 7,60% - localizava-se no município da Serra e o menor - 1,10% - em Vitória.

É possível propor, então, que, nos próximos anos, políticas públicas no campo da educação não priorizem a expansão do parque escolar, linearmente. A inacessibilidade à escola fundamental restringe-se a crianças descendentes de famílias extremamente pobres, condição que, associando-se a outros indicadores que caracterizam níveis inaceitáveis de qualidade de vida - habitação, saúde, emprego, etc. - configura-se como desafio. A entrada e permanência dessas crianças nas escolas não depende apenas da oferta de vagas: exige um conjunto de outras condições - materiais e não-materiais.

Assim, no conjunto dos cinco municípios, a abertura de novas vagas nas escolas de ensino fundamental deverá guiar-se por estratégias diversificadas, incluindo a identificação prévia da demanda, ao mesmo tempo em que medidas de melhoria do fluxo escolar ao longo das oito séries deverão concorrer para redução do déficit de salas de aula. Sabemos, por exemplo, que a repetência é fator significativo na oferta de vagas, à medida que espaços físicos, professores e demais insumos são utilizados para os mesmos alunos por dois, três, quatro anos... Atualmente, a distribuição de matrículas nas oito séries é bastante desproporcional: cer-

ca de 20% das matrículas no ensino fundamental concentram-se na 1ª série e, aproximadamente, 60% referem-se às quatro primeiras séries. Se este grau de ensino estivesse realmente democratizado, esta proporção estaria próxima a 12,5% para cada série.

Ainda que o primeiro passo para a universalização de oportunidades de escolarização esteja dado, considerável investimento financeiro será necessário para a conservação, manutenção e aparelhamento do parque escolar, dadas as condições precárias em que inúmeras escolas se encontram.

O esforço estatal para melhorar a qualidade do ensino tem sido endereçado à melhoria da oferta - aspectos físicos dos prédios, equipamentos e materiais - condição que parece evidenciar uma atuação sobre fatores mais "visíveis", induzindo a um julgamento positivo sobre o desempenho dos administradores.

Em relação ao rendimento escolar no ensino fundamental, na região da Grande Vitória verifica-se que, no ano de 1992, 86,90% dos alunos foram aprovados à série seguinte. Mas 27.128 estudantes ficaram reprovados, significando que, em 1993, o sistema educacional custeou 775 turmas de alunos repetentes. Qual o significado desse "re-investimento" para o Estado/Município e famílias?

Entre os cinco municípios estudados, sobressai o de Viana, com

* Mestre em Educação, diretora do Centro Pedagógico da Ufes e professora de Administração Escolar.

** Mestre em Educação, especialista em Alfabetização e técnica em Planejamento Educacional.

ESTUDOS & PROJETOS

17,40% de reprovação, seguindo-se o de Serra, com 15,09%, e o de Vitória, com 14,12%. Abaixo da média encontrada para a região estão Cariacica (11,82%) e Vila Velha (10,36%).

Aprofundando-se a análise em nível de rede escolar, verifica-se que, à exceção de Vitória, nos demais casos a reprovação é sempre maior na rede municipal comparada à rede estadual. Ainda assim, a taxa encontrada na rede municipal de Vitória (15,60%) está acima da média regional (13,10%). Comparativamente, a taxa de reprovação municipal em Vitória apresenta-se mais baixa do que na rede estadual, porque esta possui a mais alta taxa de reprovação da regional (20,40%).

Em relação à evasão escolar, a média da região foi de 13,4% em 1992, não havendo distâncias notáveis entre a média de cada um dos municípios. Isso significa que, ao longo do ano letivo, 33.555 estudantes saíram das escolas sem concluir o ano letivo. Esse contingente, somado ao de alunos reprovados, totaliza cerca de 60 mil "perdas" em apenas um ano... Cerca de 17 milhões de reais desperdiçados...

Outro indicador do desempenho do sistema educacional foi obtido

através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), um projeto que pretende medir o nível de aprendizagem dos estudantes das escolas públicas, a cada dois anos, por meio da aplicação de provas padronizadas nas disciplinas de Português, Matemática e Ciências. Os resultados dessas provas mostraram um baixo desempenho dos estudantes, sendo os resultados da Capital, em todas as disciplinas, mais baixos do que os do interior do Estado.

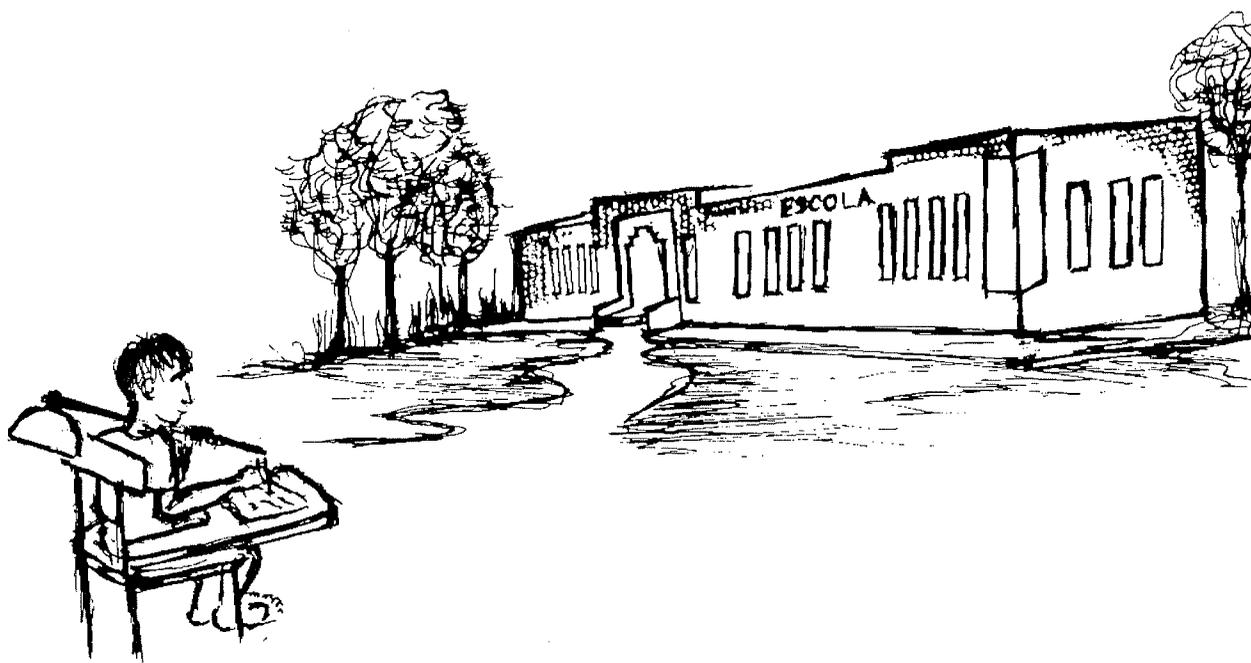
A consideração dessas análises leva-nos a sugerir que o esforço estatal em favor da escola pública de boa qualidade deverá dirigir-se à implementação de políticas inovadoras capazes de interferir nos processos pedagógicos com vistas a alterar o perfil dos produtos educacionais nos próximos anos.

Leva-nos também a questionar as causas que determinam o baixo desempenho da escola básica. Sabe-se, por exemplo, que as condições de trabalho do professor "são as piores no contexto das profissões de seu nível de qualificação" (PUCCI, B. e SGUIS-SARDI, V.), as quais incluem tanto a escassez de livros e material pedagógico como a quase inexistência de bibliotecas e laboratórios, dentre outras. Não se trata de deslocar para o professor a

culpa pelo fracasso escolar, mas de reconhecê-lo como consequência de um conjunto de condições que operam no interior da escola. A formação deficitária do professor, sua remuneração e as poucas oportunidades de aperfeiçoamento que via de regra tem prejudicam o seu desempenho profissional; daí a necessidade de criar oportunidades para que ele possa profissionalizar-se.

Tanto os dados estatísticos quanto as informações da pesquisa (SAEB) fornecem indicações gerais, quantitativas. Essas indicações precisam ser qualitativamente aprofundadas para que se possa compreender a totalidade do processo educativo e as medidas necessárias ao encaminhamento de soluções eficazes.

Nesse sentido, a urgência de corrigir deficiências da educação reforça-se à medida que elas afetam tanto as possibilidades de consolidar realmente a democracia como as de atuar positivamente nos processos produtivos e de participar com competência nos avanços científicos e tecnológicos a que chegamos.



UMA CIDADE DE OURO

Djalma Vazzoler*



Há quase dois séculos, copiosas jazidas de ouro atraíram o bandeirante Pedro Bueno Cacunda ao coração geográfico do sul espírito-santense. Com ele chegava, em 1705, uma caravana de mineradores ao Pico de Forno Grande. Este, por assemelhar-se a um torreão estilo feudal, recebeu desses aventureiros o nome de Pedra do Castelo. E Castelo passou a ser denominado todo aquele território que se estende entre vales e montanhas.

* Pedagogo e técnico do IJSN.

MUNICÍPIO

Gozando de privilegiada posição geográfica no mapa estadual, o município de Castelo caracteriza-se sobretudo por suas belezas naturais. Escritos há que sobre elas discorrem. Recentemente, mais precisamente no dia 25 de junho, o jornal **A Gazeta** trouxe, em seu suplemento "Municípios", que é editado todas as segundas-feiras, um estudo realizado pelo Departamento Estadual de Estatística destacando aspectos históricos, físico-geográficos, sócio-econômicos, políticos e culturais de Castelo. Não nos cabe, pois, repetir neste artigo dados e fatos tão bem elucidados naquele e em outros trabalhos. No espaço que a **Revista Instituto Jones** reserva para este artigo tentaremos colocar ao alcance do público capixaba aspectos mais diretamente relacionados ao aproveitamento das potencialidades do município. Para isso recorreremos a um trabalho concluído em fevereiro do ano passado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, intitulado **Perfil Sócio-econômico e levantamento de oportunidades de investimentos: município de Castelo**.

TERRENO PREPARADO

Toda ação humana que vise transformar Castelo num paraíso turístico será grandemente auxiliada pelas condições físicas do município. A localização deste no mapa estadual é um dos aspectos determinantes. Situado no sul do Espírito Santo, Castelo apresenta facilidade de acesso tanto à região das montanhas como ao litoral, distando sua sede 83 quilômetros da praia de Marataízes, no município de Itapemirim.

Mas não é só a localização geográfica que torna esse território interiorano um potencial pólo turístico. Sua estrutura viária, por exemplo, constitui fator importante de comunicação. Atravessando o município de norte a sul, a ES-166, rodovia totalmente pavimentada, garante a ligação da sede com os demais distritos. Em sua

parte norte, além de estabelecer um elo entre a sede e as várias localidades do próprio município, essa rodovia liga Castelo a Venda Nova do Imigrante, a 38 quilômetros. Neste ponto desemboca na BR-262, propiciando ligação, no sentido leste, com Vitória, a 142 quilômetros da sede, e no sentido oeste, com a cidade de Realeza, no Estado de Minas Gerais.

É ainda a rodovia ES-166 que estabelece ligação entre a sede e o sul do município. Além disso, seu encontro com a BR-482 permite o acesso direto a Cachoeiro de Itapemirim, e, através da BR-101 sul, ao Estado do Rio de Janeiro, cuja divisa dista 96 quilômetros da sede castelense.

A partir do entroncamento ES-166/BR-482, na localidade de Coutinho, município de Cachoeiro de Itapemirim, tem-se fácil acesso aos municípios de Jerônimo Monteiro, Alegre, Guaçuí, Dolores do Rio Preto e ao Estado de Minas Gerais. E a rodovia ES-379 liga Castelo aos municípios de Muniz Freire, Iúna e Irupi.

Inúmeras estradas vicinais em leito natural também compõem a malha viária de Castelo. Embora apresentando tráfego precário em dias de chuvas intensas, elas garantem a ligação entre as várias localidades do município, facilitando, assim, o transporte da produção agrícola.

Desta forma, o município de Castelo oferece inúmeras vantagens infra-estruturais e de localização geográfica, que certamente compensarão o esforço de quem apostar nas riquezas naturais desse território e nelas investir vultosos recursos.

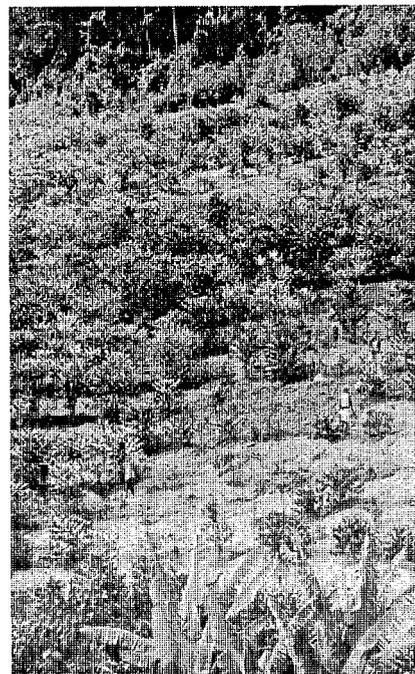
OS DONOS DA TERRA

Tamanho não é documento. Eis aí um ditado que parece encontrar eco no meio rural castelense. Ao contrário do que vem ocorrendo em grande parte dos municípios capixabas e no país, as pequenas propriedades de Castelo, que detêm mais de 40% da área total, têm no seu desmembramento uma constante. Explicação existe para o fato. Neste

município de tradição italiana, o apego à terra faz com que as áreas sejam progressivamente divididas entre os membros das famílias.

De acordo com o Incra, existem no município apenas seis grandes estabelecimentos, que estão localizados principalmente na região de pecuária e nas imediações do Pico de Forno Grande, onde predomina a olericultura e o que resta de mata natural.

A maior parte, porém, é de pequenas propriedades, na sua maioria, trabalhadas por mão-de-obra familiar. É sobretudo nessas propriedades que brota o milho, tradicionalmente principal cultura alimentar do município, ocupando uma extensão de 4.700 ha e sendo cultivado em aproximadamente 90% dos estabelecimentos agrícolas. Nessas pequenas glebas viceja também o café, principal produto agrícola do município, cultivado em aproximadamente 90% das propriedades, ocupando uma área de 9.500 ha, ou seja, 25% das terras próprias para a agricultura.



O café lidera a agricultura em Castelo.

MUNICÍPIO

Mas a crise brasileira do café chegou também em Castelo, impondo na época uma decadência anual de 20% a 30% no seu parque cafeeiro. Hoje, entretanto, o produto volta a apresentar lucratividade e lidera a agricultura no município.

O que ficou da crise foi a necessidade que sentiu o agricultor castelense de procurar outras alternativas para diversificar e até substituir a cultura tradicional por outra mais rentável.

Com a ajuda da Emater, o homem do campo descobre os novos produtos, a partir do conhecimento das condições climáticas, do tipo de solo e do relevo castelense. Resultado: Castelo é hoje o município do sul do Espírito Santo que possui a maior área plantada com o cultivo da macadâmia. É importante ressaltar que esta cultura está sendo incentivada em todo o Estado, especialmente neste município, pelo governo do Estado, através de contrato entre produtores e a empresa Vale Verde Agro-Industrial SA — Vaversa —, sediada em São Mateus. Por esse contrato a empresa fornece as mudas e se compromete a comprar toda a produção, com garantia do preço em dólar, para beneficiamento e exportação. Em breve esta moda pode pegar nos demais municípios capixabas, pois, segundo técnicos da Emater, o Espírito Santo possui condições propícias ao cultivo desse produto.

Além da macadâmia, inicia-se no município a cultura da seringueira, plantio feito em conjunto com o café, o que propicia o consórcio de culturas e assim torna ótimo o aproveitamento do solo. Além disso, a seringueira, como a macadâmia, tem a vantagem de produzir cobertura vegetal. Seu látex poderá, no futuro, gerar divisas financeiras consideráveis.

O reflorestamento com eucalipto, através do convênio Seag/Emater/Ciprus, é outra atividade que se inicia no município com boas perspectivas de sucesso.

Também a fruticultura representa uma alternativa aos produtores

que querem fugir da monocultura do café e de culturas tradicionais.

Todas essas culturas encontram em Castelo solo e clima propícios, e sua sorte está sendo decidida por um povo que escolheu a terra como manancial e depositário de aspirações herdadas através de séculos de suor.

NOVIDADE NA PECUÁRIA

A pecuária de Castelo apresenta um fato curioso: a conjugação de seu clima tropical megatérmico com o relevo montanhoso encontrou no homem do campo um fiel parceiro. Desse casamento surgiu a caprinocultura, que vem crescendo progressivamente no município. Dez produtores já operam com tecnologia de produção moderna. E os resultados já se fazem notar. São diariamente produzidos 100 litros de leite, assim distribuídos:

. 20% de leite "in natura" para o comércio local,

. 50% de leite "in natura" comercializado para fora do município,

. 30% industrializado no próprio município.

Não obstante esse dado, que dá um toque de originalidade ao setor agropecuário castelense, quem de fato reina naquelas pastagens é o gado bovino. Considerada sua segunda atividade econômica mais importante, ficando atrás apenas do café, a pecuária bovina está presente em quase todas as propriedades rurais do município. Um rebanho de 35 mil cabeças resulta uma produção média de 30 mil litros diários de leite (conforme depoimento do técnico do escritório local da Emater), com tendência ao crescimento, tendo em vista a expansão da atividade prevista para os próximos anos.

Os estudiosos do assunto não deixam dúvida sobre o futuro promissor da bovinocultura e da caprinocultura na economia castelense, principalmente no que tange à produção de leite.

Tal previsão se baseia sobretudo na constatação de que já lá se vão muitos anos de tecnologia, e a comercialização vem sendo garantida pela cooperativa local. No que se refere, especificamente, ao leite de cabra, há tendência para o seu beneficiamento e para a fabricação de queijo, iguaria que nenhum capixaba deixará de apreciar.

O QUE É QUE ESTA TERRA TEM

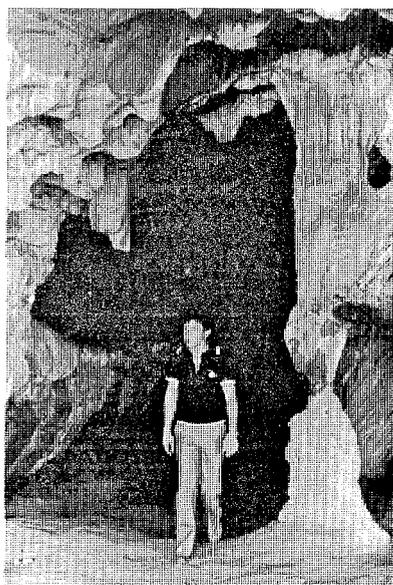
A festa de Corpus Christi, que a cada ano faz de Castelo centro das atenções de milhares de turistas, é sem dúvida um evento para ninguém botar defeito. Mas, longe de ser a única atração do município, é apenas um dos indicativos de como aquela gente espelha em suas obras as belezas naturais do solo em que pisa.

Esse território repleto de montanhas com altitudes superiores a mil metros, regado por rios, córregos e cachoeiras, presenteado por um clima agradável, tem tudo para se tornar um importante pólo turístico do Espírito Santo. Dentre as suas atrações destacam-se as que seguem.

Pico de Forno Grande

Não é difícil aproximar-se do Pico de Forno Grande, a 22 quilômetros da sede. E se houver disposição, o visitante poderá escalar os seus 2.002 metros de altitude para ter uma visão panorâmica de longa distância, depois de percorrer 340 ha de reserva rica em fauna e flora. Poderá ainda o turista dispor de uma área para acampamento localizada em uma clareira próximo ao cume, com capacidade para cinco barracas. E o passeio será bem mais agradável se for concretizada a proposta de urbanizar o início da subida do pico, construindo uma área para camping, com banheiro e cozinha, e se forem criados mirantes no cume do pico.

MUNICÍPIO



Gruta do Limoeiro em 1980.

Gruta do Limoeiro

Situada a 15 quilômetros da sede e próximo à estrada Castelo—Venda Nova, a Gruta do Limoeiro se apresenta com suas belas formas geológicas e amplos salões. Mede 200 metros de profundidade, e sua largura é variada (em alguns locais chega a 15 metros).

Mas sua beleza poderá ser melhor aproveitada caso sejam concretizados projetos já elaborados por técnicos. Um deles é o projeto para despoluição e instalação de iluminação móvel apropriada. Outro se refere à construção de restaurantes e salas de recepção e de treinamento de guias.

Cachoeira da Prata

Situada na reserva florestal da Mata das Flores (cujas área é de 800 metros), distrito de Aracuí, a Cachoeira da Prata pertence à fazenda de mesmo nome. Apenas oito quilômetros a separa da sede. Distância muito pequena para quem deseja passar um dia diferente. E a construção de uma infraestrutura adequada poderá facilitar ainda mais o acesso de milhares de

turistas a esse manancial, sobretudo se for acelerado o processo, em andamento, de desapropriação da área.

A cidade

Colonizada por italianos, Castelo tem, em muitas áreas, aspectos de cidade antiga, contrastando com modernas construções, o que contribui para transformar esse município num pólo turístico importante. Entretanto, resta ainda dotar o município de uma infra-estrutura hoteleira adequada e executar medidas diversas, como a construção de hotéis-fazendas, spas, pousadas de campo, áreas de camping e outras, que possibilitarão um fluxo turístico permanente.

Algumas dessas medidas vêm sendo adotadas. Há, por exemplo, um grupo de geólogos e biólogos da Secretaria de Estado para Assuntos de Meio Ambiente do Espírito Santo —Seama— que vêm realizando levantamento das dimensões físicas, da fauna e da flora, como também da forma de iluminação e conservação da Gruta do Limoeiro.

Um programa que poderá dar frutos é o agroturismo. A Secretaria de Estado da Agricultura elaborou uma proposta preliminar com informações infra-estruturais, para desenvolver o programa nos municípios de Castelo, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins, Marechal Floriano e Viana, municípios esses que se assemelham entre si pela similaridade da atividade rural. O objetivo é criar meios de associação entre a exploração agrícola nos estabelecimentos de hospedagem e de alimentação e o lazer, proporcionando maior relacionamento entre a população do campo e da cidade.

Com a proposta de agroturismo, que já está sendo concretizada, o município de Castelo terá uma grande fonte de renda, o que incrementará a economia regional, favorecendo a comercialização dos produtos típicos locais, como: laticínios em geral, leite e queijo de cabra, massas e doces casei-

ros, produtos hortifrutigranjeiros, artesanatos em pedra, trabalhos manuais, produtos embutidos e defumados e outros.

A região possui uma beleza paisagística encantadora, podendo oferecer aos turistas uma convivência harmônica com a natureza.

Além dos atrativos naturais, o município tem uma vantagem em termos de localização, como já foi citado: a proximidade com o litoral e o fácil acesso às regiões das montanhas e aos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais; o que significa que será possível integrar o turismo do litoral com o da região de montanhas.

O CAMINHO DAS MINAS

A viagem dos mineradores comandados por Pedro Bueno, em 1705, não encerrou-se no recosto confortante do Pico de Forno Grande. Seguindo as correntes do rio Caxixe, esses bandeirantes estabeleceram-se nas imediações das localidades da Fazenda do Centro, Limoeiro e Povoação, pois o ouro das minas do Castelo era o seu objetivo. E só os violentos conflitos com índios puris e botocudos obrigaram-nos a abandonar aquelas paragens, em 1711.

Mas fincado estava o marco. E as atenções do governador Manoel José Pires da Silva Fontes Lemos para lá se dirigiram. Em 12 de fevereiro de 1812, ao escrever sobre viagem que fizera à província, mencionava a descoberta de ouro do rio Castelo. E os próprios olhares do rei D.João VI foram enfeitiçados pelo brilho daquelas jazidas. Em 6 de dezembro de 1816, expediu a Carta Régia ao governador da capitania recomendando-lhe que adiantasse os exames mineralógicos das minas do Castelo. O governo estadual, por sua vez, não deixou que aventureiros usurpassem o quinhão régio que poderia resultar desses recursos. Em 1824 determinou que as terras auríferas fossem repartidas em pequenas propriedades e concedidas a pessoas

“Mas as riquezas minerais daquele solo não se esgotaram. Ao contrário, atrás do ouro, foram descobertos outros tipos de minérios”.

interessadas na exploração das minas, com a condição de que as leis das sesmarias fossem respeitadas, e os impostos sobre o ouro, recolhidos aos cofres públicos.

De lá para cá, muitas coisas mudaram. Mas as riquezas minerais daquele solo não se esgotaram. Ao contrário, atrás do ouro, foram descobertos outros tipos de minérios. Águas-marinhas, por exemplo, são encontradas no centro da cidade. Há também no município rochas carbonáticas, cuja extração é destinada aos setores industriais de rochas ornamentais e às indústrias de cimento, de siderurgia e de corretivos do solo. Essas rochas compreendem os mármore calcícticos e dolomíticos localizados em áreas da Fazenda da Prata, de Alto Prata, de Córrego da Onça, de Limoeiro e de São Cristóvão. O calcário e as rochas gnaissicas e graníticas são minerais que também podem ser encontrados em Castelo, sendo o granito largamente utilizado nas indústrias de pedras ornamentais e pedras britadas.

E, como a indicar que o elo da história não foi perdido, minas de ouro ainda reluzem, com pequenas ocorrências localizadas no córrego do Meio, no rio Caxixe e na localidade de Bata-tal.

Quem ganha com tudo isso é o setor da indústria de extração e beneficiamento de minerais, que, de acordo com o cadastro industrial do Ideies, detém 15,15% das 66 indústrias existentes no município, sendo a nota máxima atribuída à exploração do granito. Esta atividade está em franca expansão e tem futuro promissor, uma vez que o padrão do granito de Castelo é permanente, ou seja, é todo ele do mesmo tipo e qualidade. Encontrado nas comu-

nidades de Corumbá, Campestre, São Luís, Pedregulho, Estrela do Norte, Descoberta e São José, ele forma com o mármore e o calcário um trio de campeões. Assim, o município de Castelo tem na indústria de extração e transformação dessas jazidas uma de suas maiores oportunidades de investimento.

A administração municipal sabe disso. E quer que indústrias para o beneficiamento desses minerais sejam instaladas no próprio município. Deste modo haverá agregação de valor ao produto e conseqüente geração de divisas para o município, uma vez que este possui grande quantidade de matéria-prima. Além disso, Castelo conta com todas as vantagens locais para investimentos em industrialização.

A DINÂMICA DE UM POVO

A população castelense, constituída de 29.566 habitantes, é reconhecida uma das mais participativas e organizadas do Estado, contando com entidades bem estruturadas e abrangentes, tanto na área urbana quanto rural. Um levantamento feito pelo escritório local da Emater dá conta de 36 associações de moradores espalhadas por todo o município. Além dessas, foram levantadas no ano passado pelo Instituto Jones dos Santos Neves as seguintes organizações: Associação Comercial de Castelo, Cooperativa Agrária de Castelo, Associação Castelense de Proteção Ambiental e Associação Castelense de Criadores e Produtores Rurais.

Também a vida cultural do município tem sido contagiada pelo espírito ordeiro e dinâmico de seu povo. No campo das manifestações culturais, por exemplo, além da festa religiosa de Corpus Christi, são organizados anualmente os seguintes eventos:

Festa da cidade - comemorada no primeiro final de semana de junho, com programação festiva e cívica, desfile escolar, shows e eventos esportivos.

Carnaval Mirareca (minicarnaval de Castelo) - realizado no mês de setembro, o tradicional e famoso Mirareca apresenta blocos sujos e possui duas escolas de samba.

Jogos Olímpicos Mário Filho - realizados anualmente em setembro, duram o mês inteiro, com competições de todas as modalidades esportivas.

Jogos Programados - a prefeitura municipal promove campeonatos com jogos programados, contando com a participação das torcidas. Os jogos são incorporados às tradições da cidade.

A intensa vida cultural e a organização desse povo manifestam-se também nos espaços destinados à cultura e ao lazer. O castelense pode orgulhar-se, por exemplo, de possuir um teatro que, com seus 262 lugares, é considerado o segundo melhor palco do Estado.

Não menos significativo é o fato de existirem no município sete bibliotecas; seis estão situadas na sede e uma na comunidade de Monte Pio. A que chama mais atenção é a Biblioteca Pública Municipal Ciro Vieira da Cunha, localizada no centro da cidade. Construída em 1922, em forma de castelinho, já está sendo ampliada para comportar mais salas de leitura e um espaço para o museu de Castelo. Além de atender estudantes locais, possui um espaço para exposição e lançamento de livros.

O município conta ainda com quatro clubes sociais, três praças, um parque e duas locadoras de vídeo, mostrando, a partir desses e outros espaços, a importância que o castelense atribui à forma alegre e solidária de viver.

CANALIZANDO AS RIQUEZAS

Poucos são os povos que logram desentranhar das camadas mais profundas de sua alma o substrato para ações objetivas. Castelo conseguiu coetear as riquezas de seu povo e sua terra com a capacidade que possuem suas lideranças de formular e executar políticas públicas de indiscutível impor-

MUNICÍPIO

tância. Assim, muitos de seus projetos podem ser considerados modelos a serem seguidos por outros municípios.

Pró-rural - É um projeto da Escelsa, para extensão da rede elétrica com menos de 500 metros. Objetiva reduzir o êxodo rural.

Fossa filtro - O escritório regional da Cesan é tido como modelo no que se refere ao tratamento de água e esgoto, tendo desenvolvido em Castelo a primeira experiência do sul do Estado em "fossa filtro", para tratamento do resíduo. A municipalidade está desenvolvendo um programa de saneamento básico, sob a orientação da Cesan, para instalação de fossas sépticas, com filtros, nas casas populares que estão sendo construídas. O material é fornecido pela prefeitura.

Jogue lixo no lixo - A prefeitura realizou a campanha "Jogue lixo no lixo" com o objetivo de manter a cidade limpa. Latões de lixo foram espalhados por vários pontos da cidade.

Núcleos de Convergência - As antigas escolas unidocentes, pequenas e mal equipadas, espalhadas pelas diversas comunidades, foram substituídas por escolas maiores. Dotadas de professores específicos para cada série e/ou disciplina e de infra-estrutura adequada, estas unidades foram construídas em locais centralizados, atendendo a várias comunidades. O transporte para suprir as dificuldades de deslocamento entre os núcleos e os locais de moradia dos alunos e professores é fornecido pela prefeitura municipal. O espaço físico das antigas escolas unidocentes foi repassado aos moradores das pequenas comunidades para seu usufruto, atendendo aos interesses coletivos. Os Núcleos de Convergência estão localizados nas comunidades de Limoeiro, Novo Vênus, Mundo Novo, Monte Pio e Delza Fraco.

Projeto Crescer/Saber - Em 1990 foi criado o Projeto Crescer/Saber, para alfabetização de adultos. Em 1922 o projeto foi introduzido em todas as escolas, possuindo atualmente 324 alunos matriculados e 80 ouvintes,

distribuídos em 17 salas. Há informações de que não existe evasão.

Projeto Curumim - Criado em agosto de 1983, este projeto, desenvolvido pela prefeitura, tem como objetivo dar atendimento médico e odontológico gratuito a crianças na faixa etária de 0 a 14 anos. No projeto Curumim os profissionais de saúde e de educação atuam de forma integrada. (Aliás, uma das características dos projetos introduzidos em Castelo é a integração entre as diversas áreas.) Na escola o atendimento odontológico é sistemático; os profissionais - odontólogos e professores - realizam trabalhos preventivos contra a cárie e doenças de gengivas. O projeto abrange as comunidades da sede e do interior,

"E, como indicar que o elo da história não foi perdido, minas de ouro ainda reluzem, com pequenas ocorrências localizadas no córrego do Meio, no rio Caxixe e na localidade de Batatal".

contando com uma equipe interdisciplinar de 4 assistentes sociais, 3 enfermeiras, 1 psicólogo, 7 odontólogos, 13 assistentes de clínica, 2 recepcionistas, 2 serventes, 3 auxiliares administrativos, 2 assistentes administrativos e 4 motoristas. Os profissionais das diversas áreas realizam palestras para mães, gestantes, adolescentes e crianças, conscientizando-os sobre a necessidade de prevenção de doenças e oferecendo-lhes orientação. Atualmente 4.200 crianças são assistidas pelo projeto Curumim, considerado modelo a ser adotado por outros municípios, pois é responsável pelos baixos índices de incidência de cárie dentária.

Conhecendo Castelo - Criado pela prefeitura, o projeto consiste num roteiro de turismo ecológico pelos principais pontos de atração turística do município, e tem como objetivo conscientizar a população acerca da

necessidade de preservação ambiental, além de divulgar o que existe de beleza natural no território castelense. A primeira etapa do projeto atendeu 3 mil alunos da rede de ensino público. Hoje este projeto está paralisado, mas a administração municipal pretende dar-lhe continuidade.

Sericicultura - Foi introduzido na região serrana do Estado um projeto de criação do bicho-da-seda. Trata-se de um convênio entre a Secretaria de Estado da Agricultura/Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e a Indústria Japonesa de Tecelagem de Seda - Kanebo -, esta com matriz brasileira localizada no Paraná. De acordo com esse convênio, a Kanebo se compromete a instalar uma tecelagem na região quando em suas imediações houver mil produtores desta cultura. Até o momento 180 produtores estão instalados.

Esses e outros projetos dão uma idéia do nível de organização dos habitantes de uma terra que outrora se inscrevia no roteiro de aventureiros e hoje constitui palco de bem sucedidas experiências de canalização de suas riquezas.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil sócio-econômico e levantamento de oportunidades de investimentos - Município de Castelo.** Relatório Preliminar. Vitória, 1993.

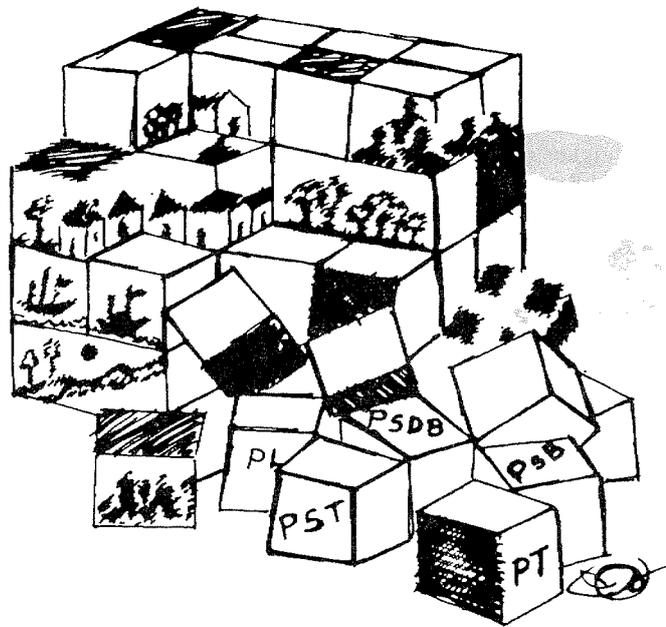
CÂMARAS SETORIAIS E PLANEJAMENTO

Roberto Garcia Simões*

Está ocorrendo uma alteração no comportamento de determinados setores do movimento empresarial e sindical e dos partidos políticos no tocante à proposição de políticas públicas.

Constam dos programas de governo de três candidatos ao Governo do Estado do Espírito Santo - Max Mauro, Rose de Freitas e Vitor Buaz - referências às câmaras setoriais associadas ao planejamento e à definição de estratégias de desenvolvimento. Na proposta de governo "Mãos à Obra, Brasil", do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, no subitem da política industrial está previsto que "poderão ser adotadas políticas setoriais, formuladas e implantadas de forma tripartite, envolvendo o governo, os trabalhadores e os empresários". Também na área econômica, integra as "Bases do Programa de Governo" do 2º colocado no pleito presidencial Luís Inácio Lula da Silva a formulação de "fóruns por cadeia produtiva em que estarão representados empresas, trabalhadores, consumidores e governo. As atuais câmaras setoriais são um dos modelos possíveis para estes fóruns".

Considerando as propostas de governo citadas, pode-se dizer que há uma demanda "tecnopolítica" em curso que implica a redefinição do planejamento governamental.



Por outro lado, vem crescendo a tendência de formação de arranjos institucionais voltados para a articulação e negociação de interesses de empresários, trabalhadores e governo mediante a participação conjunta na formulação, tomada de decisão e implementação de políticas públicas.

Sob diferentes designações, tais como conselhos, câmaras setoriais, comissões e fóruns tripartites, a inserção dos três atores citados nesses arranjos institucionais é feita através de entidades representativas e de órgãos estatais. A constituição e operação desses arranjos abrange aspectos controversos, que vão desde a seleção das

entidades até o alcance e significado das deliberações, passando pelos temas que deve abordar. Dentre outros exemplos desses arranjos institucionais tripartites, pode-se citar o que está contido na nova Lei dos Portos com a atribuição de gestão, o Conselho Curador do FGTS, o Conselho do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador -, o fórum formado para a negociação do acordo do setor automobilístico. No Espírito Santo, além da criação de câmaras setoriais na área econômica, essa concepção foi ampliada com a constituição da "Câmara Setorial do Transporte Coletivo", incluindo os usuários desse serviço.

* Mestre em Planejamento Urbano e Especialista em Políticas Públicas.

A formação de cerca de 30 câmaras setoriais no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo indica que a adoção desse arranjo institucional está concentrada na área de política industrial.

Esta tendência no campo das políticas públicas deve ser entendida como parte integrante da agenda pós-transição política no que diz respeito à reforma do Estado e à redefinição da clássica relação Estado—sociedade. Daí decorrem alguns pontos específicos que tocam o caráter da coordenação planejada da nova atuação do Estado na economia, a democratização da gestão dos fundos públicos, a representação de interesses nas instituições decisórias no plano governamental. Fica evidente que ainda estão sendo processadas, sob o aspecto institucional, as mudanças ocorridas no Brasil em virtude do tipo de crescimento econômico dos anos 70, da urbanização, da emergência do “novo sindicalismo”, da expansão das classes médias..., num contexto de crise nacional e de mudanças significativas na nova ordem internacional. Esta confluência e simultaneidade de mudanças gera uma agenda sobrecarregada e conflituosa para a negociação política. Contudo essa agenda deve ser equacionada sob pena de comprometer a governabilidade.

Ao se recuperar a formulação teórica sobre o significado desses arranjos institucionais tripartites na Europa, envolvendo a participação de empresários, trabalhadores e Estado na negociação de ações estratégicas e de políticas públicas, observa-se que ela está norteada pelo conceito de neocorporativismo ou corporativismo societal. Trata-se de uma outra forma de corporativismo distinta da estatal, esta última predominante na América Latina.

O neocorporativismo é definido por Lehmbuch como um modelo institucional de formação das escolhas

políticas, no qual as grandes organizações de interesses colaboram entre si e com as autoridades públicas não só na intermediação dos interesses, como também na alocação de recursos e na implementação de políticas, em suas formas mais desenvolvidas. Sublinha-se que esta definição já enfatiza a combinação entre intermediação de interesses e implementação de políticas num único arranjo institucional.

A emergência do neocorporativismo nas “democracias avançadas”, em particular na Europa, é atribuída por Claus Offe aos seguintes fatores: a) ao declínio dos partidos políticos como agregadores e canalizadores de demandas; b) à crise fiscal, pois dificulta a “acomodação” de interesses conflitantes. Para Offe, o neocorporativismo busca conferir maior previsibilidade ao conflito, encaminhando demandas para uma arena decisória que não afeta a estabilidade do governo e ajuda a reduzir a agenda sobrecarregada. E nesta arena decisória têm assento empresários, trabalhadores e governo.

No caso da transição no Brasil, a construção da estabilidade política esteve associada a negociação de um pacto nacional envolvendo as macrorrepresentações dos três atores citados acima. Apesar de terem sido feitas seis tentativas no período 85/91, o pacto nacional não vingou. Acabou prevalecendo a formação de coalizões bloqueadoras que adotaram uma postura negativa e defensiva diante da crise. Assim, **incontinenti**, a crise permanecia.

No entanto, neste início da década de 90 pode-se notar que está ocorrendo uma alteração no comportamento de determinados setores do movimento empresarial e sindical e dos partidos políticos no tocante à proposição de políticas públicas, antes refratários a qualquer tipo de negociação e participação conjunta nos arranjos tripartites. Claro que ainda há muita ambigüidade, mas, por exemplo, antes da eleição presidencial de 1989 era impensável: a) negociação de um

acordo tal qual o que ocorreu no setor automobilístico; b) a proposta de “modelo tripartite” dos portuários, sem falar da formação de consórcios mistos para participarem de alguns processos de privatização. Com o resultado da recente eleição presidencial, a postura afirmativa e propositiva ampliará o seu espaço.

Esta ampliação da postura política propositiva requer o estabelecimento de novas relações sociais fundadas no “antagonismo convergente”, segundo expressão cunhada pelo prof. Francisco de Oliveira. Trata-se de passar de uma relação conflitiva de anulação do outro para uma relação conflitiva de reconhecimento mútuo. Em outros termos, o presidente da FIAT do Brasil S/A, Silvano Valentino, diz que “a câmara setorial automotiva inaugurou, no Brasil, a era da formulação de estratégias cooperativas entre os agentes econômicos e sociais (...)”.

Este entendimento do conflito e da negociação convergente de interesses é decisivo para presidir a retomada do planejamento compromissado com a ação resultante de acordos pactuados publicamente. Assim, o planejamento deixa de ser “participativo” no sentido de que não se trata da apresentação de um elenco de reivindicações ao governo via os “conselhos” tradicionais de representação descompromissados com a viabilização, execução e avaliação das suas decisões. O traço marcante do planejamento deve passar a ser a adoção de uma postura propositiva voltada para a negociação democrática das divergências com o intuito de construir ações estratégicas.

Em síntese, em que pese não ter sido consumado o pacto nacional no Brasil, estão em curso propostas ou em operação pactos setoriais como os exemplificados anteriormente. Estão sendo gestadas coalizões estabilizadas tripartites que procuram ampliar a responsabilidade dos atores sociais e políticos na superação da crise, ainda que setorialmente. Caso contrário, fica impossível a parceria e a cooperação

tão faladas ultimamente. Nesse sentido, é importante notar que os autores que tratam de neocorporativismo nos "países avançados" apontam, a partir dos anos 70, a passagem do nível macro para o nível setorial, com a conseqüente mudança na participação de organizações de caráter nacional para organizações representativas de interesses setoriais e profissionais.

A formação de cerca de 30 câmaras setoriais no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo indica que a adoção desse arranjo institucional está concentrada na área de política industrial. No entanto, esse arranjo poderia ter seu alcance ampliado no contexto de outras relações do Estado com a sociedade? Ao falar da pesquisa do Cebrap sobre "Acordo das Montadoras", o seu coordenador, prof. Francisco de Oliveira, assinala que essa formulação pode ser transportada de forma mais generalizada para o plano da sociedade, inaugurando: a) uma nova sociabilidade; b) novas relações entre o público e o privado; c) uma nova visão do significado do antagonismo de interesses na medida em que o decisivo não é a derrota do adversário, mas sim os ganhos obtidos pelas partes.

É a partir dessa concepção que a instauração de uma nova modalidade de planejamento deve estar centrada no exercício contínuo da articulação e da negociação de interesses, para o que é decisiva a formatação de arranjos institucionais que: a) tornem públicos os conflitos e as divergências; b) possibilitem a negociação das divergências, e c) permitam a formulação e concertação de ações estratégicas.

Visto que a concepção das câmaras setoriais não se restringe à dimensão econômica nas relações Estado—sociedade, permanece, contudo, um conjunto de questões relacionadas à sua feição setorial. E este é um ponto sempre presente nos debates sobre planejamento: as relações entre o setorial e o global, entre as políticas públicas e o projeto de desenvolvimento.

A configuração do neocorporativismo (setorial), que significa con-

certações de interesses de maneira fragmentada, pode, segundo Schmitter, produzir desequilíbrios a favor de regiões, de setores ou criar condições para a emergência de fortes tendências sociais e políticas segregacionistas.

Tendo presente as desigualdades sócio-econômicas e regionais existentes no Brasil, a proposta de implementação das câmaras setoriais na área econômica é criticada pelo prof. Gustavo Franco (PUC-RJ) - "o segmento organizado da sociedade (a Bélgica) explora o desorganizado (a Índia)" -, e tem uma "defesa resignada" por parte do prof. Edward J. Amadeo (PUC-RJ) - "as vantagens setoriais e de curto prazo não devem afetar os interesses mais gerais da sociedade".

Para o prof. Gustavo Franco - um dos atuais diretores do Banco Central -, as câmaras setoriais procuram substituir mercados por negociações políticas. Como no Brasil é reduzido o grau de organização da sociedade e acentuada a heterogeneidade setorial e regional, o prof. Gustavo Franco afirma que os grupos com acesso privilegiado às instâncias decisórias do Estado tendem a criar privilégios, distribuindo o ônus para os grupos desorganizados e sub-representados sob a forma de isenção de impostos. E esta é uma de suas críticas ao "acordo automobilístico". Integrantes da equipe econômica do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso compartilham dessa crítica às câmaras setoriais: os professores Edmar Bacha e Winston Fritch, ambos da PUC-RJ, dizem que as discussões nessas câmaras sempre acabam em reivindicações na direção de reduzir impostos.

As respostas a essa crítica estão baseadas nos resultados decorrentes do referido acordo: segundo Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT, entre 1992 e 1994, a produção de veículos pulou de 960 mil veículos anuais para 1,5 milhões; a produtividade passou de 10,1 para 14,5 veículos por trabalhador; o emprego estabilizou-se após brutal retração e o crescimento da arre-

No Brasil há convivência de um arraigado corporativismo estatal com ensaios de um neocorporativismo envolvendo interesses sociais fortemente organizados e instituições estatais.

cação tributária (ICMS dos estados, mais IPI) foi de 33% no período 91/92.

No caso do prof. Edward J. Amadeo, a sua resignação advém da consideração de que a representação dos grupos sociais junto ao Estado pode ter fins mais ou menos particularistas, mais ou menos coletivos. Além disso, lembra que há formas e formas de representar interesses, cada uma com resultados macropolíticos diferentes. Com o intuito de evitar que as câmaras setoriais se transformem em coalizões distributivas que afetem fortemente os interesses coletivos, ampliando as desigualdades sociais, o prof. Edward propõe que as ações das câmaras setoriais sejam submetidas às instituições empresariais e sindicais que tenham em conta interesses mais abrangentes. E diz que isso ocorre nos casos da Suécia e da Alemanha. Ao polemizar com o referido professor da PUC-RJ, o prof. Francisco de Oliveira, presidente do Cebrap, diz que "Ao Estado, e concretamente ao Governo, cabe o papel de 'Camarão'".

Se nos "países desenvolvidos" as indagações acerca das possibilidades de afirmação ou não do neocorporativismo partem das mudanças relacionadas à individualização das demandas, das novas formas de organização e de gestão e das novas clivagens sociais - proteção ao consumidor, qualidade de vida, etnias -, no Brasil há a convivência de um arraigado corporativismo estatal com ensaios de um neocorporativismo envolvendo interesses sociais fortemente organizados e instituições estatais. Estes ensaios estão indicando novos problemas e oportunidades para a afirmação do planejamento estratégico.

POLÍTICA

Bibliografia

- AMADEO, Edward J. Defesa resignada do neocorporativismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 mar. 1993. Opinião Econômica, p. 2-2.
- _____. Entre hereges e cristãos novos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1993. Tendências/Debates, p. 1-3.
- _____. Fragmentação e crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jul. 1993. Tendências/Debates, p. 1-3.
- ARAÚJO, Angela M.C. & TAPIA, Jorge R.B. Corporativismo e Neocorporativismo: Exame de Duas Trajetórias. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. ANPOCS. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1991. v.32. 74 p., p.3-30.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Interesses, Organizações e Políticas Sociais. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. ANPOCS. Rio de Janeiro, Edições Vértice, 1991. v.31. 72 p., p.17-48.
- CROZIER, Michel. Como reformar al Estado. Tres países, tres estratégias: Suécia, Japón e Estados Unidos. México. Fondo de Cultura Económica, 1922. 154 p.
- FRANCO, Gustavo. Câmaras Setoriais, mercados e "negociações". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 mai. 1992. Opinião Econômica, p. 2-2.
- _____. Maravilhas do acordo automobilístico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de jul. 1992. Opinião Econômica, p. 2-2.
- _____. Neoliberalismo e Neocorporativismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 mar. 1993. Opinião Econômica, p. 2-2.
- _____. Quanto custou o acordo automobilístico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 1993. Opinião Econômica, p. 2-2.
- _____. A lavagem de um subsídio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 1993. Opinião Econômica, p. 2-2.
- MACIEL NETO, Antônio. FHC e as câmaras setoriais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 1994. Opinião Econômica. p. 2-2.
- MERCADANTE, Aloízio. Câmara setorial e apartheid social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 fev. 1993. Opinião Econômica, p. 2-2.
- NASSIF, Luís. O espaço das câmaras setoriais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 1992, p. 2-2.
- OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1989. 317 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. Carta Aberta ao ministro Fernando Henrique Cardoso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1993. Tendências/Debates, p. 1-3.
- _____. Carta aberta a hereges e cristãos-novos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jul. 1993. Tendências/Debates, p. 1-3.
- _____. Quanto Melhor, Melhor: O Acordo das Montadoras. In: **Novos Estudos**. Cebrap. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências Ltda., 1993. v.36. 243 p., p. 3-7.
- SALGADO, Lúcia Helena. As câmaras setoriais e a política de concorrência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 1993. Opinião Econômica, p. 2-2.
- SILVA, Vicente Paulo da. Os desafios para 94. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 1994. Tendências/Debates, p. 1-3.
- _____. Confaz não pode quebrar acordo do setor automotivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 fev. 1994. Tendências/Debates, p. 1-3.
- SILVA, Vicente Paulo da. & NAVARRO, Heiguiberto B.D.B. Lula, FCH e o futuro das câmaras setoriais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 ago. 1994. Opinião Econômica, p. 2-2.
- SIMÕES, Roberto Garcia. Arranjos institucionais. **A Gazeta**, Vitória, 23 mar. 1993. Opinião, p. 5.
- _____. Novo Governo e economia. **A Gazeta**, Vitória, 30 mar. 1994. Opinião, p. 5.
- _____. **Anotações sobre a Câmara Setorial de Transporte Coletivo**, 1994.
- SINGER, Paul. Quem perdeu com o acordo automobilístico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1992. Opinião Econômica, p. 2-2.
- VALENTINO, Silvano. Acordo setorial automotivo está em risco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 1994. Opinião Econômica, p. 2-2.
- VAITSMAN, Jeni. Corporativismo: Notas para a sua aplicação no campo da Saúde. In: **Reforma Sanitária. Em busca de uma teoria**. São Paulo, Cortez Editora. Abrasco, 1989. 232 p., p. 139-156.
- VIEIRA, José Eduardo de Andrade. Câmara setorial e democracia econômica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 set. 1993. Opinião Econômica. p. 2-2.

GOVERNO: UM NOVO CAPÍTULO

João Gualberto Vasconcelos*

Que tarefas
deverão ser
colocadas
para o futuro
governador?

Escrevo este artigo antes que tenha ficado definido o resultado das eleições no segundo turno no Espírito Santo. Dois candidatos disputam nossos votos: Vitor Buaz do PT e Dejair Camata do PSD, com favoritismo para Vitor. É óbvio que resultado de eleição do tipo segundo turno, disputada por dois candidatos, só pode ser assegurado depois de abertas as urnas.

Estou registrando isto porque julgo interessante chamar a atenção para o fato de que rigorosamente não sabemos ainda quem será o próximo governador dos capixabas, mesmo que haja um favoritismo já colocado na disputa.

É tendo em mente este quadro que comecei a pensar no que significa governar o Espírito Santo nos próximos quatro anos. Que tarefas deverão ser colocadas para o futuro governador?

Acredito que a primeira delas seja a de redesenhar a máquina pública tendo em vista um programa de

desenvolvimento. Isto é particularmente importante se lembrarmos que a última administração que pensou o Espírito Santo em seu conjunto foi a de Cristiano Dias Lopes, que nos governou entre 1967 e 1971. Cristiano pensou o Estado para a situação existente naquela época, e, depois dele, vivemos um vácuo que ainda não conseguimos ultrapassar...

Explico melhor. Dr. Cristiano foi o primeiro governador do Estado depois do Golpe Militar de 1964. Ele,

até então, era deputado estadual pelo antigo PSD e vinculado à corrente de Jones dos Santos Neves. Na eleição de 1962 Jones concorreu e perdeu para Francisco Lacerda de Aguiar. Mas Jones deixou um projeto para o Espírito Santo. O grupo político do qual Cristiano participava pensou o nosso desenvolvimento. As linhas gerais deste processo estavam na industrialização feita através de políticas públicas geridas pela própria burguesia local.



* Doutor em Sociologia, professor da Ufes, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e diretor da Futura - Instituto de Pesquisa.

O que temos hoje são órgãos sem dinheiro para investir, de um lado, e sem missão claramente definida de outro. Mas eles existem, empregam pessoas e consomem dinheiro.

Foi neste projeto que Cristiano Dias Lopes inspirou-se para seu quadriênio do governo. Foi nas formulações do grupo jonista dentro do PSD que alimentou-se a administração de Dias Lopes. Com trabalho e persistência o governo do Estado montou um máquina administrativa com capacidade para conduzir tal processo. É desta época a Lei estadual Nº 2296/67, que reformulou todo o aparelho do Estado. As linhas mestras deste processo de reformulação administrativa estavam vinculadas ao processo de industrialização comandado nacionalmente por uma elite militar e tecnocrática então no poder. Um processo de corte francamente estatizante e no qual o Estado deveria ser suficiente para si mesmo. Não quero me alongar muito neste detalhe, mas registro que havia condições objetivas que conduziam a tal formulação a ele pertinente com o que se vivia.

Esta visão de um processo de industrialização conduzido pelo Estado e no qual o próprio Estado deveria prestar a si mesmo os grandes serviços de que necessitava é que provocou a criação de uma multiplicidade enorme de órgãos. Órgãos estes que nos acompanham até hoje. Lembro-me, por exemplo, da Prodest - criada com o nome de Sercop - ou da Emforma ou do Banco de Desenvolvimento, o Banded. Todas estas instituições atendiam a estes dois requisitos básicos: o Estado deveria bastar-se e ele conduziria o processo de desenvolvimento.

Estes elementos centrais no projeto jonista eram extremamente

pertinentes com o que se vivia na época, insisto. Eram muito importantes no projeto de Cristiano. Foi implantado com seriedade e produziu seus resultados. Depois disto o governo Arthur Carlos, vivendo já um momento político diferente, retirou da burguesia capixaba a condução do processo e aprofundou em termos estaduais o processo de internacionalização da economia. Transferiu para os então chamados grandes projetos de impacto o centro dinâmico de nossa economia. É só nos lembrarmos da Aracruz Celulose, da Samarco ou da CST para sabermos do que eu estou falando.

Este processo de internacionalização da economia deixou profundas raízes em nosso Estado. Contribuiu profundamente para a montagem do quadro urbano que hoje temos. A distribuição regional das nossas indústrias é muito produto desta estratégia.

O governo Élcio Álvarez acentuou o processo que herdou. Investiu bastante na criação das condições urbanas que possibilitaram a implantação dos grandes projetos. Realizou também uma reforma administrativa, a introduzida pela Lei estadual Nº 3.043/75, cujo objetivo formal era o de preparar a máquina do Estado para o novo surto de crescimento que se aproximava. Na prática não introduziu nenhuma visão estratégica diferente, e funcionou apenas como ampliadora da capacidade do Estado de distribuir cargos entre os amigos do poder.

É esta estrutura introduzida pela Lei Nº 3.043/75, modificada aqui e ali pelos governos posteriores, que temos hoje. Esta lei sequer arranhou a concepção que Cristiano teve para o Estado. Introduziu pálidas modificações pontuais. Mais grave do que isto, não houve nenhum esforço consistente no sentido de efetivamente implantar a nova lei. De mudar filosofias gerenciais. Ele foi muito mais um esforço modernizante de fachada do que propriamente um leque de medidas que viessem para ficar.

O mundo mudou muito nestes 30 anos que separam a visão do grupo jonista para o processo de desenvolvimento do Espírito Santo da visão dos dias atuais. Mudou na direção de retirar algumas atribuições da máquina do Estado e repassá-las ao conjunto da sociedade. Definições autoritárias de conjuntos habitacionais como sempre fez a Cohab não condizem com as demandas de participação que estão hoje colocadas, por exemplo. Mais grave do que isto, o Estado empobreceu enormemente neste período. Perdeu as condições materiais de fazer todo este aparato funcionar. O que temos hoje são órgãos sem dinheiro para investir, de um lado, e sem missão claramente definida de outro.

Mas eles existem, empregam pessoas e consomem dinheiro. E, enquanto isto, a maior parte da população não tem serviços fundamentais, como saúde, educação ou a construção de estradas. O que fazer então?

Eis aí uma das tarefas fundamentais do próximo governo: dizer aos seus funcionários e ao conjunto da sociedade capixaba o que fazer com esta herança; como fazer com que esta máquina hoje mal remunerada, mal treinada, desmotivada, inchada, tenha um papel positivo entre nós. Soluções existem que extrapolem a pura e simples demissão em massa, inconcebível num quadro de busca de equilíbrio social e de justiça para todos.

A tarefa de explicitar um projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo, que não ficou clara no programa de nenhum dos dois candidatos para o segundo turno, e de articular os recursos disponíveis, inclusive institucionais, para a sua execução é tarefa urgente. Temos todos o direito de participar da construção deste modelo. Queremos discutir este processo, inclusive no seu rebatimento em termos da máquina do Estado.

O que não podemos mais permitir é que continuemos navegando sem bússola, todos perdidos, sem ter clareza da missão do setor público e de seus organismos. É impossível pensar

POLÍTICA

o papel de uma instituição específica neste emaranhado que está construindo sem pensar num sentido mais geral de missão. Esta tarefa não é simples nem demanda pouco tempo. Ela se coloca como uma atividade de longo prazo, mas que temos de começar a discutir o mais cedo possível.

Obviamente que as tarefas do novo governo são muito mais amplas do que o que estou listando neste breve

artigo. Quero apenas contribuir com algumas idéias. Não quero nem mesmo privilegiar a reforma do Estado sobre outras questões igualmente urgentes. Quero apenas registrar que, sem repensar este conjunto, ficaremos presos a estes casuísmos pouco eficazes que temos hoje.

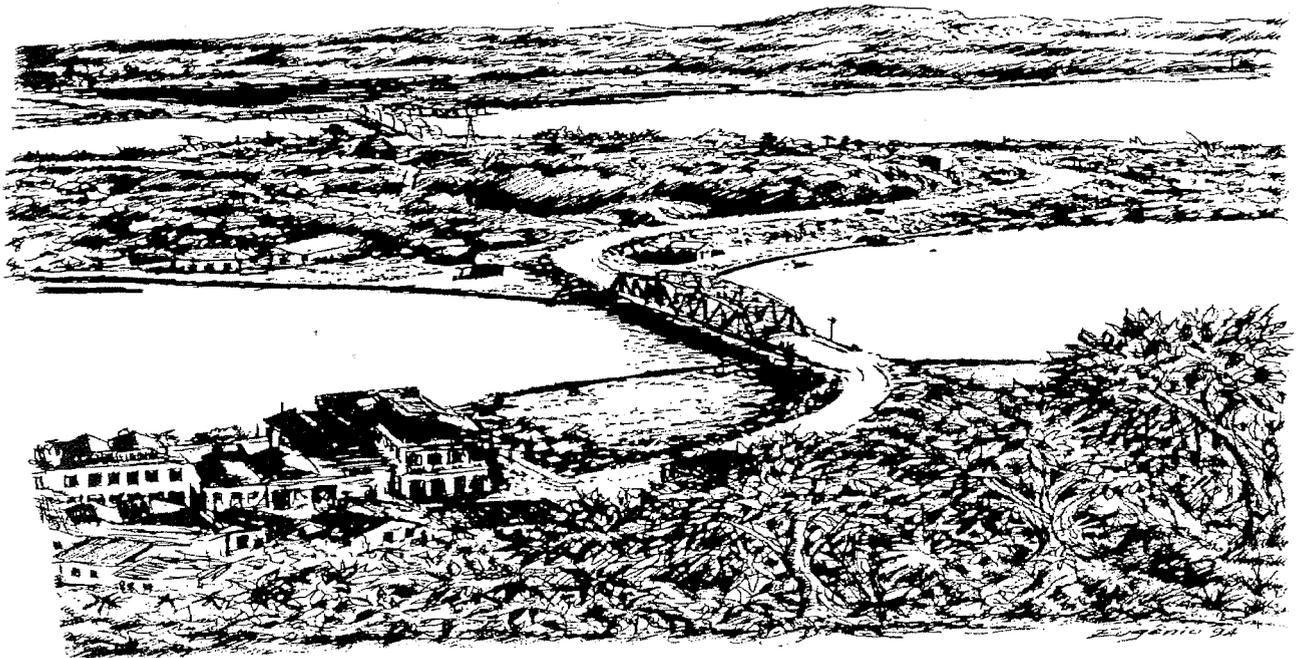
Quero também registrar que a **burocracia não muda a burocracia**, ou seja, que é necessário envolver os

mais amplos estratos da população de nosso Estado, de tal forma que um novo modelo de desenvolvimento e as alterações gerenciais que ele pode provocar na máquina pública sejam uma produção coletiva dos capixabas, e não a obra de alguns poucos iluminados. Iluminados dos quais, registre-se, já andamos meio enjoados.



METROPOLIZAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

André Tomoyuki Abe*



Quando, em 1973, foi aprovada a Lei Complementar Nº 14, que instituiu as oito regiões metropolitanas do País, a Grande Vitória, apesar de já então constituir um aglomerado urbano plurimunicipal, não foi incluída naquela relação, pois contava com apenas 400 mil habitantes, metade dos quais recém-chegados, expulsos do campo pela violenta crise do café.

Naquele mesmo ano estavam sendo gestados os chamados Grandes Projetos, investimentos de cerca de 5 bilhões de dólares nos setores portuário, siderúrgico, minerador e paraquímico. Esses empreendimentos tiveram trajetórias diversas e representaram uma ruptura no padrão de acumulação até então vigente, tendo o processo de

metropolização de Vitória como uma de suas manifestações mais visíveis.

Mas... o que é metropolização? Para clarear o tratamento do tema, percorremos a bibliografia específica a fim de sistematizar os conceitos, visto termos constatado a utilização indistinta e muitas vezes errônea da terminologia correlata. Grande cidade, seu caráter em países dependentes, áreas e regiões metropolitanas, aspectos funcionais, vivência, planejamento e gestão são alguns dos aspectos a seguir tratados.

Considerada a mais complexa e evoluída forma de organização urbana alcançada pela humanidade, a região metropolitana constitui a expressão materializada das novas formas econô-

micas e dos novos patamares financeiros e técnicos do processo de acumulação do capital.

Ao concentrar a população e os meios de produção e, conseqüentemente, os meios de consumo, assegura o urbano as condições ampliadas dos meios de produção e reprodução da força de trabalho e da própria dominação. Garante ainda a realização das atividades de produção e de consumo, aí caracterizadas como meios coletivos e representados pela circulação, distribuição, gestão e troca, com forte ênfase nas cidades metropolitanas.

A cidade, e particularmente a cidade industrial, não pode ser encarada sob o aspecto meramente formal; a forma urbana associa-se estreitamente

* Arquiteto, com especialização em Planejamento Urbano, professor de Urbanismo na Ufes e técnico do IJSN.

ao modo de produção dominante e às mudanças que a afetam no tempo. A compreensão desse processo demanda a análise conjunta da origem da terra urbana, da ação dos diversos segmentos no mercado imobiliário e da atuação restritiva do Estado e do planejamento, na sua intervenção inter e intra-urbana, no sentido da adequação do espaço urbano e dos meios de consumo coletivo aos objetivos a serem historicamente cumpridos pela aglomeração urbana.

A grande cidade tem sido identificada com as áreas metropolitanas para designar as metrópoles que apresentam grande complexidade de funções, sejam políticas, históricas, portuárias, industriais ou comerciais. Todavia, não se deve confundir o conceito de área metropolitana com o de grande cidade, nem com o de metrópole, nem com a noção de pólo de desenvolvimento, tampouco com a de lugar central.

O termo **metrópole** vem do grego *mater-polis* e significa *cidade-mãe*. Todavia seu emprego já não é suficiente para explicar esta grande aglomeração urbana que, a partir da Revolução Industrial, se distingue de todas as aglomerações urbanas que a precederam. Donde a necessidade de buscar outros conceitos, como *área metropolitana*, *região metropolitana*, etc.; com efeito, não basta falar de urbanização, mas também de metropolização. Todavia, a visão fragmentada e sintética tem contribuído para homogeneizar tanto processos e espaços como problemáticas e conceitos.

Com efeito, há pontos de vista divergentes no que tange ao fenômeno em suas características fundamentais. Seu estudo comporta diversos planos analíticos, quais sejam: aqueles relativos aos atores que participam de sua modelagem, aqueles que contemplam o papel de superestrutura do Estado, aqueles que analisam o aspecto político e, ainda, aqueles que valorizam as relações econômicas e financeiras.

Para essa compreensão, não se podem ignorar também as manifestações resultantes da inserção do homem

no meio ambiente da grande cidade. Esta oferece oportunidade de estímulos, interesses e emprego de tempo, todavia o faz de maneira extremamente seletiva, o que obriga o indivíduo egresso de outros meios mais estáveis, como o meio rural, a colocar em ação todos os seus recursos adaptativos para a mudança cultural e social.

A divisão social do trabalho e a ameaça de marginalização sociocultural infringem-lhe o paradoxo da homogeneização/individualização, cujo esforço pessoal de entendimento e de controle das situações que lhe são impostas levam o pretendente a cidadão metropolitano a reagir de maneira a buscar adquirir existência social ou a reestruturar a própria personalidade. Nesse processo, passa por conflitos, tensões e frustrações, que podem vir a lhe provocar distúrbios psíquicos ou levá-lo a atitudes prosaicas ou extremadas.

Apesar de *metropolização* ter vindo gradualmente a significar uma população muito grande, a mera aglomeração de indivíduos, por mais importante que seja, não constitui uma metrópole; há que estar provida de atributos metropolitanos para credenciar-se como tal. Trata-se de um câmbio qualitativo, fase superior da urbanização, ligada ao modo de produção internacional, de algo mais do que o mero aumento, em dimensões e densidade, das aglomerações existentes. Apresenta peso político e importância industrial significativos, maiores e mais variadas ofertas de comércio e de serviços, alto nível de renda e também de consumo.

Um critério para estabelecer distinção entre uma cidade grande e uma metrópole é aquele de identificar ampla preeminência funcional sobre um território mais amplo, critério que pode ser verificado através da análise dos fluxos de troca interurbanos. Uma metrópole é habitualmente um centro político, um centro de influência que articula espaços regionais e até nacionais; é muito difícil existir uma metrópole que não tenha o porte de uma

É muito difícil existir uma metrópole que não tenha o porte de uma grande cidade, mas nem todas as cidades grandes têm o status de metrópole.

grande cidade, mas nem todas as cidades grandes têm o status de metrópole.

Pode dar-se um foco de preeminência regional que não consista em uma mas em várias concentrações de população, juridicamente separadas; ainda que suficientemente próximas e socioeconomicamente integradas, elas responderiam legitimamente ao conceito de área metropolitana.

A área metropolitana é, portanto, um aglomerado urbano constituído pelo núcleo central metropolitano e pelos centros urbanos incorporados a essa área mediante o processo de suburbanização, que termina por recobrir o território com extensão correspondente a mais de uma unidade administrativa local, integram-se espacialmente e com formas de relações que correspondem a um único núcleo urbano, cuja área de influência se faz sentir além dos limites administrativos daquele conjunto de unidades.

Esse conjunto de centros urbanos desenvolve intensa vinculação socioeconômica com o núcleo central, de tal forma que esses centros passam à condição de núcleos periféricos e a constituir um sistema, uma unidade socioeconômica, cuja significação para o sistema social como um todo é maior do que a simples soma de suas partes.

Inclui-se na área metropolitana todo o *continuum* de áreas urbanizadas resultantes da expansão dos núcleos, e sua delimitação se dá nos extremos da área conurbanizada, com a qual se identifica. Donde se conclui ser essa delimitação variável ao longo do tempo, motivo pelo qual comumente para isso se adotam outros critérios, conforme os objetivos, como é o caso do planejamento ou dos monitoramentos estatístico-censitários.

POLÍTICA

Os limites entre o que é função local e o que é função metropolitana não são sempre muito nítidos; a divisão constitucional de competência e de recolhimento tributário não atende às necessidades; os problemas maiores são legados por todas as esferas; as motivações políticas superam as técnicas.

Portanto, a *metrópole* pode estar sob uma única administração, enquanto que a *área metropolitana* engloba várias jurisdições e conta com múltiplos núcleos que se integram e complementam, distinguindo-se no seu caráter jurídico supralocal. Todavia, o papel de preeminência regional é exercido pelo conjunto urbano, motivo pelo qual em muitas ocasiões verificamos o tratamento indiferenciado para as duas terminologias.

Já a *região metropolitana* se constitui num espaço mais extenso, que engloba, além da área metropolitana, uma periferia intermetropolitana, submetida ao processo de metropolização. Nesse espaço incluem-se os eixos de comunicação e desenvolvimento, os núcleos e as áreas periurbanas e algumas áreas rurais em vias de ocupação urbana.

Esse conceito sofre adaptações sob o aspecto da abordagem analítica, ao se delimitar de acordo com os objetivos de planificação a *região de planejamento metropolitano*, ou da abordagem institucional, ao se definir a *região administrativa metropolitana* adequando-a às divisões político-institucionais dos municípios nela contidos. Já em outras ocasiões pode-se referir à *região da metrópole* para designar o território de influência de uma determinada região metropolitana. Nesse caso, estamos nos referindo ao papel externo exercido pela metrópole perante a rede urbana e o espaço regional e nacional, e este é desempenhado pela região metropolitana como um todo.

Com efeito, a evolução do meio técnico vem reduzindo o tempo e eliminando o meio físico enquanto obstáculo, liberando as atividades de produção, consumo, gestão e intercâmbio das locações mais concentradas e aglomeradas, mantendo a vinculação funcional. Se, por um lado, essa transformação atua no sentido da

desconcentração espacial, por outro depende crescentemente de meio técnico correlato e mão-de-obra qualificada e, portanto, de meio urbano mais complexo. Também verifica-se a concentração de atividades relacionais.

Assim, verificam-se novas relações tanto na divisão técnica quanto na divisão social do trabalho, num processo de desconcentração/centralização e descentralização/concentração, a redefinir, por conseqüência da evolução dos meios técnicos, as espacialidades funcionais e os esquemas conceituais regionais do planejamento, visto tratarem-se de espaços com características funcionais urbanas não necessariamente urbanizados.

O enfoque estratégico, seja de ajuste, seja de desenvolvimento, a escala a ser considerada, tanto micro, como macro ou mega, dentre outros, são elementos diversificados de discussão quanto à abordagem metodológica do planejamento das regiões metropolitanas. Estas se definem conforme a instância de poder e os objetivos, podendo ser encaradas pelo planejamento sob duas óticas: nos seus aspectos externos e nos seus aspectos internos.

Os aspectos externos reportam-se ao papel da região metropolitana no seu relacionamento funcional com outros sistemas e subsistemas espaciais com os quais interage. Não se pode, nessa abordagem, pensar no verdadeiro desenvolvimento dessa formação excluindo os interesses e objetivos do país como um todo. Seu equacionamento se faz no âmbito de uma política urbana que se enquadre num plano de desenvolvimento de abrangência nacional. Como exemplo, por conseqüência do papel hegemônico da região e da alta inelasticidade de sua economia, pode seu desenvolvimento tornar-se fator de atrações migracionais e de satelitização dos territórios

sob sua influência, com a conseqüente depressão dos elementos e valores regionais e a acentuação do nível da concentração relativa no espaço da região metropolitana.

Quanto aos aspectos internos, os problemas e necessidades das regiões metropolitanas se manifestam sob duas ordens: por um lado se devem ao gigantismo enquanto metrópole e conseqüente escala ascendente em volume, complexidade e custos; e por outro ao fato dessa área metropolitana contínua porém diferenciada em suas partes alastrar-se sobre territórios de jurisdições distintas e independentes.

Manifestam-se as disfunções entre as localizações das diversas atividades e dos equipamentos e serviços públicos no interior do espaço metropolitano, resultado da ocupação segregada e da somatória de ações e lógicas individuais sem que o seja no âmbito de um plano a longo prazo ou de uma visão global concernente ao uso do solo metropolitano. Quanto ao aspecto ecológico, o meio ambiente é comprometido como um todo, e quanto ao aspecto social, verificam-se as conseqüências sociais negativas do excesso de urbanização e das diferenciações espaciais intra-urbanas.

Quanto ao aspecto administrativo, surgem assincronias dentro desse sistema urbano-espacial e entre os órgãos administrativos locais: diferenças de vantagens locacionais, de tributações, de cessões de poder, de sistemas de planejamento, de políticas sociais e outras acentuam essas diferenciações. Torna-se evidente a necessidade do tratamento metropolitano ao planejamento e à gestão da região, todavia afloram nessa tentativa embaraços de toda ordem, sejam conceituais, jurisdicionais, institucionais, administrativos, operacionais, políticos, etc.

Em princípio, seriam objeto de tratamento metropolitano as questões

que ultrapassassem a competência de um só município ou aquelas funções que não lhe fossem economicamente rentáveis, ou ainda aquelas que fossem objeto de abordagem em comum. As demais tarefas podem e devem mesmo continuar a ser asseguradas em âmbito municipal. Todavia, os limites entre o que é função local e o que é função metropolitana não são sempre muito nítidos; a divisão constitucional de competência e de recolhimento tributário não atende às necessidades; os problemas maiores são legados por todas as esferas; as motivações políticas superam as técnicas.

Demonstrada a necessidade de implantar o processo de planejamento metropolitano, coloca-se a questão da constituição de um organismo que se encarregue de tal tarefa. As possibilidades colocadas para a institucionalização dessa entidade metropolitana seriam:

- a) governo metropolitano com centralização;
- b) governo metropolitano com descentralização;
- c) associação de municípios;
- d) a entidade metropolitana como um agente do governo estadual.

De maneira geral, todas as opções apresentam em sua aplicação restrições ou inconvenientes de ordem

institucional, política ou operacional. Essa última fórmula foi a adotada no Brasil, através das leis complementares Nº 14 e 20, que instituíram em âmbito federal as regiões metropolitanas, seu formato jurídico e sua abrangência, dando tratamento simétrico a distintas realidades urbanas. Surgiu da necessidade de reestruturação do espaço brasileiro e melhoria do desempenho de algumas aglomerações para a atuação como pólos de desenvolvimento regional na modernização da sua economia.

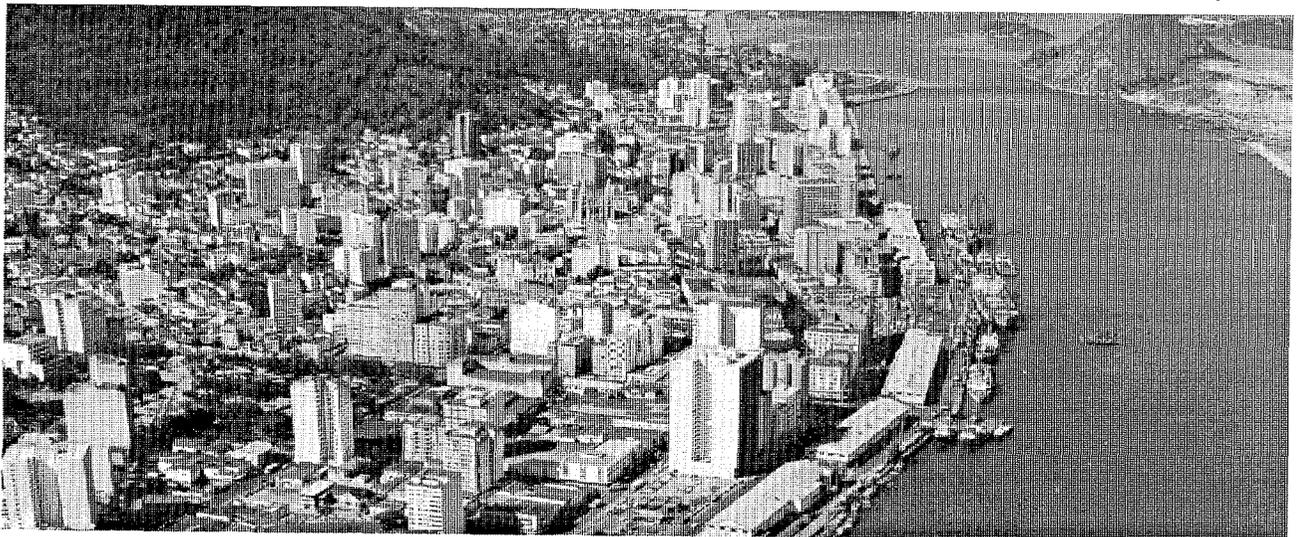
Contudo, as entidades metropolitanas que resultaram dessas leis dependiam essencialmente dos governos estaduais sob cuja administração se localizava cada área metropolitana; os municípios conservaram sua autonomia executiva e legislativa, e sua participação no processo metropolitano era garantida por uma espécie de chantagem econômica. No que tange às decisões e às orientações que viessem a ser tomadas pela entidade metropolitana, os municípios não contavam muito, devido à composição viciada do conselho deliberativo e do conselho consultivo; em última instância, era o governo do Estado que assumia essa tarefa.

Certas questões decisivas, se não foram nem tangenciadas pela legislação, foram simplesmente passadas sob silêncio. Assim, os problemas

de distribuição de arrecadações que tinham origem na estrutura tributária não foram abordados, e os repasses de recursos foram relativamente reduzidos diante do porte dos problemas que sucederam. Também as orientações concernentes ao uso do solo metropolitano ficaram praticamente indefinidas; nessas condições, não vemos muito bem como poderia ter sido garantida a implantação dos planos de desenvolvimento para as áreas metropolitanas.

A formulação teórica das regiões metropolitanas brasileiras foi carregada de conteúdo das literaturas dos países mais desenvolvidos, e seguiram de perto os padrões quantitativos e qualitativos da *Standard Statistical Metropolitan Area* americana. Embutida de raciocínio eminentemente técnico-jurídico, além do contexto político do autoritarismo, essa instituição apresentava numerosos aspectos críticos.

Com efeito, o estudo da metropolização deve ter a abordagem como processo, no qual é necessário considerar os aspectos demográfico-quantitativos, os aspectos espaciais, os aspectos funcionais e ainda os problemas tipicamente metropolitanos. Todavia, a simples adição desses aspectos não seria suficiente para captar, perceber e interpretar todas as implicações espaciais e econômicas que emergem. Essa metropolização é parte intrínseca das particu-



Vista aérea do Centro de Vitória

laridades históricas de cada situação e do sistema econômico que a sustenta; elementos estes que não podem de forma alguma deixar de ser considerados; assim como é necessário levar em conta também as relações e as funções que a formação urbana mantém no interior da divisão técnica do trabalho específico desse modo de produção dominante. Isso porque reproduz na sua estrutura, na concentração de atividades e na dominação que exerce, a concentração e diferenciação da divisão social do trabalho em âmbito nacional.

Ademais, trata-se do estudo da metrópole dependente, ou seja, aquela que nasceu das relações sociais de produção dentro de uma sociedade colonial sucedida de uma sociedade capitalista periférica, dependente e monopolística. Portanto, os conceitos não podem ser transpostos mecanicamente, e as referências aos problemas metropolitanos devem ser devidamente nuançadas.

Com efeito, chama a atenção o grau de primazia dos centros nacionais dos países latinos, o grau de macrocefalia manifesto na importância demográfica e sobretudo econômica de uma cidade em relação à de outras cidades e à do conjunto do país. Não conseguiremos explicar a ênfase com que isso ocorre no Brasil se não analisarmos o fenômeno dentro de um contexto histórico de formação política e econômica dependente e subdesenvolvida. As cidades brasileiras tiveram sua origem no controle burocrático colonial do País e nas atividades comerciais agro-exportadoras; esse caráter de centro privilegiado de dominação política e comercial teve como consequência a localização comprometida com o mar e o domínio sobre amplas áreas rurais produtoras. Essa economia fundada na monocultura de exportação embotou a divisão social do trabalho e abortou um processo de urbanização autárquico e acentuadamente polarizado.

Esse modelo de urbanização precedeu, sob muitos aspectos, à nova urbanização que se redefinirá a partir do momento em que algumas dessas cidades passaram a ser também a sede

da industrialização tardia. A reestruturação dos espaços regionais fez com que a orientação locacional dessas cidades as tornasse as mais vantajosas para abrigar a industrialização de substituição de importações, acelerando o processo circular de industrialização-urbanização e reforçando a tendência histórica de concentração. Isso porque, tendo em vista a precariedade da divisão social do trabalho e de uma rede urbana hierarquizada que a sustentasse, a industrialização no Brasil ou seria urbana, ou teria muito poucas condições de nascer, e mesmo assim o fez com características bastante autárquicas. Mesmo que essa industrialização se tenha feito sobre o urbano, o fato de não haver anteriormente uma base inter e intra-urbana mais completa para dar suporte a essa industrialização fez com que esta fosse acentuadamente urbanizadora. Onde um aumento das desigualdades regionais e do peso de algumas aglomerações urbanas no conjunto da rede urbana do País.

Já a industrialização mais recente ocorreu baseada em produtos e tecnologia sem relação com o conjunto de fatores internos de produção e de consumo, e por isso não contou com as economias de escala de produção. Voltou-se para o restrito mercado da classe dominante cujos comportamentos sociais e atitudes culturais balizavam-se naqueles dos países centrais. O desenvolvimento atual se apóia em atividades econômicas capazes de gerar volumes consideráveis de demandas sobre outras atividades induzidas ou periféricas, tendo como base os pólos de desenvolvimento localizados em centros capazes de gerar o meio industrial e as necessárias economias de escala. As grandes cidades atuam como subsistema do sistema capitalista mundial, sucursais industrializadas cujo crescimento se dá por influência exógena, complementar, modelo que não pode ser caracterizado como auto-sustentado.

Esse modelo de desenvolvimento é socioeconomicamente excludente no sentido social e também no sentido

físico-territorial, apoiado em algumas poucas áreas metropolitanas regionalmente hegemônicas que tendem a ter cada vez maior dimensão. Suas taxas de urbanização se dão em índices acima do próprio crescimento industrial, visto que ocorre um crescimento simultâneo do setor terciário, que contribui de maneira igualmente decisiva para esse crescimento urbano. As características de urbanização sem industrialização, de crescimento desproporcional do terciário, de forte atração à migração, de autarquismo e de índices de evolução demográfica levam aqueles providos de modelos teóricos que não levam em consideração essas peculiaridades históricas a supor as cidades brasileiras *inchadas* ou *superurbanizadas*.

O estudo do processo de metropolização de um determinado aglomerado urbano, tendo que manipular a descrição e análise desse objeto real, tem, portanto, como pré-requisito o levantamento e entendimento dos conceitos básicos referentes ao fenômeno. Trata-se do estudo de um determinado organismo - a cidade, em sua dinâmica de transformação para o estágio de metrópole ou, mais especificamente, de área metropolitana.

Para a Grande Vitória, a sistematização dos conhecimentos do seu processo de crescimento/desenvolvimento reveste-se da maior importância, tendo em vista a consolidação da etapa descrita no início e a perspectiva de novos movimentos dos principais agentes modeladores do espaço metropolitano. É relevante também a probabilidade de desdobramentos no quadro político-institucional, com a aprovação da criação da Região Metropolitana de Vitória, e a retomada do planejamento metropolitano integral que resgate àqueles agentes o "desenho" com as diretrizes/projeções comuns de configuração do espaço regional metropolitano.

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO ESPÍRITO SANTO

Aurélia H. Castiglioni*

Os resultados do último censo indicam alterações importantes na composição da população do Espírito Santo, que podem ser visualizadas na comparação das pirâmides etárias de 1980 e de 1991.

A pirâmide é um gráfico que representa a distribuição da população por sexo e idade. No eixo vertical estão representadas as idades, e no horizontal, os valores da população por sexo. A forma do gráfico traduz o regime demográfico da população considerada. A forma piramidal apresenta uma base larga, devido ao número elevado de crianças, e acentuada diminuição das barras seguintes até formar um ápice afilado onde estão representadas as idades mais elevadas. Este tipo é representativo da estrutura dos países em desenvolvimento e indica altos índices de natalidade e de mortalidade, especialmente a infantil. Nos países desenvolvidos, a pirâmide se transforma em uma colmeia: o declínio da natalidade provoca a redução das barras inferiores enquanto que as superiores

aumentam devido à elevação da esperança de vida e concentração dos indivíduos nas idades mais avançadas.

Figura 1 - Pirâmides etárias do Espírito Santo - 1980, 1991

A pirâmide etária do Espírito Santo em 1980 tem a forma que deu origem ao nome da figura. Já a de 1991 indica o rápido declínio da natalidade ocorrido na última década: a barra inferior, que representa as crianças de menos de 5 anos, é menor que as duas subseqüentes, a de 5-10 anos, também reduzida, e a de 10-15 anos. A evolução desta tendência provocará mudanças sucessivas na composição etária da população, cuja representação gráfica perderá gradativamente a forma clássica.

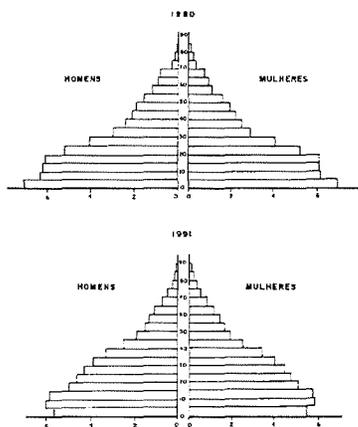
Estas transformações resultam de um processo denominado *transição demográfica*, que é a passagem de uma situação de baixo crescimento da população, decorrente de níveis elevados de natalidade e de mortalidade, a uma fase de estabilização, em que os níveis dos dois componentes são baixos. Durante

esta passagem a mortalidade decresce rapidamente, ao passo que a fecundidade decresce num ritmo mais lento, do que resulta o aumento do crescimento.

Nos países desenvolvidos, onde o processo já se completou, a queda da mortalidade resultou principalmente do progresso médico-científico, da melhoria das condições de higiene pública e privada, da melhoria qualitativa e quantitativa dos alimentos, do aumento do nível de instrução.

O declínio da natalidade decorreu de mudanças mais complexas traduzidas pelo termo *modernização*, que resume uma série de fatores de ordem econômica, social e cultural. A passagem a uma sociedade moderna se caracteriza por modificações profundas das estruturas produtiva e familiar. Nas sociedades tradicionais, a fecundidade devia contribuir não só para repor as perdas causadas pela mortalidade elevada como também para atender à produção familiar destas sociedades agrárias, onde os filhos e a terra eram os investimentos possíveis. Nesta sociedade pré-transicional, o filho aporta muito à família: seu custo é baixo e, na idade produtiva, a prole numerosa garante mão-de-obra à economia familiar. Nas sociedades modernas, o fluxo de bens e serviços opera-se na direção pais—filhos. O filho tem um custo elevado sem muito retorno para a família, pois, ao atingir a vida adulta, constituirá seu próprio núcleo de produção. Por outro lado, a modernização induz à modificação do papel que

Figura 1
Pirâmides etárias
do Espírito Santo
- 1980, 1991.



* Professora de Demografia da Ufes, com doutorado e mestrado em Demografia na Universidade Católica de Louvain - Bélgica.

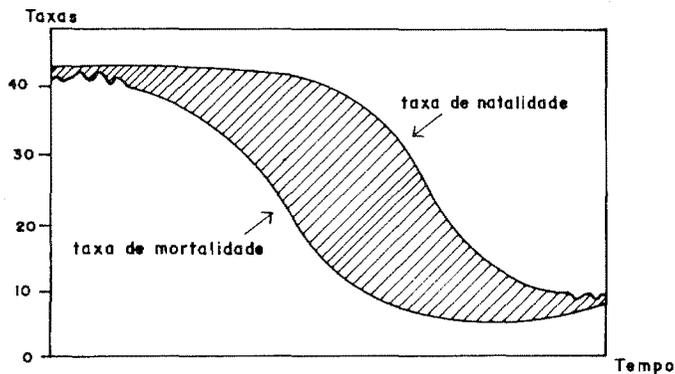


Figura 2 - Processo de transição demográfica

a mulher desempenha na sociedade. As conquistas em oportunidades de instrução e de trabalho implicam a redução do tempo dedicado aos afazeres domésticos e à modificação do comportamento reprodutivo. As mudanças econômicas influenciam as idéias e aspirações por um determinado *estilo de vida*, o desejo de assegurar uma melhor posição social aos filhos. À medida que a família toma conhecimento dos meios de controle e a eles tem acesso e à medida que o planejamento familiar passa a ser socialmente aceito, o tamanho da família se reduz, passando ao tipo nuclear.

A transição demográfica é universal: quase todo o mundo já passou ou está passando por este processo. Até o início do processo a fecundidade era *natural*: as mulheres tinham todos os filhos que poderiam ter, mas 30% das crianças morriam antes de completar 1 ano de vida e as pessoas viviam em média entre 33 e 35 anos. Nos meados do século passado os países desenvolvidos iniciaram a redução da mortalidade e da natalidade, encontrando-se atualmente na fase de equilíbrio caracterizada por um crescimento baixo ou mesmo nulo.

Os países em desenvolvimento encontram-se na fase do processo em que a mortalidade declina mais rapidamente que a natalidade. As causas da transição ocorrida nos países desenvolvidos não explicam de maneira satisfatória o que ocorre atualmente nos países do terceiro mundo. O nível de mortalidade destes países está diminuindo, independentemente do aumento do nível de vida das populações, graças à impor-

tação de técnicas médicas e sanitárias existentes nos países desenvolvidos, e as práticas de controle da natalidade estão atingindo as classes pobres e sem instrução. O impacto do crescimento destes países tem provocado uma verdadeira *revolução demográfica* no mundo, cuja população cresce num ritmo sem precedente. O efetivo mundial atingiu 5,57 bilhões em meados de 1993, e em cada segundo nascem 3 pessoas, ou seja, 10.800 por hora. As taxas de crescimento elevadas dos países em desenvolvimento são responsáveis por mais de 90% do crescimento da população mundial, imprimindo uma aceleração do seu ritmo. Em um século (de 1830 a 1930) a população do mundo passou de 1 bilhão a 2 bilhões de habitantes, a seguir foram necessários somente 30 anos (de 1930 a 1960) para que ela atingisse 3 bilhões, 15 anos (de 1960 a 1975) para chegar a 4 bilhões, 12 anos para chegar a 5 bilhões e, em mais 10 anos, será somado mais 1 bilhão. Segundo as previsões das Nações Unidas, se a fecundidade diminuir, mantendo o ritmo previsto, a população continuará a aumentar até o ano 2200, quando se estabilizará com um efetivo de 11,6 bilhões, o dobro do atual.

No Brasil este processo foi iniciado nas primeiras décadas deste século. A esperança de vida, de 41 anos na década de 1940, elevou-se gradativamente, atingindo atualmente 67 anos. O nível da mortalidade deverá continuar a declinar, sobretudo no que concerne à mortalidade infantil, cujo índice, de 63 mortes de crianças de menos de 1 ano por 1.000 nascidos vivos, é o terceiro mais elevado da América do Sul. O país en-

contra-se atualmente na fase do processo caracterizado pelo declínio acentuado da natalidade, com conseqüente diminuição do crescimento. A fecundidade (desempenho reprodutivo efetivo da mulher ao completar o período reprodutivo), começou a baixar lentamente a partir dos anos 60, quando o número médio de filhos por mulher passou de 6,3 em 1960 a 5,8 em 1970, atingindo 4,4 em 1980. Esta queda traduz a redução da natalidade das classes média e alta, que passaram a planejar o tamanho da família e a utilizar meios de controle. Na última década as práticas de controle passaram a ser utilizadas pelas classes menos favorecidas, responsáveis por índices mais elevados, e a fecundidade declinou mais do que o previsto. Esta camada da população passou a ter conhecimento dos meios de controle e a utilizar notadamente a esterilização da mulher para limitar o tamanho da prole.

No Espírito Santo, a evolução deste processo gera modificações gradativas no peso dos diversos segmentos da população. A modificação mais marcante é a redução das barras inferiores da pirâmide de 1991. Em 1980 havia 14,1 crianças com menos de 5 anos em cada 100 habitantes, em 1991 a relação caiu para 11,2. A proporção de crianças e jovens de menos de 15 anos passou de 44,9% em 1970 a 38,80% em 1980 e a 34,9% em 1991.

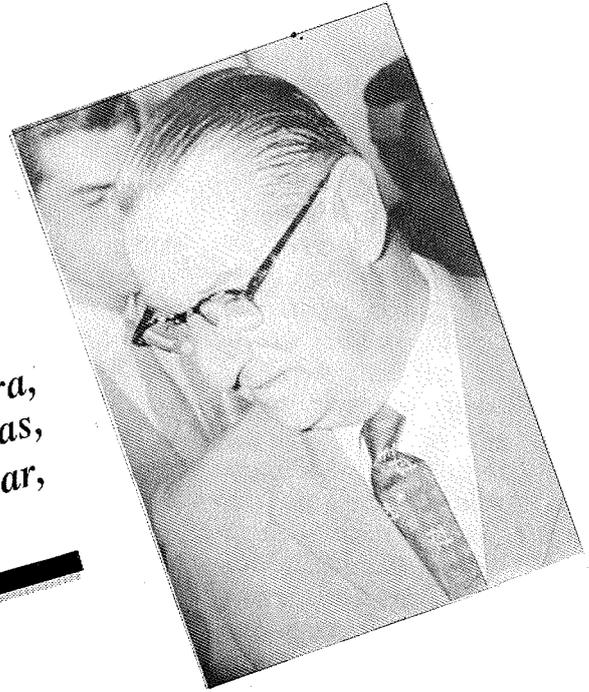
Torna-se importante ressaltar que a evolução das tendências descritas provoca modificações progressivas na distribuição proporcional dos grupos etários e conseqüentemente no tamanho das subpopulações escolar, ativa e idosa e, conseqüentemente, nas necessidades e demandas específicas de cada um destes segmentos.



RELEMBRANDO O GOVERNADOR JONES

*Jones Santos Neves Filho**

*Toda estranha e por vezes
desconcertante beleza da
democracia reside, precisamente,
nas oportunidades abertas ao povo para,
através da autodeterminação das urnas,
escolher os seus caminhos e retrazar,
assim, o seu próprio destino.*



Pedem-me os amigos e atuais dirigentes do Instituto Jones dos Santos Neves que, abrindo uma nova etapa de suas publicações periódicas, contribua na inserção, em todos os números, de tópicos reminis-

centes da vida e da ação deste patrono que, sem dúvida, pela visão extraordinária de estadista, passou a ser um dos mais admirados governadores da história política e econômica do Espírito Santo.

Para abrir a série, localizei três páginas, redigidas de próprio punho, que estou remetendo à nossa revista, para seu aproveitamento. Trata-se, conforme se percebe, de trecho importante e quase completo do

* Deputado federal (PL-ES) e vice presidente da OIE - Organização Internacional de Empregadores.

HISTÓRIA

discurso que pronunciou Jones dos Santos Neves na sede do Partido Social Democrático, após o embate das urnas de 1962, em que o ilustre homem público, retornando penosamente às lides políticas, sofreu o revés da derrota; o que, na sua concepção, mudou tragicamente a história capixaba.

A leitura e a interpretação do texto oferecido, tanto em conteúdo político e histórico, quanto na interpretação da elegância do estilo e demais qualidades literárias, ficam a critério de cada leitor:

“Toda estranha e por vezes desconcertante beleza da democracia reside, precisamente, nas oportunidades abertas ao povo para, através a autodeterminação das urnas, escolher os seus caminhos e retrazar, assim, o seu próprio destino.

O processo histórico, que se desenrola no presente, não depende, por isso mesmo, de fatalidades incontornáveis, mas resulta apenas das decisões coletivas, certas ou erradas, que, por sua vez, preponderam e influem sobre os fatos e consequências do que está ainda por acontecer.

Assim entendendo, disse eu aos convencionais do Partido Social Democrático:

‘O prélio democrático que nos espera nas urnas há de marcar, ao que tudo indica, um capítulo de alta relevância na história política do Espírito Santo. Nunca, como neste instante, foram tão árduos os deve-

res e tão pesados os encargos reservados àqueles que saírem vitoriosos no pleito. em contrapartida, nunca também, como nesta hora, se tornou tão grave a responsabilidade do povo na seleção dos seus votos e na escolha dos seus caminhos. É o que as urnas comprovarão, em outubro próximo. Delas dependem, em verdade, o futuro do Espírito Santo, seu destino e sua própria grandeza no tempo.

Este, sem dúvida, o tema central da próxima eleição. Nela, o povo capixaba não irá apenas definir preferências, porque terá que fixar roteiros; não vai marcar simpatias, mas escolher processos; não vai se traduzir em números, mas em vontades; nunca poderá ser ato de inconsciência, porque significará, sobretudo, o gesto irreparável de uma opção.’

Examinando agora, sem amarguras nem ressentimentos inúteis, o resultado do pleito, sinto e pressinto a inutilidade daquelas advertências e as graves distorções que ameaçam o destino da nossa querida terra. No íntimo da consciência guardo, porém, a serenidade do dever exemplarmente cumprido. Não retornei à política por vontade própria, nem, muito menos, movido por qualquer sentimento subalterno de ambição pessoal. Mercê de Deus, havia comprovado, na rude competição de um grande Centro, que poderia sobreviver e prosperar, longe e distante das acrimônias e violências da política. Por outro lado, tivera a felicidade de

deixar, como rastro do meu passado no Espírito Santo, após doze anos de atividade política, substancial acervo de realizações e serviços que constituíam a quitação pessoal de meus deveres para com o nosso Estado.

Nada, portanto, me compelia ao regresso às lides políticas. Tudo, ao contrário, me aconselhava a delas permanecer afastado, como medida de prudência, de segurança e de tranqüilidade.

Convocado, porém, à minha inteira revelia, pelo Partido Social Democrático, em reunião a que não compareci e apenas delegara poderes para votação em qualquer outro nome, mesmo de correntes extrapartidárias, senti que não me era lícito recusar a candidatura oferecida, sem ser postulada.

A resolução não foi fácil, nem obedeceu a um gesto impensado de sofreguidão. Resultou, antes, de profunda luta íntima e de severo diálogo com a consciência. Era o derradeiro serviço que prestaria ao meu Estado. Poderia ser a continuação do seu progresso, o início do seu ressurgimento econômico, a sua presença real, como unidade próspera e feliz, no imenso cenário da nacionalidade. Minha omissão seria uma fuga e talvez se transformasse no funeral de todos esses anseios. Firmei, assim, a decisão e cedi ao comando dos acontecimentos que contrariavam e desafiavam a própria vontade...”

CAFÉ COM LEITE NA ECONOMIA CAPIXABA

Luciana Simões*

O desempenho do setor agropecuário no Estado pode ser visto no cálculo do Valor Agregado deste setor em 1985, que foi de US\$ 990.396.661,38.

Para a elaboração deste estudo, realizado pelo IJSN, foi utilizada a nova metodologia do IBGE, que tinha como principais objetivos a desagregação dos dados, possibilitando uma melhor demonstração das informações e uma unificação dos cálculos pelos estados. Com isso, será possível um melhor quadro comparativo com os outros anos, bem como com o PIB de outros estados e com o PIB nacional.

Dentre os principais produtos, destaca-se o café, que contribuiu com US\$ 418.386.612,69, representando 35,01% do Valor Bruto da Produção (VBP) do Setor Agropecuário de 1985, que foi de US\$ 1.195.013.763,92. Da mesma maneira, a pecuária, com 16,22%, a silvicultura e extração vegetal, com 7,55%, e construção e melhorias agropecuárias, com 16,08%. Esta última, pela nova metodologia, inclui o valor das construções e outras instalações e benfeitorias que os produtores realizam durante o ano. Em outros anos, este item estava distribuído em outros setores.

No período de 1980 a 1985 não houve grandes mudanças no que diz respeito à participação no Valor da Produção de um produto com relação ao VBP do mesmo ano.

Estabelecendo para o ano de 1980 o mesmo quadro comparativo acima, vemos que o café manteve nes-

se ano quase a mesma participação de 1985 (39,6% com relação ao VPB). A participação do Valor da Produção da pecuária em 1980 no VBP do mesmo ano girou em torno de 28,09%. Lembrando que, por causa da mudança de metodologia, principalmente no caso da pecuária, não se pode precisamente fazer uma comparação dos dois anos. Em 1980, o item granja estava incluído no item pecuária, enquanto que, em 1985, granja era um subsetor à parte. Desta forma, dada a diferença metodo-

lógica, é quase certo que, por isso, a participação da pecuária em 1980 foi maior que em 1985.

É importante verificar que a desagregação dos dados proposta pela nova metodologia do IBGE pode originar vários quadros e análises em cima de dados gerados no estudo. A partir daí uma das principais conclusões é a de que esta desagregação possibilitou a supremacia do desempenho do café e da pecuária no período de 1980 a 1985.



* Economista e técnica do IJSN.

UM VEÍCULO ALTERNATIVO

Alexandre Bello dos Santos*



O que é o tráfego de veículos na cidade de Vitória senão o próprio caos?

O que é o transporte público, senão uma quantidade enorme de ônibus, lotados a qualquer hora por toda parte?

E o que é uma bicicleta? Bicicleta é veículo? Bicicleta é transporte?

Sabemos que sim. O mais "frágil" e desprotegido de todos, abandonado à própria sorte em meio a tanta "armadilha" e a tanta falta de educação.

O complicado espaço urbano da ilha começa a dar sinais

de esgotamento em seu sistema viário. Algumas obras importantes de engenharia de trânsito precisam ser feitas para evitar o colapso total nos próximos anos.

Uma destas obras, com projeto pronto, inclui uma ciclovia. É a ponte sobre o canal de Camburi, ligando a avenida Rio Branco, na Praia do Canto, com o bairro de Jardim da Penha.

Provavelmente, a existência da nova ciclovia induzirá o uso da bicicleta, principalmente por se localizar numa zona de grande atração de viagens. É de

se esperar que induza também a uma reflexão sobre a questão mais ampla, que aqui pretendo, brevemente, antecipar: o tráfego ciclístico, de modo geral, na Grande Vitória.

Que condições têm hoje e terão futuramente (motivados pela tal ponte ou por outras ciclovias que venham a surgir) os que se utilizam da bicicleta para trabalho, estudo ou lazer, e que tenham deslocamentos lógicos fora das "áreas de segregação" ou mesmo para chegar até elas?

O Plano Diretor de Transporte Urbano da Grande Vitória-

* Economista e técnico do IJSN.

PDTU/GV, realizado pelo IJSN em 1985, revelou dados importantes relativos ao uso da bicicleta na Grande Vitória.

Observando-se os dados da pesquisa por entrevistas domiciliares realizada como suporte ao referido plano, nota-se, para o município de Vitória, um alto índice de posse de bicicletas (30% dos domicílios entrevistados) sendo por outro lado o município com o mais baixo índice de utilização (12%).

No item razões da não-utilização da bicicleta, 15% das respostas apontavam o trânsito perigoso como o principal impeditivo ao uso.

É também interessante notar que 25% das viageris eram por motivo de trabalho e 12% por motivo de estudo.

Este estudo, apesar do longo tempo passado de sua realização, é a única fonte de análise segura do assunto, e as conclusões dele extraídas podem, certamente, ser um parâmetro para a realidade atual.

Considerando-se o grande "boom" da indústria do setor, registrado principalmente a partir do início da década - em 1993 a indústria nacional produziu 3,8 milhões de unidades, 58% a mais do que sem 1992² - pode-se supor que tenha aumentado a relação bicicleta/habitante e, portanto, aguçado os problemas da realidade exposta, baseada em dados de 1985.

Um bom exemplo disto é o número de acidentes envolvendo bicicletas na Grande Vitória. Em 1985 aconteceram 90 acidentes, com uma média mensal de 7,5. Em 1993 o número de acidentes

foi de 238, e a média mensal, de 19,8³.

O PDTU-GV apresentou como proposta para esta modalidade de transporte a construção de uma rede cicloviária básica para a Grande Vitória, com penetração em grande parte da aglomeração, permitindo ligações importantes entre zonas de diferentes tipos de atividades.

O sistema proposto foi dividido em trechos. Analisados conforme as suas peculiaridades, para cada um deles foram indicadas as seguintes medidas: pistas exclusivas, tráfego partilhado ciclista — automóvel e tráfego partilhado ciclista — pedestre.

Como as pistas exclusivas não penetram em toda a malha urbana, nas vias ou trechos de vias da rede onde o tráfego é partilhado propôs-se a aplicação de sinalização adequada.

É neste ponto que acredito ser possível e necessário intervenções mínimas a curto prazo e com reduzidos custos.

O chamado tráfego partilhado ciclista—automóvel sempre existiu, existe e existirá à revelia de qualquer planejamento. Os principais corredores espontaneamente utilizados por bicicletas indicados pelo PDTU-GV deveriam receber um tratamento mínimo de pavimentação (nas faixas da direita, utilizadas principalmente por ônibus e bicicletas) e de sinalização (indicando a presença da bicicleta).

Algumas áreas de estacionamento, por vezes totalmente absurdas, deveriam ser suprimidas, com fiscalização rigorosa.

Aliada a isto, uma campanha educativa intensiva e bem conduzida, dirigida a motoristas e ciclistas, poderia contribuir bastante para a subsistência da modalidade marginalizada.

Em algumas grandes cidades do Japão é proibida a circulação de automóveis durante o "rush" nas ruas com forte trânsito de ciclistas!

Na Holanda, com cerca de 10.000 km de ciclovias, as bicicletas desfrutam de prioridade sobre os demais veículos em suas áreas urbanas!

Na China continental, a bicicleta é o meio de transporte de massa.

No Brasil, alguns passos já estão sendo dados nesta direção. No Estado do Paraná, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-IPPUC propôs e conseguiu implantar uma rede cicloviária na Capital, que hoje chega a 150 km.

Na Grande Vitória, com o passar do tempo e mantidas inalteradas as atuais condições de tráfego ciclístico, teremos duas situações: medidas simplesmente proibitivas ou a "extinção natural da espécie". Para aqueles que pedalam para manter a forma ou por puro prazer, o conselho: troque o seu bicicleta por uma ergométrica, aquela que você pedala cavalgando, em frente à TV, sem sair do lugar.

NOTAS

1. Ver PDTU-GV. Estudo sobre o sistema de bicicletas.

2. Revista Isto É. 06/07/94.

3. A Gazeta. 28/09/94.

AGROPECUÁRIA NO EIXO SUL

Ronaldo J. M. Vincenzi*

A partir da última década importantes alterações ocorreram na Grande Vitória no que diz respeito ao aumento de importância dos setores secundário e terciário em detrimento da atividade agropecuária.

Nos municípios situados no eixo sul da Grande Vitória (Cariacica e Viana) a coisa não foi diferente, no entanto existe uma certa especificidade em sua agropecuária, que merece consideração.

Tal como ocorreu na região metropolitana, verificou-se um relevante crescimento nas taxas de urbanização desses dois municípios. Essa taxa chega a 98% em Cariacica e a 84% em Viana: este último, até a década de 70, tinha uma população predominantemente rural.

A urbanização ocorrida na Grande Vitória guarda uma estreita relação com a instalação dos denominados grandes projetos (Aracruz Celulose, Cia. Siderúrgica de Tubarão e certas ampliações de setores da Cia. Vale do Rio Doce, etc.) em meados da década de 70 e início dos anos 80, sendo responsável em grande parte por um impulso nas atividades urbano-industriais.

Um importante reflexo deste processo de transformação pode ser visto na distribuição setorial da arrecadação do ICMS nesses municípios. Para se ter uma idéia, em 1991 o ICMS gerado pelo setor primário de Cariacica e Viana representava, respectivamente, 2% e 0,96% do total desse imposto¹.

Apesar do declínio relativo da participação da agropecuária no produto interno bruto destes municípios,

PRINCIPAIS CULTURAS



essa atividade permaneceu, de modo geral, presa a determinadas características que o tempo - no que se incluem as diversidades conjunturais - não conseguiu transformar.

As principais atividades desta região do ponto de vista econômico são a bovinocultura e a bananicultura, seguidas da olericultura e da cultura de mandioca, do milho e do feijão.

* Economista e técnico do IJSN.

Com exceção da bovinocultura, que aparece também em propriedades maiores (mais de 100 ha), e utiliza alguma tecnologia, as demais culturas - banana, café, milho, mandioca, arroz, etc. - têm uma dinâmica produtiva tradicional no que diz respeito à produção de **cunho familiar**, ou seja, pequenas propriedades (na maioria inferiores a 100 ha) tocadas pelos braços da família, sendo o assalariamento esporadicamente usado no plantio e na colheita, além de uma inexpressiva utilização de tecnologia.

Uma atividade que realmente foge a essa regra geral é a produção de olerícolas, que, embora produzidas em estabelecimentos não inferiores a 30 ha, apresentam um grau relativamente alto de tecnificação². Este fato se justifica pela alta lucratividade atualmente alcançada por esta cultura.

aumentou em quase 100% e, de 1975 para cá, vem crescendo sistematicamente.

Esse destaque é importante, pois atividades de **cunho mais empresarial** tendem a empregar cada vez mais assalariados. E isso é justamente o contrário desta atividade, apesar de em algumas culturas (principalmente na olericultura e na bovinocultura) utilizarem-se mais as tecnologias modernas. Mas no geral, e inclusive na maioria das produções acima citadas, existe um predomínio das pequenas propriedades familiares, com todos os requisitos que lhes são peculiares.

É de estranhar no entanto que, com o crescimento das atividades industriais e de serviços em toda a Grande Vitória, não houvesse um aumento da demanda por alimentos advinda da

Talvez a explicação deste fato esteja justamente no mesmo ponto onde esta atividade encontrou forças para não se retrair e que também não forneceu as pré-condições necessárias para seu desenvolvimento. Isso implica falar em uma agropecuária tradicional, baseada em pequenas propriedades familiares, que apresentam, logicamente, alguns obstáculos - principalmente a falta de recursos financeiros - à sua passagem para uma produção **mais empresarial**.

De qualquer forma, esse raciocínio não nos deve levar a qualquer sentimento pessimista no que se refere a perda de oportunidade, pois é somente a partir da apresentação de excelentes potencialidades que poderiam ser justificados investimentos nestes municípios, tendo em vista a facilidade de acesso aos hortigranjeiros produzidos

TABELA

Eixo Sul - Evolução da Quantidade Produzida e da Área Colhida dos Principais Produtos

Produtos	Quantidade Produzida (em toneladas)						Área Colhida (ha)					
	1960	1970	1980	1985	1990	1992	1960	1970	1980	1985	1990	1992
Banana (1)	798.048	1.123.746	5.948	2.597	1.700	2.618	1.049	2.754	2060	2.615	1.557	2.453
Café	533	250	151	486	390	439	1.498	298	294	665	280	430
Mandioca	1.463	2.177	1560	2.095	764	2.870	300	307	189	488	664	245
Arroz em C.	98	197	116	553	200	290	62	296	140	728	190	130
Feijão	97	187	134	336	565	624	184	431	351	908	329	750
Milho em G.	423	310	272	602	580	1.400	407	540	444	987	533	580
Laranja (2)	16.987	18.211	2.983	4.306	1.541	1.840	-	273	87	119	590	40
Limão (2)	312	-	1.067	3.040	385	1.360	-	-	-	66	1.592	46
Leite (3)	7.299	1.766	2.413	4.718	4.499	5.447(4)	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE / IJSN

(1) Sua produção até 1970 é medida em cachos, a partir de 1980 em mil cachos.

(2) Sua produção até 1960 é medida em centos, a partir de 1970 em mil frutos.

(3) Sua produção é medida em mil litros, exceto em 1960, quando a unidade usada é o hl.

(4) Foi utilizada a informação de 1991 por ser a última disponível.

Segundo dados do IBGE³, no sul da Grande Vitória são cultivados desde 1960 praticamente os mesmos produtos (banana, café, leite, mandioca, agrícolas, arroz, feijão e milho), numa estrutura de terra pautada por pequenas propriedades, com área nunca superior, na maioria, a 100 ha, e 63% da força de trabalho é composta pelos produtores e seus familiares: a denominada mão-de-obra familiar. Neste caso, é importante frisar que, de 1960 até 1985, essa ocupação familiar

renda gerada por esses setores. Entretanto, um aumento de população, com mais renda, evidentemente gera uma pressão na demanda por alimentos. A questão então é saber por que o sul da Grande Vitória, especializado na produção de alimentos - como leite, banana, hortaliças, mandioca, etc. -, não apresentou uma resposta via crescimento de sua produção através dos mecanismos imprescindíveis para tal, como investimentos em tecnologia e outros?

na Região Colonial Serrana e, em menor escala, em outros municípios e estados.

NOTAS:

1. IBGE - Segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefa.

2. Utilização de espaçamento, de irrigação, de colubros, de defensivos e de tratores, principalmente em Juruaba (Viana).

3. IBGE - Censos Agropecuários - 1960, 1970, 1980 e 1985 e Produção Agrícola Municipal - 1990 e 1992.

De Adelpho a Hartung



Num encontro de duas gerações, Adelpho Monjardim e Paulo Hartung falam um pouco da arte de administrar e revelam nesta entrevista que ambos têm em comum o carinho pela ilha de Vitória.

Vitória Ontem

Filho do Barão de Monjardim e de D. Beatrice, Adelpho Poli Monjardim nasceu em Vitória, tendo passado a infância entre esta capital, a Fazenda de Jucutuquara - hoje museu do Estado - e o Rio de Janeiro, onde seu pai atuava como deputado federal.

Celebrado atleta na juventude, em Vitória trabalhou no Bank of Lond and River Plate Ltda., foi corretor oficial de café e se dedicou ao jornalismo. Ajudou a fundar a Associação Espírito-santense de Imprensa, a Revista **Chanaan**, o **Anuário Norte-Sul do Brasil** e **O Saldanhista**.

Foi tesoureiro da Prefeitura Municipal de Vitória e representante do chefe de Polícia do Distrito Federal. Nomeado prefeito em 1955, exonerou-se dois anos após. Em

1958 concorreu novamente ao cargo de chefe do Executivo de Vitória, por eleição, obtendo magnífica votação. Seu último cargo político foi o de deputado estadual.

Detentor de vários prêmios literários de âmbito nacional, entre eles o Prêmio General Tasso Fragoso e o Prêmio Cultural do Exército Brasileiro, guarda várias condecorações, entre elas a Medalha do Pacificador, do Exército Brasileiro; Medalha Amigo do Batalhão Tibúrcio; Medalha do Mérito Tamandaré, da Marinha; Estrela da Solidariedade, do governo da Itália.

Foi membro de várias academias e instituições culturais do Brasil e do exterior.

Revista - O Senhor tem muito conhecimento da questão histórica de Vitória, do bairro de Jucutuquara, mais especificamente. Como foi o desenvolvimento desse bairro?

Adelpho - Aquilo tudo pertencia a minha família. A viúva de Vasco Fernandes Coutinho, Luíza Grinalda (e não Grinaldi) era portuguesa. No ano de 1597 fez doação aos jesuítas do bairro de Jucutuquara. Até diziam "morros maninhos em forma de anfiteatros". *Maninhos* porque eram estéreis, ali não dava nada.

Por causa disso é que digo que aquela casa, o atual museu de Jucutuquara, que estão dizendo que é do século passado, não é. Os jesuítas receberam Jucutuquara em 1597. Aquela casa, o modelo, é dos princípios do século XVI. Era uma fazenda muito boa, importante. Tanto que Sant-Iler visitou a fazenda por volta de 1817; foi hóspede de meu avô, que era dono da fazenda que pertenceu ao capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, que vem a ser o meu bisavô. Sant-Iler, quando esteve aqui e visitou a fazenda, fez elogios a ela, pois lá tinha de tudo. Esse negócio de creche parece que iniciou com eles. O meu avô, no tempo da escravidão, separava as escravas grávidas para que não trabalhassem até ter a criança. Daí surgiram as creches.

O Sant-Iler ia lá com o senador Vergueiro, eles foram exilados depois da revolução, em 1842, em São Paulo, e vieram para Vitória. Sant-Iler era o cabeça da revolução. Tanto que na fazenda existia uma sela especial para ele montar, pois era coxo. Daí para frente

Jucutuquara veio crescendo. Hoje está dividido: tem o bairro de Lourdes e outros.

Revista - Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre a fábrica de tecelagem.

Adelpho - A tecelagem pertencia a Lizandro Nicoletti. Foi nos princípios de 1910. Na época do governo de Jerônimo Monteiro ele brigou, a luz elétrica dele, por isso, foi cortada. Ele fazia um tecido azulão. Era ótimo. Mas Vitória não comprava nada. Então ele vendia a produção toda para São Paulo. Os daqui só queriam aquele azulão.

Revista - Qual a origem do nome "Jucutuquara"?

Adelpho - É de origem indígena. Significa "olhos do buraco da pedra". Mas o nome verdadeiro seria "pássaro do buraco da pedra".

Tudo ali era terreno nosso. Depois que meu avô morreu foi dividido. Começava em Maruípe. Tinha vários nomes: Muchiba, Terere, Gurigica e Maruípe, que era o nome da praia que hoje se chama Camburi. A baixada grande antigamente era uma salina, onde hoje é o campo do Rio Branco, que pertence à Escola Técnica. A Ilha de Santa Maria também era propriedade nossa.

Havia um inglês, Mr. Beri, que possuía em Maruípe uma casa grande, que ainda existe. Hoje ela é alguma coisa do governo.

Quando o Dr. Américo tomou posse, em seu discurso ele dizia uma coisa que eu penso ter sido o primeiro plano de desenvolvimento de Vitória.

A estrada do Contorno foi feita por ele. Ninguém ia lá, não tinha transporte, ia a pé ou a cavalo. A estrada do Contorno é que deu um grande impulso a Vitória. Eu, quando prefeito, pretendia fazer ali um jardim zoológico, um jardim botânico.

Revista - O serviço de água e esgoto, foi ele quem assumiu também?

Adelpho - Passou para a prefeitura, era do Estado.

Revista - Ele era médico?

Adelpho - Sim. Na época ele também propôs fazer a erradicação das favelas. Isso era um plano antigo, como eu fiz, também, na Ilha do Príncipe. Ali era terrível. Chamava-se Curva da Morte, porque aconteciam muitos desastres. A rua tinha 6 metros de largura, sem calçamento algum. A prostituição dominava. O que eu fiz deixou o pessoal assustado, achavam que eu ia atrapalhar. Eu cheguei lá e disse: "Não, é o contrário. Eu vou dar dinheiro a vocês para construir outra casa". Assim eu fiz. Acabei com tudo. Hoje a Ilha tem até casa de cimento armado de quatro andares. Naquela época era barraco de palha. Tinha uma célebre moradora: Maria Tomba Homem. Ah! era mulher danada. Mas ela ficou minha amiga por causa disso. Eu disse: "Estou dando dinheiro a vocês. Hoje vocês têm um barraco, eu corto seu barraco e passo para trás. Mas depois vocês vão vender e por muito bom dinheiro, porque quem for construir tem que fazer casa boa. Senão a prefeitura não dá licença". Foi o que aconteceu.

Revista - Gostaria que o senhor falasse da Vitória do seu tempo.

Adelpho - Nasci na rua Henrique de Novaes. Naquele tempo era chácara. Não tinha nada, tudo aquilo era nosso. Depois que o Barão morreu nós vendemos e dividimos o resto.

Revista - O senhor tinha quantos irmãos?

Adelpho - Éramos, ao todo, nove.

Revista - Depois da divisão, os terrenos foram vendidos?

Adelpho - Cada um ficou com a sua parte. Aqui, na Barão de Monjardim, era meu. Fiz esta casa. O Novaes fez a rua Henrique Novaes. E a nossa chácara foi dividida ao meio.

Eu nasci aqui. Com seis meses de idade tive tifo (Vitória era muito atacada pela febre amarela) depois fui para Jucutuquara. Meu pai era deputado federal. Aos seis anos fui para o Rio de Janeiro. Quando voltei, em 1915, Vitória era um burgo. Apesar da avenida Jerônimo Monteiro. Mas quem vinha do Rio de Janeiro para Vitória sentia muita diferença. A baía de Vitória não era como hoje. A baía era só aqui na frente. Tinha seguramente um quilômetro de largura. Depois foram sendo feitos os aterros. Não havia cais do porto, ele começou a ser construído em 1914, por uma companhia inglesa.

Revista - Era na guerra de 1914.

Adelpho - Foi justamente naquela época. Eles pararam quando estava com 100 metros de extensão. Nós até jogávamos waterpolo ali. Depois construíram os armazéns, ampliaram o cais. Nas segundas-feiras e quartas-feiras entravam os navios do Ítalo, eram navios pequeninos, de duas ou três toneladas. Nas sextas-feiras entrava o navio do Lloyd Brasileiro e Comércio de Navegação. Estes eram navios maiores. Hoje o porto de Vitória é o número **um** de tonelagem bruta.

No governo de Florentino Avidos o porto tomou um grande impulso. O Dr. Florentino Avidos fez obras grandes em Vitória. Ele foi um grande governador. Depois veio o Bley, que governou por 13 anos, também foi um bom governo, fazendo obras muito grandes. Ele fez um tratado de troca com a Po-

lônia. Fez o abastecimento de água com esses tubulões de ferro.

Revista - O senhor teve alguma participação nesses governos?

Adelpho - Não, quem participou foi meu irmão Américo. Ele foi prefeito na época do Bley e saiu quando entrou o Jones dos Santos Neves no governo.

Revista - A partir de quando o senhor começou a participar?

Adelpho - No governo de Chiquinho. Francisco Lacerda de Aguiar. Ele me nomeou. Antes eu já havia sido convidado por Jones dos Santos Neves, mas não aceitei. O Chiquinho não perguntou se eu queria, nada. Me obrigou a ser prefeito. Fui prefeito nomeado durante aproximadamente dois anos, depois me aborreci e me exonerei. Em 1958 disputei a prefeitura. Fui o primeiro prefeito eleito de Vitória. Trabalhei de 1959 a 1963.

Revista - Depois disso o senhor continuou participando do governo?

Adelpho - Fui ser deputado estadual. Depois não fui mais nada. Quando saí da prefeitura, em 1963, me aposentei. Já tinha sido prefeito, o que eu ia fazer na prefeitura? Nesse meio tempo o Finamore, que era secretário do Interior, muito amigo meu, me chamou para ficar à disposição de um prefeito que não era meu amigo. Não aceitei.

Revista - Quais as suas principais obras na prefeitura de Vitória?

Adelpho - Eu calcei mais de uma centena de ruas, abri outras que não existiam. Fiz a avenida da Ilha do Príncipe, um trabalho do meu governo que ninguém tinha coragem de fazer. Ela era uma avenida sem calçamento, com 6 metros de largura, esburacada, a Curva da Morte. O governo não pegava aquilo. Antes fiz a avenida César Hilal. A prefeitura já tinha gasto ali uma fortuna e transformou aquilo numa lagoa enorme. Quando fui nomeado fiz a avenida em sete meses. Fiz a avenida Princesa Isabel. Inclusive mudei o plano proposto. Não admito um engenheiro fazer um plano idiota igual aquele. Ele propunha derrubar o Saldanha da Gama e a avenida iria desembocar em frente a outras três ruas: a Barão de Monjardim, a Henrique Novaes e a Princesa Isabel. Teria desastre todo

dia. E logo adiante havia duas ruas apertadas. Acabei com tudo isso. Aí eu coloquei a avenida cortando reto na subida do Forte São João. Calcei mais de uma centena de ruas em Vitória e fiz outras. As avenidas de Vitória quem começou a fazer fui eu.

A iluminação pública era feita com lâmpadas de casa comum. Entre um poste e outro havia uma distância de 25 metros. Não iluminava nada. Coloquei luz fluorescente. Foi um sucesso. Na avenida da Capixaba, a praça Costa Pereira era considerada a mais bem iluminada do Brasil. Eu fiz uma iluminação feérica; os viajantes comerciais iam para a praça ler suas cartas. O calçamento moderno é meu, tudo que tem de moderno foi feito por mim, com a prefeitura mendiga. Mas o que eu podia fazer? Tivesse eu o dinheiro desses homens! Hoje existem bilhões. O meu orçamento na prefeitura foi de 386 milhões, no fim da minha administração.

Revista - Se o senhor tivesse esses bilhões, faria o quê?

Adelpho - Acho que faria uma Vitória nova. A idéia que eu tinha era essa. Era o meu trabalho, o meu maior prazer era poder calçar uma rua. O asfalto com cimento armado é obra minha. Há mais de 30 anos foi feita a avenida da Ilha do Príncipe, e o asfalto continua sem que nada tenha sido mudado. O asfalto da avenida César Hilal também nunca foi mudado. O da avenida Vitória também.

O arranha-céu é uma obra que considero de grande importância. Se o arranha-céu não existisse, Vitória não teria a população que tem hoje. O que dá status a uma cidade é o arranha-céu. Toda cidade rica tem. Ele passa uma impressão boa. A esplanada da Capixaba é a fotografia de Vitória. Ela é uma beleza, realmente muito bonita. Quem é que vai construir casa pequena com o preço em que está um terreno? De vez em quando alguém me pergunta: se eu fosse prefeito o que eu faria em Vitória? Eu mudava o gabarito da cidade toda. Colocava arranha-céu. É assim em todas as grandes cidades. Aquele gabarito para a praia de Cam-

buri é ridículo - uma praia de 5 quilômetros, uma coisa maravilhosa, fazem prédios de três, quatro andares. Primeiro fizeram um gabarito alto, porque o sujeito era o dono do terreno. Depois eles obrigaram o sujeito a isso. O que se vai fazer? Um amigo meu queria construir um hotel de luxo para turista, tem que ser um hotel de dez a doze andares. O sujeito não vai gastar uma fortuna para construir um hotel de três andares. Onde se viu isso? É uma coisa que eu reclamo.

E se eu não fosse prefeito, naquela época, a Serra teria tomado Goiabeiras. Ela tomou um gostinho, porque Vitória estupidamente entregou dois distritos enormes de mais de 200 quilômetros quadrados, que eram os de Carapina e Queimados. A própria Serra era de Vitória. Vitória fez Viana e Cariacica. Tudo isso foi tirado de Vitória. Eles fizeram até protesto. Se alguém tinha que protestar era Vitória. Os outros não eram nada. Teve uma época em que Vila Velha também foi agregada a Vitória. Foi nesta mesma ocasião. Vila Velha era menor que os dois distritos que nós temos. E Vila Velha não veio toda para Vitória, foi uma parte de Viana.

Revista - Em que período?

Adelpho - No tempo do Bley, na década de 40. Eles tiraram Vila Velha de Vitória, e, além disso, ficamos sem a Serra. Resultado: hoje Vitória é o menor município do Brasil. Depois Serra tomou o gostinho e também queria tirar Goiabeiras. Se eu não fosse deputado naquela ocasião, Vitória teria perdido. Resultado: Serra vai ficar financeiramente superior a Vitória. Tudo que tínhamos para fazer a parte industrial ficou com a Serra. Eu fiquei contra, ficaram danados comigo. Me ameaçaram de morte. Queriam fazer meu enterro.

A maior coisa que eu fiz na minha administração foi equiparar o vencimento do aposentado ao do servidor da ativa. Foi a primeira experiência do Brasil. Só recentemente o governo federal decidiu fazer o que já havíamos feito em 1956.

Revista - Nessa briga pela defesa do território de Vitória, da qual o senhor participou enquanto deputado estadual, quais os grupos que faziam politicamente a defesa do território da Serra?

Adelpho - A família Castelo. Tanto que um dia a dona Judith Castelo fazia aniversário e passei-lhe um telegrama. Ela me respondeu que estava por demais sentida comigo. Eu disse que não estava fazendo nada contra ninguém, estava defendendo a cidade. Vitória pertence a todos os municípios. Não estava fazendo isso por bairrismo. Não sou idiota. Eles tomaram Vitória porque descobriram que havia um juiz que nomeava delegado tal, não tinha nenhum valor jurídico. Se alguém tem alguma coisa a reivindicar é Vitória, pois a Serra saiu de Vitória.

Revista - Qual era a divisa?

Adelpho - Tinha o Mestre Álvaro, mas tudo isso era montanha natural ou um rio ou uma serra. Como era também feito com Minas Gerais antigamente. Mas nada disso valia no governo antigamente. O que valia era o poder deles. Minas Gerais tomou um pedaço do Espírito Santo, Bahia tomou outro. É um absurdo. Naquele tempo a Capitania do Espírito Santo não se limitava com a da Bahia. Havia duas capitânicas entre o Espírito Santo e a Bahia, uma era Porto Seguro e a outra esqueci o nome. O rio Mucuri era um rio caudaloso, eles nos jogaram num regato que nem figura no mapa, era um córrego. É o poder. A bancada do Espírito Santo era composta de quatro deputados. A Bahia tinha dezenas, era uma das maiores. O Espírito Santo foi roubado de maneira estúpida.

Revista - Como era a coleta de lixo na sua época?

Adelpho - O lixo sempre causou preocupação na prefeitura. Hoje ele está sendo comercializado. Mas de primeiro não existia nada disso. Nós procurávamos zonas para aterrál-lo. Muito mangue foi aterrado com o lixo. Quase toda a área da Ilha do Príncipe foi aterrada assim. O lixo era, como sempre, uma fonte de recursos. As pessoas pobres iam para lá e catavam. Um dia fui lá, eu era prefeito, e conheci uma preta velha que ganhava uns bons con-

tos de réis por dia catando lixo. Nesses banquetes que eram dados sobrava muita coisa boa. Um dia encontraram até um revólver novinho em folha em caixotes usados para proteger a mercadoria.

Eles brigavam para tirar o lixo. Era uma luta. A Ilha do Príncipe era nosso depósito de lixo, depois fomos colocá-lo perto da estrada do Contorno. Causou aborrecimento. Tinha gente que protestava por causa do lixo. Iam colocando o lixo e completando com terra para fazer o aterro. De forma que o lixo foi uma preocupação constante da prefeitura. Certa vez fui a São Paulo para ver como funcionava a usina para queimar lixo. Era um processo muito caro, a nossa prefeitura não podia agüentar. Agora o Vítor conseguiu fazer isto. Já é uma fonte de renda. Fazem papel para a imprensa, etc. O lixo sempre deu trabalho, mas ele estava fora das possibilidades financeiras do município.

Revista - Toda cidade foi aterrada com lixo?

Adelpho - Não, algumas partes. Em alguns lugares eles iam buscar areia em alto-mar. Eles queriam aterrar a Praia Comprida e Praia de Santa Helena. No meu tempo de prefeito eles quiseram, eu não deixei. Já havia, naquela época, um projeto. A única beleza turística que nós tínhamos era a Praia Comprida. Eles aterraram. Eles já tinham feito até lotes. A gente não tinha nada com isso, não somos donos da praia. Era uma negociata que eles queriam fazer. E eu não deixei. Depois eles fizeram um aterro. Era uma draga muito forte que pegava areia no alto-mar e vinha jogar aqui. Era com isso que eles aterravam Vitória. Costumo dizer que o vitorriense é o holandês do Brasil. Eles conquistaram o mar. Vitória é muito pequena, apertada. A baía de Vitória naquele tempo tinha 1 quilômetro de largura. Fazia uma volta do outro lado e em Vitória também. Hoje o porto de Vitória é um corredor.

Revista - O Senhor tem notícia de um forno crematório que foi construído em Santo Antônio, em 1928?

Adelpho - Penso que esse forno ficou só no papel. O lixo nesse tempo servia para aterrar mangues.

Revista - O município tem arquivos desta data?

Adelpho - Sim, ao menos no nosso tempo tinha. Todo ano a municipalidade publicava documentos. Deve ter sido um trabalho de Alvimar Silva. Ele fez um trabalho sobre a história do Estado, do Vasco Fernandes Coutinho ao Dr. Américo Poli Monjardim. Não sei se ele chegou a publicar. Alvimar Silva era um poeta, suicidou-se.

No tempo em que o Américo era prefeito, a prefeitura fazia uma conferência todo mês. Escritores daqui faziam uma conferência. Todo mês, um fazia o trabalho que era publicado pelo jornal **A Tribuna**. O meu trabalho sobre Vitória foi atrapalhado. Isto em 1939/40. Eu fiz sobre **O Estragar do Tempo**. Tinha outro que queria passar na minha frente, estragou o meu trabalho e o dele. Este documento existe n'**A Tribuna** daquele tempo. O Dr. Eurides Queiroz do Vale foi um dos primeiros a escrever.

Revista - E este documento continua o quê?

Adelpho - Ele falava sobre Vitória. Eu, por exemplo, falei sobre Vasco Fernandes Coutinho.

Revista - O senhor poderia fazer uma retrospectiva sobre a atuação dos antigos governadores e uma comparação com os atuais?

Adelpho - Destaco Jerônimo Monteiro, Sílvio Avidos, Nestor Gomes, Bley. O meu pai foi o primeiro governador do Espírito Santo. Mas naquele tempo não tinha coisa nenhuma. O que mais se distinguiu foi Muniz Freire, que foi um grande governador. Fez grandes obras, como a estrada de ferro para o Rio de Janeiro.

Antigamente a vida cultural de Vitória era muito rica. Havia uma quantidade imensa de jornais que saíam com muita frequência. Eram jornais pequenos. Hoje, no Espírito Santo o governo não prestigia a cultura. Eles acham que o escritor é alguém que não tem o que fazer, aí vai escrever. Como se escrever fosse coisa para qualquer um. O Espírito Santo é o único estado que não tem representante na Academia Brasileira

de Letras, entretanto Alagoas e Sergipe têm.

Um dos membros da Academia Brasileira de Letras, exercia também o cargo de inspetor na área cultural e visitava ginásios para fazer exames, ver se estava tudo bem. Certa vez ele veio a Vitória e trouxe consigo uma moça loira, bonitona, para fazer exame aqui e passar. Ela não sabia nada. Aqui ele encontrou o professor Jonas Montenegro, que era um homem danado, tinha um grande talento, e era professor de português. Ela logo brigou com ele, foi uma coisa séria. O governo até ameaçou tirar o doutor Jonas, mas a defesa dela era nula, não sabia nada. O inspetor então ficou furioso e escreveu o seguinte: "a literatura do Espírito Santo é uma página em branco". Isso não era verdade. Já naquele tempo tínhamos Afonso Cláudio, que é autor do Código Civil, o Graciano Neves, Peçanha Pólvora e outros mais. O Espírito Santo tinha gente importante. Mas a Academia Brasileira de Letras não tem mais o valor que tinha. Hoje não é o mérito que prevalece, é a posição, é o presidente da República que nomeia, é o ministro. O Espírito Santo não protege, ao contrário, põe entraves. Aqui uma senhora, que já morreu, escreveu uma obra. Essa obra inclusive está comigo; fala sobre a história de Vitória no princípio do século.

Revista - Quem é esta senhora?

Adelpho - Edite Guaraná, filha do general Guaraná, um dos heróis da guerra do Paraguai. Ela procurou o então governador Elcício Alvares para publicar sua obra. Ele prometeu ajudá-la e não fez nada. Por isso está na minha mão. Eu vou tentar publicar através da Lei Rubem Braga. Ela fala sobre aqueles rapazes do princípio do século, que agora já estão mortos, fala sobre a regata em Vitória, sobre a história de alguns galãs, muitos deles já morreram.

Revista - A biblioteca da família do senhor está dispersa?

Adelpho - Quem tem sou eu. Quero deixá-la para o Ítalo Brasileiro; clube que ajudei a fundar. Tenho 22 livros

publicados, mas aqui ninguém me conhece. Acho graça que fazem relação de escritores capixabas, o meu nome não aparece. Cada lista tinha 20 nomes, eu nunca figurei. Figurou Raul Azevedo, que nunca escreveu coisa nenhuma, era dono de uma casa de ferragens. Alguém comentou com o autor, ele fez nova listagem e fiquei no fim. Eu então dizia: "Sou porteiro; quando vocês acabarem, eu varro a casa, fecho a porta e vou para casa".

Nessa época eu era tesoureiro da prefeitura. Determinado dia, quando cheguei em casa, recebi um telegrama me convidando para apresentar Virgínia Tamanini no teatro. Quer dizer, para essas coisas eu servia. Então eu disse: "Dona Virgínia, não vou fazer nada, não sou nada. Tudo bem!" Ela, furiosa, não tomou conhecimento da apresentação.

Já mandei livros para o Nejar, da Academia de Letras, e ele nunca me respondeu. Para tantos outros já mandei meus livros e me responderam, me agradeceram. Qualquer pessoa que escreve recebe o nome de escritor, e citam como escritor um camarada que não é nada. É por isso que nós do Espírito Santo não somos bem vistos. Eu escrevo porque gosto, para mim é um hobby.

Revista - O senhor tem algum trabalho que ainda não foi publicado?

Adelpho - Sim, um que está na editora para ser publicado faz muito tempo. Tenho outro que quero mandar publicar, que é sobre a América: Voz da América. Fala sobre nosso escritor Euclides da Cunha, autor de **Os Sertões**, sobre Cuba, México. É um livro histórico.

Certa vez, entrei num concurso importante do Exército brasileiro. Ganhei o concurso, em 1966, eles publicaram 15 mil exemplares. O prêmio recebi no Palácio da Guerra, uma coisa muito bonita. O ministro da Guerra me mandou um ofício para que eu entrasse em outro concurso cultural do Exército. Eles me consideravam um dos escritores do Brasil. Aqui não me consideram nada. Aqui ninguém convida ninguém para entrar em concurso. Eu tive dois meses para elaborar o livro do Exérci-

to, até mudaram o título que eu ia dar: **O Exército visto por um civil**. O livro tinha quase 300 páginas, e fiz neste pequeno espaço de tempo.

Revista - E sobre a história do município de Vitória?

Adelpho - Escrevi sobre a história física. Fui premiado pela Câmara dos Vereadores, em 1951.

Falo dos aspectos físicos e históricos de Vitória e do Espírito Santo, com mapas antigos, algumas fotograficas, dei nomes às montanhas...Foram publicados apenas mil exemplares.

Revista - Que outros prêmios o senhor ganhou?

Adelpho - No Espírito Santo não entro em concurso nenhum, pois sei que, se pegarem livro com o meu nome, eles cortam, como fez o prefeito de Vila Velha. Eu não queria participar do concurso, mas escrevi. Eles leram e mudaram. Até o Dr. Cristiano Fraga protestou. O que escrevi não podia entrar. Não é que os miseráveis fizeram isso? Eu no décimo lugar, outro no oitavo. Foi para machucar.

Revista - Isso aconteceu na administração de quem?

Adelpho - Do Solon Borges. Mas eles nunca publicaram o vencedor. Disse-ram que era uma moça de Minas Gerais. Eles têm um prevenção muito grande contra mim. Mas estão me fazendo um elogio sem saber, porque, se eu não valesse nada, eles publicariam. Nós, aqui, na parte cultural temos muito a desejar.

Revista - Como era o carnaval em Vitória?

Adelpho - Era bom. Havia grupos carnavalescos. Aqui na Capixaba havia um também. A gente ia vê-los treinar. O carnaval era à noite; os automóveis passando, as pessoas jogando serpentina. Eu gostava disso para namorar, apesar de não participar. No Parque Moscoso é que era ideal, com lança-perfume e com as moças. Era interessante. Havia diversos clubes, os "pastinhos" - homens vestidos de morcego, com capa preta - muito bonitos, que cantavam assim: "O nosso presidente, que estudava pierrô chuverio de

prata.....". Era engraçado. E cantavam com muito entusiasmo.

Revista - E onde o senhor estudou?

Adelpho - Fui para o Rio analfabeto. Lá aprendi a ler em 15 dias; era aquela cartilha da tinta sardinha, no Ginásio Cruzeiro. O diretor era o cônego Osório, um padre muito severo.

Revista - Até quando o senhor estudou lá?

Adelpho - Até voltar para Vitória, em 1915. Entrei então no Ginásio Espírito Santo, que ficava na Capixaba. Era um grande colégio, com professores muito bons. Quis seguir a carreira no banco inglês, foi um erro. Eu não dava para isso.

Revista - Com quantos anos o senhor começou a trabalhar?

Adelpho - Com 16 anos. Depois entrei para o jornalismo. Não era empregado. Trabalhei em **A Gazeta** e **A Tribuna**. As minhas matérias saíam nas quartas-feiras, na primeira página de **A Gazeta**, no tempo em que **A Gazeta** era do Thieres Veloso, eu gostava muito. Me sentava na mesa com dois amigos: Almeida Cuzen, poeta e professor - gostava do comunismo - e Carlos Madeira, que tinha simpatia pelo integralismo, apesar de não fazer parte.

Revista - E o senhor?

Adelpho - Eu não gostava nem do comunismo nem do integralismo.

Revista - Era liberal?

Adelpho - Sim. Eu defendia nesse tempo a briga da Itália contra a Abissínia. Eu era a favor da Itália, porque o rei da Abissínia mandou para o rei da Itália uma fila enorme de orelhas dos soldados que eles matavam, entre outras coisas bárbaras que faziam. E realmente a Itália ganhou.

Revista - O senhor chegou a sair do Brasil?

Adelpho - Não. Nunca tive tempo para isso. Uma vez recebi um convite de Baltimore, cidade dos Estados Unidos, mas eu não podia deixar Vitória. Depois também estive aqui o embaixador da Alemanha, ele era arquidófilo, e eu lhe dei de presente três orquídeas raras, ele ficou encantado. Me convidou para ir à Alemanha.

Revista - Entrando um pouco na sua vida pessoal, o senhor teve um longo namoro com dona Iolanda, não?

Adelpho - Muito longo, seguramente quarenta e tantos anos. Mas eu não podia casar, tinha muitos compromissos, atrapalhado da vida. Fui sócio de uma firma que me deu um prejuízo imenso.



Revista - Firma de quê?

Adelpho - Comércio. Primeiro começamos com representação. Mas não deu certo. Eu assumi a responsabilidade, levei 20 anos pagando a dívida do que não comi, nem bebi. Não podia fazer nada, fiquei aqui lutando como um leão para me sair bem. Graças a Deus saí do atoleiro. Na minha firma só tinha passivo. Isto foi em 1939, um tempo terrível, quando a Bolsa de New York quebrou. As casas importantes de Vitória faliram. Com o passar do tempo, esbarrei com o doutor João Tomé (advogado) lá na alfândega; ele então me disse: "Ó menino, eu estava na Europa, se eu estivesse aqui você não teria feito o que fez. O que você fez me honra muito, mas você foi muito burro". Achei muita graça. Eu sabia o que era uma concordata, mas não queria fazer nada disso. Fiquei a zero, vinte anos.

Revista - E a dona Iolanda do lado do senhor?

Adelpho - Eu me dava muito com a família de Iolanda, ela era muito retraída. E eu tinha outros compromissos que não podia deixar. São questões de consciência.

Revista - O senhor casou-se em 1992?

Adelpho - Sim, em 15 de outubro de 1992. Eu queria fazer tudo escondido, só com a família dela e o pessoal de

casa. Quando entrei na Catedral de Vitória, havia algumas pessoas e o padre também não podia realizar a cerimônia, porque não era o pároco da igreja. Quando saí, em frente da Catedral estava a televisão, os fotógrafos. O que eu não queria aconteceu. A casa ficou cheia, havia uma recepção. Foi bom, vieram muitos amigos. Gostei.

Revista - O senhor foi remador?

Adelpho - Fiz tudo.

Revista - O senhor foi o fundador do Saldanha?

Adelpho - Não. O Saldanha é mais velho do que eu, ele é de 1902. Foi fundado por um grupo grande.

Revista - E o Clube Vitória é mais antigo?

Adelpho - Não. O Saldanha é mais. Mas o Clube Vitória era muito bom, não era qualquer pessoa que entrava. O Saldanha também.

Revista - Que esportes o senhor praticou?

Adelpho - Boxe. Qualquer homem forte que aparecesse em Vitória ia para o Saldanha. Certo dia, apareceu determinado japonês, de musculatura bonita. E ele fez lá uma série de exibições no palco. No dia seguinte, era domingo, eu estava no Saldanha, quando ele lá apareceu à minha procura. Todo homem forte ia bater lá, principalmente da marinha. O japonês então quis experimentar força comigo. Fizemos diversas experiências, ganhei todas.

Revista - Além do boxe, que outros esportes o senhor praticou?

Adelpho - Remo, fui campeão de waterpolo, natação, levantamento de peso, futebol. Tenho uma marca na canela até hoje. Passei um ano fazendo tratamento. Eu estava jogando num pântano, num capim ruim, quando um miserável deu uma chapa; de propósito ele meteu a chuteira na minha perna. Quase que precisei raspar um osso.

Revista - O senhor é um liberal de origem nobre.

Adelpho - Isso é muito ruim para mim. Há muita prevenção. É apenas um título. Minha mãe também era de origem nobre. Ela era filha de um conde italiano.

Revista - Qual família?

Adelpho - Poli. Ele chamava-se Bartolomeu Poli. Uma família importante, mas que também se arruinou, não quis mais ficar na Itália e veio para cá. Morreu aqui, de febre amarela. Minha mãe também teve febre amarela e tifo. Uma coisa em cima da outra. Mas conseguiu se salvar.

Revista - A sua família era republicana?

Adelpho - Não, era monarquista. Foi até uma coisa interessante. A República tinha aparecido naqueles dias, e naquela época as pessoas cantavam nas portas (agora não existe mais). E foram à casa do meu pai, e ele dizia: "Meu Deus, que loucura!" Eles cantavam que meu pai ia ser presidente do Estado. Meu pai era monarquista, mas também não fez nada contra a República. Mas não é que a música era verdade? Meu pai foi o primeiro governador do Espírito Santo. Depois ele foi deputado federal.

Revista - Qual era o nome completo do seu pai?

Adelpho - Alfeu Adelpho de Andrade Almeida Monjardim.

Revista - A sua família era abolicionista?

Adelpho - Sim. Meu pai liberou todos os escravos dele. E eles ficaram lá. Meu pai e meu avô eram muitos bons. As moças que ficavam grávidas não trabalhavam, elas tomavam conta das crianças.

Revista - Nessa época a sua família já morava na fazenda, mas já existia a vila de Vitória. Não havia esgoto nas casas do centro da cidade. Como era a situação do esgoto?

Adelpho - Eles levavam os dejetos em barris para jogar no mar. Havia os carregadores. Até que um dia um barril abriu e derramou a sujeira na chácara de meu pai.

Revista - Esse barril era chamado de tigre. Por que?

Adelpho - Por causa do mau cheiro.

Revista - Era feito de que?

Adelpho - Era barril de vinho, de qualquer coisa.

Revista - Os dejetos eram jogados no mar?

Adelpho - Em qualquer canto. Podia ser na cidade, na Capixaba. Naquele tempo tudo aquilo era um deserto. Tinha o cais, na Praça Oito.

Revista - E esses carregadores de dejetos eram funcionários do município?

Adelpho - Deviam ser. Naquele tempo a prefeitura chamava-se Conselho de Intendência.

Revista - O senhor citou o Alvimar Silva e a dona Edith. O senhor conhece outras obras sobre Vitória?

Adelpho - O Bemon. Esse eu conheço. Ele contava muita mentira, era desleal. Não sei por quê. Naturalmente era contra a família Monjardim. Ele não era propriamente historiador. Ele anotou datas e disse o que aconteceu.

Revista - O senhor acompanhou a história do bonde, em Vitória?

Adelpho - Quando fui para o Rio de Janeiro, o bonde era puxado por burros. Quando os trabalhadores faziam greve, colocavam feixes de capim no meio da estrada. O burro parava para comer. As greves deles eram assim.

Revista - Depois de quanto tempo veio o bonde?

Adelpho - Parece que em 1912. Em 1910, quando fui para o Rio, o transporte ainda era feito por burros. Quando voltei, Jerônimo Monteiro já tinha instalado luz elétrica. O bonde ia até a Praia Comprida e saía de Santo Antônio, na altura do cemitério. E na Praia Comprida a linha passava próximo à casa do Lemond, gerente do Banco Inglês, na avenida Saturnino de Brito, que era última rua do bairro. De lá em diante era mar. Depois aterraram. Certo dia me perdi lá, não consegui ir a casa de quem eu queria.

Revista - Quando começou a chegar carro aqui?

Adelpho - Quem teve o primeiro carro aqui foi André Carloni, em 1918. Era um Ford Bigode. Nesse mesmo ano foi criada a Lei Nº 1213, e com base nessa lei construiu-se a primeira estrada para automóveis, ligando Vitória a Serra. Só havia o carro de André Carloni. Tinha outra estrada também nessa data, ligando Vitória a Santa Leopoldina, foi o Novaes quem fez. Depois

ligou Santa Leopoldina a Santa Teresa, que era uma coisinha pequena. Acabou Santa Teresa matando Santa Leopoldina. Santa Leopoldina pertencia ao município de Vitória.

Revista - Que repercussões teve aqui a morte de Getúlio Vargas?

Adelpho - Provocou um crime logo de início. Eu não gostava de Getúlio Vargas. Ele trouxe muita coisa ruim para nós. Ele criou a rivalidade entre o operário e o patrão. Embora tenha criado outras coisas boas.

O Gregório, aquele sem-vergonha, que era seu guarda-costas, escreveu sobre a vida íntima de Getúlio Vargas, falando sobre as amantes que ele tinha. Ele foi assassinado na detenção. Era um atrevido. Quando ele veio aqui com Getúlio para uma solenidade, ele deu uma canelada em Jones dos Santos Neves. Fez isso também com o Agame-non, de Pernambuco.

Por que Getúlio não fez igual a Kubistchek, que andava pela rua sozinho, sem guarda? Meu sobrinho um dia ia levar uma carta para Getúlio, no Cate-te. Então avisaram para ele: "Você leva a carta na mão, que, se enfiar a mão no bolso, eles te fuzilam!" Naquelas árvores havia vários guardas escondidos. Não precisava disso, ele era o ídolo do povo, mas vivia escondido.

Eu era do PTB, fui eu quem fundou o partido aqui, mas, sem querer. Eu estava na tesouraria e chegaram Saturnino Rangel Mauro e outro rapaz da Vale do Rio Doce. Eles falaram: "Adelpho, nós queremos criar o partido, mas precisamos de uma pessoa de representação social para assinar no cartório". E fui eu. E teve um telegrama do prefeito do Rio de Janeiro, que era uma homenagem que o operariado queria me prestar, eu ia ser senador. Candidato a senador, faltando 15 dias para a eleição, concorrendo com o candidato do governo, o senador Atílio Vivacqua, e com o doutor Novaes, eu então pensei que não ia adiantar nada, mas, como era uma homenagem... Também havia vaga para deputado federal, mas quiseram me dar a de senador. Na eleição eu tive 7 mil votos e

Getúlio 12 mil. Resultado: o outro, que pensava que ia fazer muita coisa, teve 1.500 votos.

Revista - Em que ano o senhor foi deputado estadual?

Adelpho - Em 1963.

Revista - Foi contemporâneo de dona Judith Castelo?

Adelpho - Não. Ela foi antes.

Revista - Ela foi uma das primeiras mulheres na política capixaba?

Adelpho - Sim, foi a primeira. Ela foi apoiada pelo irmão, Rômulo Castelo. Depois ele morreu e ela não se elegeu mais.

A política sempre foi suja, agora a mesma coisa. Não está vendo o escândalo da construção do prédio da Assembléia? Isto é um absurdo. Que façam outro prédio, porque aquele não vale nada. Aquilo foi uma igreja antiga. Ali embaixo eles enterravam os padres. Tanto que agora descobriram uns ossos. No meu tempo, quando entrei eles tinham consertado. O governo era dono de todo aquele quarteirão. E sugeri para fazer ali um grande prédio que abrigasse todas as secretarias e o governo transformasse o Palácio num museu. O casario da Assembléia podia ser transformado em palácio.

Revista - E o salário de deputado?

Adelpho - É astronômico. No meu tempo não era assim.

Revista - Para o senhor, que foi prefeito de Vitória e deputado, qual seria a obra prioritária hoje?

Adelpho - O Estado deveria fazer uma grande reforma na parte social. Estão marginalizando coisas importantes, como a educação. Não aparece nenhum prefeito que faça isso. Duas coisas que, se eu fosse prefeito, faria: a educação, principalmente a primária (os professores deveriam ser muito bem pagos, hoje eles têm quase o mesmo salário de uma empregada doméstica) e a polícia. Eu também faria uma reforma grande na polícia. O soldado de polícia precisa ser um sujeito muito decente. Na Inglaterra, basta dizer que alguém é policial que todos respeitam. É um homem íntegro. Aqui não. A

polícia é mal remunerada. Eles estão jogando com a vida todo dia. Eu faria isso. Educação e segurança. O professorado ganharia muito bem. Hoje é uma vergonha. Será que não existe um governo nesta terra? E os deputados e vereadores determinam o seu próprio ordenado!

Revista - O que o senhor tem a dizer dos últimos governadores?

Adelpho - Eu não distingo nenhum deles por coisa nenhuma. O Elcio Álvares deu início a uma grande obra, que é a ponte que liga Vitória a Vila Velha. O Rezende não fez nada. Recebeu 400 milhões para essa obra e aplicou em outras coisas, fez rua no interior, parou a obra durante um tempo enorme.

Revista - Que obra o senhor considera importante na atual administração?

Adelpho - O Paulo Hartung está indo muito bem, está mexendo com a educação. Recentemente ele esteve aqui, ele vai dar o meu nome à biblioteca municipal. É uma pessoa cordata. A biblioteca é uma obra importante, é para instrução do povo. Ali estão todas as ciências; a biblioteca é um lugar de saber.

Tivemos também uma boa administração com o Vítor Buaiz, foi também excelente prefeito, teve boas posições em relação ao funcionalismo, ele sempre procurou administrar da melhor forma possível.

Revista - Se o senhor fosse hoje o governador eleito, qual o assunto que teria prioridade, diante de tantos problemas de infra-estrutura, como saúde, educação, transporte e outros?

Adelpho - A educação, a situação do interior do Estado, escolas que é o principal. Destaco também uma frase de um general francês - "governar é abrir estradas". E é uma verdade, eu faria isto também. E, nos trabalhos, manter a honestidade absoluta. Porque o dinheiro destinado para obras deve ir para obras, alguns gastam um pouquinho, outros já pegam tudo e põem dentro do próprio bolso.

Vitória Hoje

Presidente do DCE, deputado estadual, deputado federal e atual prefeito de Vitória, assim milita na política o economista Paulo Hartung.

Dinâmico, eloqüente e político, Paulo Hartung dá as cartas neste depoimento à Revista IJSN. Nos cargos públicos, alcançados por um carisma próprio, Hartung constrói sua vida política e se torna figura importante no pólo de decisões das questões políticas do Espírito Santo.

O político Paulo Hartung já nos concedeu algumas provas de habilidade e visão, ocasiões em que ficou patente que nessa arte ele dificilmente se engana.

Neste depoimento ele faz uma avaliação minuciosa do seu momento como prefeito de Vitória.

O prefeito aposta que investir na qualidade e no planejamento estratégico é a melhor maneira de administrar com competência.

Em janeiro de 1993, Paulo Hartung assumia a Prefeitura Municipal de Vitória. A Revista IJSN conseguiu neste depoimento do prefeito uma retrospectiva da sua administração. Aqui o leitor vai sentir e saber como andam as coisas na Prefeitura de Vitória, nesse período de um ano e dez meses. Confira conosco e veja o que diz o prefeito:

AÇÃO INTERNA

Tomamos posse em janeiro de 1993. Em seis meses de trabalho conseguimos o reequilíbrio orçamentário. Para isso, a primeira providência foi buscar uma contribuição importante da cidade através da arrecadação do IPTU. Ter contas saneadas transcende a importância já significativa da obrigação de gastar dentro dos limites que se arrecada. Com isso a cidade teve dois outros ganhos, que são inestimáveis. O primeiro foi o barateamento das obras públicas; quando se paga aos fornecedores e às empresas contratadas em dia eles realizam obras e prestam serviços mais baratos. Uma segunda coisa importante é que você elimina o tráfego de influência no setor público, alguns pagamentos estão sendo feitos direto na rede bancária, as empresas contratadas sequer precisam vir à prefeitura.

A segunda providência foi a descentralização. A primeira medida nesse sentido foi mudar para outro prédio algumas secretarias que funcionavam aqui no prédio central.

O outro momento foi o de fortalecer, particularmente a partir de 1994, algumas estruturas criadas no passado e que estavam fragilizadas quando assumimos a prefeitura, basicamente as chamadas regionais de obras, criadas durante o governo Crisógono Teixeira da Cruz, e as regionais de serviços urbanos. Conseguimos terceirizar os serviços de algumas regionais de obras, dando maior velocidade e resolutividade aos pequenos problemas das comunidades que são apresen-

tados à prefeitura. A nossa filosofia é fazer com que o cidadão não precise se deslocar do seu bairro, da sua região, para fazer a sua reclamação ou apresentar a sua reivindicação, mas que ele possa fazer isto na própria regional de obras ou na regional de serviços urbanos, que funciona unificada através de um sistema de rádio ou do telefone, como é o caso do ligue-lixo, que atende não só a limpeza, varrição, coleta de lixo, mas também aos serviços de iluminação da cidade.

Qualidade total

Outro ponto importante é a implantação do plano de qualidade total dentro da prefeitura. A Prefeitura de Vitória foi a primeira do Brasil a implantar um programa de qualidade, e hoje já alcançamos uns cem números de avanço nessa área, treinamos mais de 4 mil servidores, quase a metade do atual número de funcionários. Um trabalho importantíssimo que tem melhorado muito a qualidade dos nossos serviços. Só para dar um exemplo, um alvará de empresa, que no início quando tomei posse demorava em torno de 30 a 35 dias para ser expedido, hoje ele é feito em 5 dias, muitas vezes em 3 dias. Esse foi um trabalho feito pelo grupo de qualidade da prefeitura, que estudou todos os procedimentos da prefeitura e sugeriu a criação de um órgão, uma central de atendimento ao empresário, que está localizada na Semurb - Secretaria de Serviços Urbanos - e que atende diretamente o empresá-

rio. Esta central reúne funcionários de todas as secretarias juntas e todas visitam o empreendimento e as condições de funcionamento do empreendimento para que o nosso alvará possa ser emitido imediatamente, facilitando os negócios na cidade, geração de empregos e de renda e a própria geração de tributos.

Planejamento estratégico

Outra questão importante, também no plano interno, foi a implantação do Planejamento Estratégico. O Planejamento Estratégico também é uma técnica muito difundida no setor privado, algumas estatais implantaram-no com muito sucesso, como é o caso da CVRD. O setor público está um pouco atrasado nessas novas técnicas. E já realizamos três seminários sobre o Programa de Planejamento Estratégico, através do qual estabelecemos as metas e prioridades da administração. Facilita a ação administrativa, acaba com desperdício de tempo, de recursos. Cada secretaria sabe quais são as suas ações prioritárias em nível interno e em nível de entrelaçamento com as outras secretarias de governo. Talvez um resultado palpável seja o orçamento popular; no passado terminava-se o ano com 30% a 40% das obras orçadas; chegamos este ano a executar ou iniciar execução de aproximadamente 87% das obras orçadas, isto é inédito e é fruto de um planejamento, de uma organização, de uma

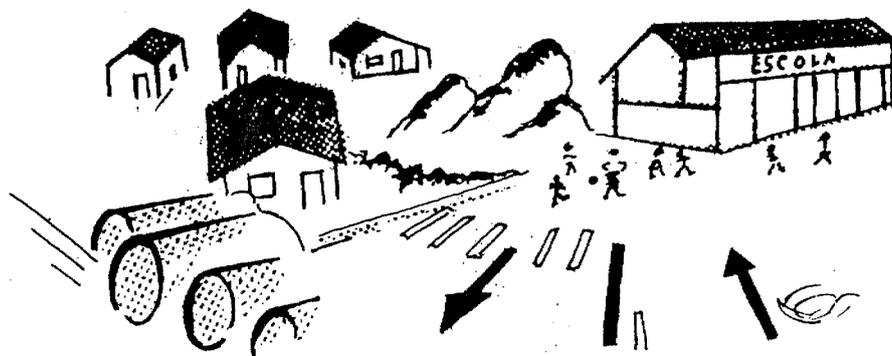
Postura

E uma última questão que acabou surpreendendo a cidade e o meio político tradicional diz respeito a uma postura que a administração assumiu que se diferencia do que acontece pelo Brasil afora. É muito comum no Brasil, quando a administração toma posse, desconsiderar tudo o que foi feito no passado, e tentar criar tudo do seu jeito. Aqui fizemos o contrário, chegamos, analisamos os projetos que estavam sendo desenvolvidos na prefeitura e

todos os grandes projetos tiveram continuidade, e temos orgulho de dizer que damos continuidade às coisas, porque essa questão da continuidade é uma postura moderna diante da sociedade, que precisamos criar no Brasil. Não faz sentido você desprezar um programa na área educacional como o que encontramos aqui e que vinha tendo vitórias expressivas, e assim outros programas aos quais nós demos continuidade, alguns que mereciam retoques, como foi o caso do orçamento popular, cuja metodologia tivemos

que aperfeiçoar. Esta é uma postura de respeito ao contribuinte, ao cidadão que paga a conta e que merece um tratamento diferente do administrador com relação aos seus recursos, ao seu patrimônio. Eu situaria estas seis como ações importantes no campo interno, porque, com a prefeitura organizada, com a implantação de métodos importantes de administração, pudemos ir para a rua implantar os projetos maiores da administração.

AÇÃO EXTERNA



forma de trabalhar que elimina o imprevisto.

Educação

Vitória nos últimos anos rompe com a visão de que educação pública é educação sem qualidade, e vem construindo a possibilidade de fazer ensino público de qualidade e ofertado ao maior número de pessoas possível. A rede pública do município de Vitória é uma das maiores redes públicas do Brasil em termos de município, nós ofertamos em termos de vagas o mesmo que oferta a prefeitura de Porto Alegre, o mesmo que oferta a prefeitura de Campinas, isto é inacreditável. A população de Vitória é de 27 mil habitantes, a de Porto Alegre ultrapassa 2 milhões de habitantes, e nós temos uma rede pública dez vezes maior do que a de Porto Alegre, proporcionalmente. Temos 73 escolas e 2.300 pro-

fessores, oferecemos 36 mil vagas; 6 mil para pré-escola e 30 mil para ensino de 1º grau. Das vagas públicas que existem no município, 67% são oferecidas pela prefeitura de Vitória e 33% pelo governo do Estado. Isto também é outra relação quase que inédita em termos de país.

A prefeitura de Vitória destina 40% do seu orçamento à educação (pagamento de pessoal, fornecimento de merenda, de material didático, pedagógico, manutenção da rede pública e de equipamentos). Este é um projeto que não pertence mais à administração, pertence à cidade, e talvez o seu ponto mais importante são os conselhos de escolas, que começam a participar da gestão administrativa e pedagógica das escolas; pais, alunos e professores começam a discutir o ensino, avaliando, por exemplo, a capacitação e o trabalho dos professores. É uma experiên-

cia importante e uma das motivações maiores do nosso trabalho.

Saúde

Um outro projeto importante é o da área da saúde. Temos 23 unidades, cobrindo toda a cidade. Essas unidades fornecem remédio e exame gratuitos. Existe um laboratório central capaz de processar 50 mil exames por mês. No ano passado inauguramos uma unidade no Forte São João e outra na Fonte Grande e este ano mais duas unidades foram reformadas, como é o caso da unidade da Ilha de Santa Maria e a de Santo André. Estamos expandindo a rede para levar a todos os pontos de Vitória um atendimento de qualidade na área de saúde e ao mesmo tempo tentar resolver as primeiras demandas para que isso não pressione permanentemente a rede hospitalar. Estamos estudando um novo passo na área de

municipalização das unidades do governo, entramos em discussão com o governo do Estado, há idéia de fazer uma primeira municipalização em relação ao centro de Vitória, vai ser uma primeira experiência.

No Brasil inteiro as administrações estão assustadas com essa possibilidade de municipalização, mas achamos que temos de dar um passo, tentando alternativa, uma maior racionalização do atendimento de saúde.

São Pedro

Outro projeto importante da administração é o Projeto São Pedro, que vem se desenvolvendo ao longo de três administrações que me antecederam. O bairro São Pedro foi ocupado basicamente a partir da década de 70 junto da grande migração do centro urbano, que resultou principalmente da introdução dos projetos industriais CST, CVRD e outros. Houve uma ocupação desordenada daquela área, inclusive com invasão de uma área de mangue que deveria ser preservada. Esse projeto avançou na administração que me precedeu em termos do seu conceito. Esses conceitos são muito importantes, eles estão ligados, por exemplo, à área de terra que cada um deve ocupar, à necessidade de preservação dos manguezais, à necessidade de assentar no próprio bairro todas as famílias que ali se encontram, à necessidade de fazer isto não como um projeto autoritário mas através de uma interação da prefeitura com a comunidade, da participação popular. Investimos lá nesse período de administração aproximadamente 10 milhões de dólares. Esta região é habitada por 43 mil moradores, ou seja, a população da Grande São Pedro é maior do que a grande maioria dos municípios do interior do Estado do Espírito Santo, e isso é apenas uma região da cidade de Vitória.

Área social

Encontramos um programa de atendimento a migrantes, reformulamos esse programa e hoje funciona para atender os migrantes da Grande

Vitória. Criamos um Programa de Atendimento a Mendigos, que hoje atende 70 mendigos da cidade, com abrigo, banho, roupa lavada, alimentação. Estamos implantando desde 1993 o programa da criança e do adolescente em estado de risco social, risco pessoal. Estamos avançando na infra-estrutura desse programa, que é a Casa do Menino Trabalhador, na Praia do Canto, construindo a sede do conselho tutelar e também uma casa para amparo a esse trabalho no Morro do Quadro. Além disso estamos implantando junto com as igrejas o atendimento noturno aos meninos e meninas que estão na rua, é um trabalho importante e tem um conteúdo significativo no sentido de buscarmos parceria, por exemplo, atendimento ao câncer infantil (conseguimos a casa no bairro de Lourdes para instalação definitiva da instituição).

A tarefa de atendimento à questão social é uma tarefa que demandará a interação da atual administração com a sociedade civil.

Na área da cidadania foi criada a Casa do Cidadão em Vitória, em 1993; temos o juizado de pequenas causas, o Procon municipal, o escritório modelo, e temos curso para formação da cidadania. Esse trabalho ganhou tanta intensidade, que foi preciso criar a Secretaria da Cidadania, que está sendo organizada inclusive com atendimento à mulher, ao negro.

Revitalização do centro

Outro projeto que começou na administração anterior é o programa de revitalização do centro da cidade, um programa importante, porque combina o respeito à cidade, ao seu passado, à sua história, com a possibilidade de revitalizar uma área onde o poder público já investiu muitos recursos em infra-estrutura; talvez o marco mais significativo seja o da igreja do Rosário, construída em 1789.

Dando continuidade a esse programa, a prefeitura contratou o Departamento de Arquitetura da USP, que irá

apresentar uma proposta de revitalização. Essa proposta deverá ser apresentada à sociedade nos próximos dias e já estamos seguindo os indicativos do programa; um deles, por exemplo, é envolver moradores e usuários dessa região. Estamos trabalhando também para que a iniciativa privada comece a participar, dando a sua contribuição. O Banco Itaú fez a reforma do antigo prédio da Sarlo, no Parque Moscoso; o Banco BIC fez a reforma do prédio da Cannes, na Praça Costa Pereira; agora o Cartório Nelson Monteiro reformou o seu prédio. Restauramos algumas das escadarias centenárias, no centro: a Adjanira, no início da avenida Jerônimo Monteiro; a São Diogo, na Praça Costa Pereira; a escadaria Maria Ortiz, e a escadaria do Palácio Anchieta.

No mesmo sentido estamos cuidando das praças, das áreas verdes da cidade. A CVRD assumiu agora o Parque Moscoso, que é um espaço de lazer desde 1912. A CST também irá assumir a Gruta da Onça, um parque ecológico que poderá ser usado não só para visitação, como também pela rede pública municipal para educação ambiental.

A iluminação do centro vai no mesmo sentido. Já iluminamos vários prédios, como a Catedral, a igreja Presbiteriana, na rua Sete; iluminamos o Penedo; restauramos a escola São Vicente de Paulo, uma construção do século passado.

Da mesma forma criamos um novo paisagismo: no Convento São Francisco, na igreja São Gonçalo, que foi restaurada através da Lei Rubem Braga.

Estamos mantendo uma programação na Fafi, e a Lira Municipal foi criada pelo ex-secretário Joaquim Beato.

Conseguimos, ainda, do Ministério da Agricultura a doação de um prédio antigo que fica no início da rua Duque de Caxias, onde será instalado não só um centro de memórias da cidade como também a Biblioteca Pública Municipal; pretendemos homenagear

o ex-prefeito Adelpho Poli Monjardim, dando à biblioteca seu nome.

Camburi

Outro projeto amplo e importante é o da área de Camburi. No ano passado conseguimos com o ministro Jutai Magalhães os recursos para a despoluição de Camburi. Através do Proceje, que é um programa de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, 8,3 milhões de dólares serão liberados para a despoluição, dividindo o projeto em três fases: o de Jardim Camburi, do bairro de Fátima e o do bairro Maria Ortiz. Fizemos parceria com a Cesan, que está executando essas obras.

A primeira parte do projeto de Camburi se refere a estudo da erosão na praia. Contratamos o INBH, Instituto ligado à Companhia Docas no Rio de Janeiro, especializado em estudar esses movimentos no mar, justamente para identificar as causas reais dos problemas de erosão na Praia de Camburi, para que se deixe de fazer obras paliativas e se passe a fazer obras definitivas. Camburi precisa de uma ciclovia, de uma outra estrutura para aquelas barracas que foram construídas sem os cuidados referentes ao saneamento hidráulico e à implantação de novos equipamentos na praia, de lazer, para a prática de esporte.

Um projeto dessa área de Camburi que deve ficar pronto na nossa administração é o da ponte que liga a avenida Rio Branco ao bairro Jardim da Penha. Essa obra deverá ser iniciada até dezembro de 1994. A ponte não será usada para o transporte coletivo, terá uma ciclovia, passeio para pedestre.

Consta também desse projeto a instalação do centro de convenções de Vitória. Já conseguimos os recursos, o ministro Elcio Álvares nos ajudou nisto.

Outro projeto se refere à contenção de encostas. A prefeitura está fazendo um trabalho, parte iniciado na administração anterior. É o caso do reflorestamento. Estamos cuidando

também da manutenção das áreas já plantadas e ao mesmo tempo ampliando as áreas de reflorestamento. Iniciamos no ano passado um trabalho de educação dessas pessoas que moram no morro. Já foram organizados junto com isto seminários, foram realizadas obras de contenção, todas essas obras visam dar maior segurança para a cidade. É um trabalho que une obras de contenção com reflorestamento e educação da população.

Dentre os projetos maiores temos os relativos a área de lazer. Estamos criando pracinhas nos bairros, montando campos para prática de futebol, voleibol, etc. Além disso temos o parque do Horto de Maruípe, que vai ter o nome de Augusto Ruschi. Além de quadras e brinquedos, teremos lá a maioria das espécies da Mata Atlântica, como o cedro, jacarandá, cuja plantação já iniciamos. Outro parque é o situado na Prainha de Santo Antônio, com o mesmo padrão construtivo da Praça dos Namorados.

Outro projeto importante para Vitória é o planejamento viário. Contratamos técnicos do IJSN, os estudos já estão sendo transformados em projeto e curiosamente esses estudos estão fazendo com que nos dediquemos mais à área norte da cidade, onde as pesquisas de tráfego indicam fluxo crescente.

Pensamos também num plano de drenagem da cidade, onde existem pontes na mesma altura do mar e alguns bairros situados em níveis até mais baixos. Dois projetos estão em andamento, o primeiro na Saturnino de Brito e o segundo na Jair Etienne Dessaune.

Num outro aspecto vem a política de Ciência e Tecnologia municipal. Conseguimos financiar a realização da SBPC em Vitória e com o mesmo fundo de Ciência e Tecnologia financiamos também nove projetos de pesquisa na Ufes. Participamos do Programa Sofetec 2000, em parceria com várias entidades públicas e privadas. Com recursos do fundo conseguimos construir e equipar o Pla-

netário de Vitória, que com certeza será um instrumento complementar à educação universitária, à educação de 1º e 2º graus e representará mais um atrativo para Vitória. Escolhemos a Universidade por achar que ela é muito importante para Vitória e queremos contribuir para aproximar a universidade da sua cidade.

Registro

Finalmente, eu queria declarar que a cidade de Vitória já foi brindada com uma boa leva de prefeitos que me antecederam. A figura de Adelpho Poli Monjardim talvez seja uma figura síntese desse padrão de austeridade, de uma forma de ver a coisa pública, a necessidade de pensar no futuro; eu acho que é uma figura que por si só homenageia um grande número de prefeitos que por aqui passaram e que conseguiram colocar o interesse público acima de interesses mesquinhos ou interesses particulares. A grande esperança que eu tenho é que aqui na cidade de Vitória se esteja forjando um padrão de administração inspirados em exemplos como o de Adelpho e construídos com base no momento presente. A grande aspiração pessoal que eu tenho é que a cidade não retroceda para práticas baseadas no empreguismo e no fisiologismo, práticas e culturas administrativas ultrapassadas. Desejo que ela consiga produzir uma cultura administrativa moderna, e isso independente do prefeito que venha a estar na prefeitura. Que a forma de tratar a educação, saúde, recursos urbanos, naturais, enfim, de tratar o dinheiro público, seja um padrão de cultura administrativa na cidade de Vitória, que sirva para o futuro de Vitória e sirva de exemplo para o resto do Estado e quem sabe para o nosso país tão carente de exemplos.

Escritos de Vitória

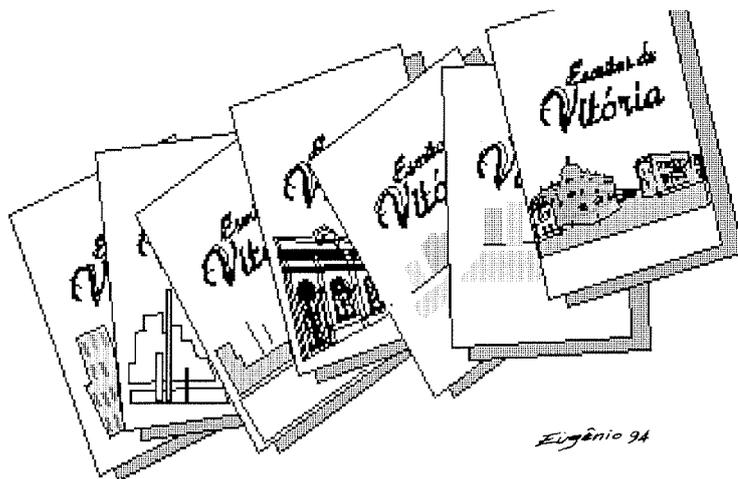
Publicação da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte da Prefeitura de Vitória - ES.

“O presente volume inicia um projeto da Administração Municipal de Vitória dimensionado para lidar com as emoções que permeiam o dia-a-dia e a história cultural da nossa cidade. O projeto **Escritos de Vitória**, conduzido pela Secretaria de cultura e Esporte do Município, tem como **temário para a produção dos autores convidados a cidade de Vitória.**

A cidade é o amplo cenário e o protagonista dos textos, de maneira que se comporá um painel do espírito da nossa sociedade, um rico testemunho documentado pela sensibilidade de autores de vários gêneros literários; autores que aqui nasceram ou estão radicados, vivenciando os costumes e valores da identidade capixaba, em especial aqueles que reverenciam a nossa ilha-delícia”.

O texto de apresentação do prefeito Paulo Hartung iniciava o projeto **Escritos de Vitória**, apelo literário à redescoberta ou revigoramento da identidade capixaba. O primeiro volume, reunindo cronistas, nasceu, à visão de alguns, titubeante, com tantos outros desconcertos que marcam os passos iniciais do primeiro ano de uma administração pública. Mas que nada!

“Que venha o volume dois! A Vitória que cada um deles nos oferece não é a Vitória-em-si, que todos supostamente conhecemos. É uma Vitória captada e moldada pela sensibilidade e subjetividade dos escritores.(...) Descubra cada leitor a sua Vitória, e usufrua a sua beleza, a sua magia, tudo aquilo que a torna especial e única”. Dessa feita, a assinatura do texto de



apresentação era do professor Joaquim Beato, então secretário de Cultura e Esporte. O professor Joaquim Beato teve o mérito de conquistar escritores e escritoras para a viagem literária que é o **Escritos de Vitória**. A seu lado, Miriam Santos Cardoso, coordenadora do **Escritos**, sempre foi a provedora atenta e envolvida, que acompanhou a modelagem de cada livro com uma supervisão, ao mesmo tempo, experta no profissionalismo e quase artesanal no trato do detalhe da produção, na esmerada paciência com os autores e Conselho Editorial.

O projeto caminha já pelo sétimo volume. Ora reuniu os autores segundo o gênero, ora segundo o temário recomendado, ora ambos os critérios, ora ilustrou e fotografou a cidade Vitória. O concerto de cada livro, o assim chamado “vamos-ver”, é da conta do Conselho Editorial: Adilson Vilaça, Joca Simonetti, Luciana Vellozo Santos, Pedro J. Nunes e Sérgio Blank, inicialmente. A partir do quarto livro houve baixa de Luciana Vellozo San-

tos e Adilson Vilaça - permitam-me: Luciana foi produzir o filme **O Amor Está no Ar**, de Amylton de Almeida, e este escriba retornou nos livros quarto e sétimo como autor. Ah: membro do Conselho não pode escrever!

“Assim foi Vitória por anos seguidos...”, escreve a introdução do quarto livro do **Escritos**, cujo temário se designou com o título “Logradouros”. O texto da introdução é compilado do livro **Logradouros Antigos de Vitória**, do historiador Elmo Elton, editado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, em 1987. Hoje, por anos seguidos, já não temos o elmo Elton...

Mas o **Escritos** avança lançamentos seguidos. O mais recente foi no Cine Metrôpolis, na Ufes, com o temário “Cinema”. Mais uma vez uma excelente reunião de autores, num filme exibido pela sétima vez; mas que, sempre, vale a pena ver de novo!

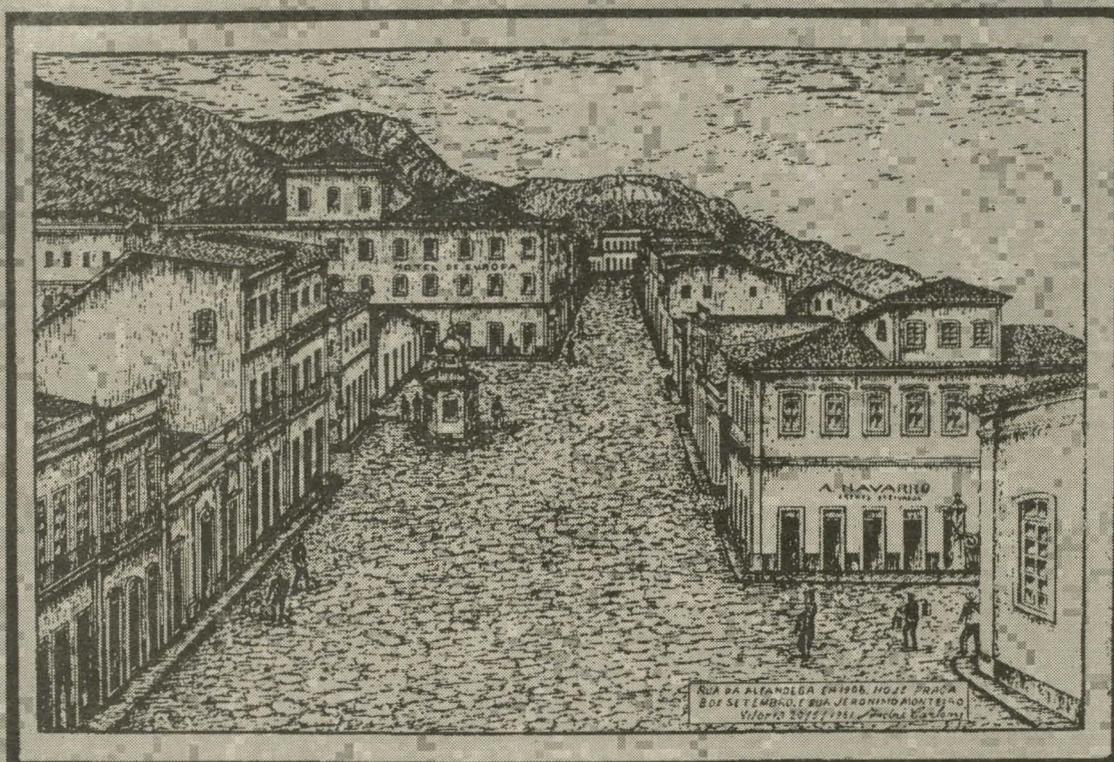
Adilson Vilaça*

* Jornalista e escritor, servidor do IJSN.

mit 6 d. 1/2 h

mit 6 d. 1/2 h

mit 6 d. 1/2 h



“Sentimos dentro de nós uma preocupação constante não só pela nossa casa, como também pela nossa cidade. Embora estejamos voltados para ocupações diferentes, todos nós temos uma opinião própria acerca dos problemas da cidade. Todo aquele que não participa dos problemas da cidade é considerado, entre nós, um mau cidadão, não um cidadão silencioso. Somos nós que decidimos os assuntos da cidade ou, pelo menos, refletimos sobre eles profundamente. Pois não vemos na opinião expressa publicamente um perigo para a ação, mas, sim, na ausência de discussões anteriores à execução das obras necessárias.”

PÉRICLES, NO ANO 430 A.C.

instituto
jones
dos
santos
neves



Av. César Hilal, 437 - 1º andar - Praia do Suá
Vitória - ES - CEP: 29.050-230
Tel.: 227 - 5044